

Juliano Batista dos Santos



RISCOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Flanelas e Malabaristas



Riscos e estratégias de sobrevivência:
Flanelas e Malabaristas



Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Coordenador da Editora Universitária
Francisco Xavier Freire Rodrigues

Supervisão Técnica
Ana Claudia Pereira Rubio



Conselho Editorial

Membros

Francisco Xavier Freire Rodrigues (Presidente - EduUFMT)

Ana Claudia Pereira Rubio (Supervisora - EduUFMT)

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (FEF)

Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO)

Carla Reita Faria Leal (FD)

Divanize Carbonieri (IL)

Elisete Maria Carvalho Silva Hurtado (SNTUF)

Elizabeth Madureira Siqueira (UHGD)

Evaldo Martins Pires (ICNHS - CUS - Sinop)

Hélia Yannucchi de Almeida Santos (FCA)

Ivana Aparecida Ferrer Silva (FACC)

Joel Martins Luz (CUR - Rondonópolis)

Josiel Maimone de Figueiredo (IC)

Karyna de Andrade Carvalho Rosetti (FAET)

Léia de Souza Oliveira (SINTUF/NDIHR)

Lenir Vaz Guimarães (ISC)

Luciane Yuri Yoshiara (FANUT)

Mamadu Lamarana Bari (FACC)

Maria Corette Pasa (IB)

Maria Cristina Guimaro Abegao (FAEN)

Mauro Lúcio Naves Oliveira (IENG - Várzea Grande)

Moisés Alessandro de Souza Lopes (ICHS)

Neudson Johnson Martinho (FM)

Nilce Vieira Campos Ferreira (IE)

Odorico Ferreira Cardoso Neto (ICHS - CUA)

Oswaldo Rodrigues Junior (DEP/HIS)

Pedro Hurtado de Mendoza Borges (FAAZ)

Regina Célia Rodrigues da Paz (FAVET)

Rodolfo Sebastião Estupiñán Allan (ICET)

Sérgio Roberto de Paulo (IF)

Wesley Snipes Correa da Mata (DCE)

Zenesio Finger (FENF)



**INSTITUTO
FEDERAL**
Mato Grosso

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

Reitor - Willian Silva de Paula (GABINETE)
Diretora de Planejamento Executivo - Gláucia Mara de Barros (DPE)
Pró-reitor de ensino - Carlos André de Oliveira Câmara (PROEN)
Diretor de Ensino Médio - Luciano Endler (PROEN)
Diretor de Graduação - Saulo Augusto Ribeiro Piereti (PROEN)
Pró-reitor de pesquisa e inovação - Wander Miguel de Barros (PROPES)
Diretor de Pesquisa e Inovação Tecnológica - José Luiz Siqueira (PROPES)
Diretor de Pós-graduação - Jeferson Gomes Moriel Junior (PROPES)
Pró-reitor de extensão - Marcus Vinicius Taques Arruda (PROEX)
Diretor de Extensão - Elson Santana de Almeida (PROEX)
Pró-reitor de administração - Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo (PROAD)
Diretor de Planejamento e Orçamento - Vandervanio Osni Pacheco dos Santos (PROAD)
Diretor de Administração - Thiago Costa Campos (PROAD)
Pró-reitor de desenvolvimento institucional - João Germano Rosinke (PRODIN)
Diretor de Políticas, Projetos e Articulação Institucional - Adriano Breunig (PRODIN)
Diretor sistêmica de tecnologia da informação - Rafael Bezerra Scarcelli (DSTI)
Diretor sistêmica de gestão de pessoas - Fernanda Christina Garcia da Costa (DSGP)
Diretor sistêmico de relações internacionais - João Felipe Assis de Freitas (DSRI)

COLÉGIO DE DIRIGENTES - CODIR

Cristovam Albano da Silva Júnior - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva
Lívio dos Santos Vogel - Campus São Vicente
Salmo César da Silva - Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo
Deiver Alessandro Teixeira - Campus Cuiabá - Bela Vista
Stéfano Teixeira Silva - Campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste
Leandro Miranda - Campus Barra do Garças
Fábio Luís Bezerra - Campus Campo Novo do Parecis
Giliard Brito de Freitas - Campus Confresa
João Aparecido Ortiz de França - Campus Juína
Laura Caroline Aoyama Barbosa - Campus Rondonópolis
Sandra Maria de Lima - Campus Várzea Grande
Julio César dos Santos - Campus Alta Floresta
Claudir Von Dentz - Campus Sorriso
Dimorvan Alencar Brescancim - Campus Primavera do Leste
Gilcélvio Luiz Peres - Campus Avançado Tangará da Serra
João Vicente Neto - Campus Avançado Lucas do Rio Verde
Gilma Silva Chitarra - Campus Avançado Sinop
Valdenor Santos Oliveira - Campus Avançado Guarantã do Norte
Leandro Dias Curvo - Campus Avançado Diamantino

Juliano Batista dos Santos

Riscos e estratégias de sobrevivência: Flanelas e Malabaristas



Cuiabá, MT
2020

© Juliano Batista dos Santos, 2020.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EdUFMT segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Douglas Rios – Bibliotecário – CRB1/1610

S237

Santos, Juliano Batista dos.
Riscos e estratégias de sobrevivência: flanelas e malabaristas [e-book]. / Juliano Batista dos Santos .
Cuiabá-MT: EdUFMT Digital, 2020.
154 p.

ISBN 978-65-5588-021-2

1. Sociedades de controle. 2. Pós-modernidade.
3. Informalidade. 4. Flanelas. 5. Malabaristas. I. Título

CDU 316

Coordenador da Editora Universitária
Francisco Xavier Freire Rodrigues

Coordenador do Projeto Edições IFMT:
Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica:
Ana Cláudia Pereira Rúbio

Revisão e Normalização Textual:
Maria Cristina de Aguiar Campos | Khal Rens

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial



Apoio:



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367 – Boa Esperança
CEP: 78.060-900 – Cuiabá, MT
Fone: (65) 3631-7155
www.edufmt.com.br

Esta obra foi produzida com recurso do Governo Federal



Aos meus avós, pais e irmãos.

Prefácio

A filosofia vai (e volta) às ruas

Método, palavra cuja origem está na fusão de Meta (por meio de, através) e Hodos (caminho) é o que vejo de mais surpreendente neste livro, originalmente uma dissertação de mestrado que tive o prazer e a honra de participar como orientadora–expectadora. De fato, em minha posição, forneci ao então estudante, hoje professor doutor Juliano Batista dos Santos, alguns repertórios teóricos que pudessem lhe auxiliar a atingir seu objetivo. No entanto, o caminho foi percorrido sozinho e eu, com entusiasmo, apenas observei seu caminhar como quem anseia por novos capítulos de uma série viciante.

Por meio (redundantemente) de uma metodologia investigativa, indiciadora, participativa e (de novo redundante) “trajetiva” – na definição de José Machado Pais, autor que embasou boa parte do caminhar do pesquisador, assisti a filosofia retornar às ruas.

Juliano Batista dos Santos é filósofo por formação e, com grande pesar, constatamos que boa parte da filosofia permanece enjaulada em bibliotecas – de papel ou megabytes – sem chance de bater suas asas para além do cárcere acadêmico. Mas, através de sua pesquisa, vi, maravilhada, a filosofia encontrar a rua, voltar-se à rua como pontua sua vocação primeva na figura de Sócrates. De praças em praças públicas, como o mestre, o então estudante caminhou por sinais de trânsito, faixas de pedestre e estacionamentos improvisados.

Seu objetivo (sua Meta) “foi entender como as ruas e avenidas públicas se transformam em estacionamentos privados e como as faixas de pedestres abaixo dos semáforos se tornam palcos circenses”. E seu caminho, (Hodos) foi o *trajetar* por entre carros e pessoas, interagir, participar, tornar-se confidente, estranhar, deixar de estranhar, questionar, compreender, ouvir e finalmente traduzir em linguagem acadêmica para que nós – reles transeuntes desatentos – pudséssemos entender a realidade daqueles que, na informalidade, co-constroem o que chamamos de vida urbana.

Vida pulsante, vida possível, vida quase impossível em meio aos riscos e às estratégias de um saber viver. Vida de recusa à formalidade do calabouço do trabalho, vida de arte com bolso semivazio, vida que almeja a uma formalidade, que transita entre trânsitos reais e metafóricos, ora visivelmente incômoda, visivelmente indesejada e invisivelmente assistida, arriscada, ignorada. Vida vivida, enfim, entre as múltiplas negociações, descasos políticos, estigmas comunitários, interações conflituosas, amigáveis, afrontosas, de esquivas, admiração, desconcerto.

Quem são essas pessoas que vemos sem ver? Quem são as pessoas com quem cruzamos nas calçadas e nos sinais de trânsito e, sintomaticamente, baixamos os olhos, trancamos os ouvidos, apertamos o passo e a alça da bolsa?

Essas pessoas são mostradas, em sua integridade e dignidade pela pena poética do autor desta obra que ousou ouvir, olhar, conviver e dismantelar a hierarquia do pesquisador e pesquisado. O autor tornou-se ele próprio amigo, malabarista, confidente. Metodologia arriscada, anticientífica dirão os cartesianos.

— Ainda bem! Digo eu em coro com outros pensadores contemporâneos que ousam aproximar vida e ciência, que torcem, não o nariz, mas pela copulação promiscua entre saberes distintos. Só assim se gera o novo.

Por minhas palavras, os leitores podem ser levados a pensar que a pesquisa apresentada reúne casos contados por um pesquisador desatento às normas científicas. Nada mais enganoso. O autor prima pelo rigor acadêmico e desobedece a uma forma (fórmula científica) não por desconhecimento, mas por convicção de que novos objetos de investigação demandam novos métodos de fazer pesquisa e – com risco de carimbo de herético por quem toma a ciência como teologia – ele sugere uma nova concepção de ciência, religada à humanidade sem a qual não existiria, posto ser as epistemes uma invenção “demasiadamente humana”, proposição que ousou parafrasear com a frieza de quem pouco se encanta com carimbos que atestam qualidade deste e não daquele conhecimento.

Não digo que a ciência é inválida. Sou uma cientista e uma pesquisadora entusiasmada ao ver, nessas páginas, o rigor acadêmico não enrijecer a realidade fluida que se pretende compreender sem petrificar.

Por fim, encerro agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso, ao qual me orgulho de pertencer desde sua fundação – que, por sua interdisciplinaridade e por uma congênita ousadia epistêmica, acolheu a pesquisa agora disponível na forma deste livro pelo qual os leitores certamente serão afetados página a página.

Natal, 10 de julho de 2019.

Juliana Abonizio

Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea – PPG ECCO - UFMT

Sumário

Introdução	11
Da Apresentação geral dos capítulos	25
1. Da pós-modernidade, sociedades de controle e informalidade	28
1.1 Da modernidade e pós-modernidade	28
1.2 Das sociedades disciplinares às sociedades de controle	32
1.3 A informalidade como paradoxo do capitalismo	39
2. Flanelas: “Pode deixar qu’eu olho, doutor!”	45
2.1 Geografia: espaço urbano e espaço antropológico	51
2.1.1 Territorialização: definindo os atores e suas posições no palco	53
2.1.2 Fachada: o cenário e a representação dos flanelas	57
2.1.3 Retirando a máscara dos personagens	65
2.2 Tipologia dos flanelas.....	72
2.3 Tipologia dos motoristas.....	76
2.4 Subjetividade, Cidadania e Emancipação: Cadê o Estado?!	81
3. Malabaristas: as artes circenses voltam às ruas	89
3.1 Malabaristas do sinal vermelho.....	96
3.1.1 Malabarismo: tipificação, história e conceito	102
3.2 Ressignificando os espaços.....	116
3.3 Na corda bamba da vida: estratégias de sobrevivência	125
Considerações finais	145
Referências	149

Introdução

O presente livro está estruturado em seis partes. Em cada uma delas, especialmente na segunda, terceira e quarta, doravante denominados de capítulos um, dois e três, respectivamente, encontram-se conceitos relacionados não somente, mas principalmente à Sociologia do Cotidiano, cujas teorias e métodos de investigação elucidados em *Referenciais Teóricos e Metodológicos*, guiaram-me nas verificações empíricas de dois grupos neotribalistas comuns à pós-modernidade (MAFFESOLI, 1998): os flanelas dos arredores do Shopping 3 Américas e os malabaristas dos sinais vermelhos; um e outro no município de Cuiabá.

Em regra, durante as averiguações de campo, busquei empregar o método de investigação científica sugerido por DaMatta (1978), que consiste em estranhar o familiar de maneira a conhecer o que o habitual não permite revelar: os riscos e estratégias de sobrevivência assumidos por sujeitos ordinários, cujas apropriações das fachadas sociais disponíveis (cenário, aparência e maneira) surgem como tentativas de superar (ou ao menos tentar superar), por meio das artes de fazer (CERTEAU, 1998), o estigma de exclusão social (GOFFMAN, 1999) que tanto diminui aqueles que estão na (in)formalidade.

Com o objetivo geral de conhecer os riscos e estratégias de sobrevivência (PAIS, 2002) empregados por alguns trabalhadores informais que oferecem seus serviços nas ruas, avenidas e praças do município de Cuiabá, capital do estado-membro de Mato Grosso, propus-me, para a elaboração da presente pesquisa, o estudo *in loco* de dois casos específicos, mais precisamente a compreensão das *artes de fazer* desenvolvidas pelos flanelinhas e malabaristas.

De acordo com Certeau (1998), as *artes de fazer* permitem ao homem ordinário superar as dificuldades que emergem em sua vida cotidiana, principalmente frente aos negativos *estigmas sociais* (GOFFMAN, 1999) comuns às atividades financeiras informais, tomadas por muitos, inclusive por meus familiares, como um caminho a ser evitado, uma vez que essa condição retira dos trabalhadores uma série de benefícios como seguro-desemprego, aposentadoria, pensão por invalidez, licença maternidade e paternidade, 13º salário, férias remuneradas, facilidade de empréstimos junto aos órgãos financiadores, entre outros.

Para Duran (2007, p. 119), a criação e o uso de *táticas de resistência* no dia a dia, independentemente das relações de formalidade ou não do trabalho, operam como contrafluxo às regras coletivas prescritas pelas estruturas sociais. Isso ocorre porque as *astúcias sutis*

[...] vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Ele [Certeau] acredita nas possibilidades de a multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social e a violência das coisas.

É claro que a informalidade das ocupações não se restringe aos sujeitos analisados na pesquisa, pois, se se realiza uma breve caminhada pelos locais centrais e públicos do município de Cuiabá (ou qualquer outro local com intenso trânsito de veículos e pedestres), durante o dia ou à noite, se verificará, com facilidade, uma pluralidade de condutas que escapam à formalização das leis trabalhistas exigidas pelo capital liberal.

Nesse grupo da informalidade estão inclusos, sobretudo, prostitutas, michês, travestis, ambulantes, *hippies*, músicos, artistas e pedintes. Personagens urbanos comuns em Cuiabá ou em qualquer outro lugar cuja socialização é de solidariedade orgânica. Sujeitos e/ou grupos de indivíduos que, para serem conhecidos, exigem do pesquisador o estranhamento daquilo que é familiar (DAMATTA, 1978).

DaMatta (1978) também propõe a necessidade de familiarizar, no caso de sociedades primitivas, aquilo que nos é exótico. Todavia, a transformação do exótico em familiar, ao contrário da transformação do familiar em exótico, não é adequada ao estudo de grupos originários de sociedades complexas, que na pós-modernidade, segundo Maffesoli (1998), surgem como tribos urbanas, ou seja, como formações sociais que se opõem ao individualismo nas sociedades de massa.

Segundo o próprio Maffesoli (1998, s/p, grifo do autor),

[...] diferentemente do que prevaleceu nos anos 70, se trata menos de se agregar a um grupo, a uma família ou a uma comunidade do que o ir e vir de um grupo a outro. [...] De fato, contrariamente à estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, as reuniões pontuais e a dispersão. É assim que podemos descrever o espetáculo das ruas das megalópoles modernas. O adepto do *jogging*, o *punk*, o *look retrô*, o bom moço elegante, os ‘apresentadores de televisão’ nos convidam a uma viagem incessante. Através de sedimentações sucessivas, se forma um ambiente estético. E é no interior desses ambientes que regularmente podem ocorrer estas ‘condensações instantâneas’, frágeis, mas que naquele momento são objeto de um grande investimento emocional. E é esse aspecto sequencial que permite falar de superação do princípio de individualização.

Gilberto Velho (*apud* BEZERRA, 2010, p. 16, grifo do autor), ao contemplar as propostas metodológicas de DaMatta (1978), adverte-nos que “[...] ‘o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido’” – reflexão que coloca o presente trabalho e os sujeitos estudados naquela concepção e não nesta.

Se considerarmos a tríade espaço urbano, objeto(s) ou serviços(s) comercializado(s), e corpo(s) humano(s), podemos pensar que, independentemente das relações associativa ou comunitária, os espaços públicos das cidades, mais precisamente o que Augé (2001) define como não-lugares, em especial os locais a céu aberto e com intenso fluxo de pessoas, são áreas potencialmente favoráveis às apropriações diferentes daquelas para as quais foram projetadas.

A metamorfose dos não-lugares em lugares opera como resistência às pretensões da arquitetura idealizada, posto que as novas formas de ocupação dos espaços públicos, ao contrário dos movimentos sociais anteriores à década de 70, não têm como finalidade romper com o atual modo de produção, mas sim exigir do Estado políticas públicas que assegurem à sociedade civil o mínimo de moralidade (SANTOS, 1991).

Para Brandão (2007, p. 93) tais comportamentos:

Ao contrário de tratar de práticas que se definam como anticapitalistas, as práticas em questão são aquelas encontradas no interior do mesmo sistema que, por alguma razão, arranham, perturbam ou até mesmo desestabilizam a lógica hegemônica. Daí a importância de identificá-las, de esmiuçar o seu funcionamento e sondar sua potência.

Na prática, o objetivo destas “gentinhas”, frente ao modo de produção atual, é encontrar meios alternativos de burlar a marginalização (PAIS, 2002) honrando seus compromissos financeiros e, ao mesmo tempo, desconstruindo, inclusive para si próprias, o estigma de marginais, preguiçosas e/ou desqualificadas para serviços formais, o que, teoricamente, conforme enunciado pelo mercado de trabalho, pressupõe competência para a sua admissão em cargos de empresas privadas ou públicas.

Segundo Pais (2002), o conceito de marginalização não pode ser confundido com a ideia discriminatória de indivíduos delinquentes e/ou criminosos que, por indiferença à própria vida ou à vida de outros, infringem os fatos sociais prescritos pela consciência coletiva. Para ele, estudar as ações dos indivíduos que estão às margens implica na utilização de seu *método de paginação*, que consiste em colocar no centro das investigações sociológicas as artimanhas subversivas do ordinário, cujo intuito é um só: conhecê-las.

Uma pesquisa recente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revela que um terço dos desempregados no Brasil constitui mão de obra especializada (IBGE, 2014 *apud* SPITZ, 2014), o que não significa afirmar que não existam vagas desocupadas devido à falta de sujeitos competentes, porém há de se ressaltar que essa não é a única motivação, pois os baixos salários oferecidos aos profissionais almejados pelas empresas favorecem igualmente a vacância de cargos.

É inegável que existe em nossa sociedade a crença de que estudar é o melhor caminho para entrar e permanecer no mercado formal de trabalho. O problema é que a dita concepção, ainda na infância e também na vida adulta, nos atravessa de tal maneira que, a todo

o momento, somos obrigados a nos qualificar, mais e mais. No caso de uns, para permanecer empregados; e de outros, para ingressar ou retornar à formalidade.

O fato é que, no ordinário, independentemente da formação do indivíduo, cada um cria para si, quando necessário, suas próprias formas de subverter a produção racionalizada (CERTEAU, 1998), não apenas por meio de ocupações informais que visam auferir dinheiro, como igualmente no consumo consciente de bens/produtos falsificados e/ou contrabandeados, cujos preços, quando comparados aos originais, por sonegarem impostos (entre outras coisas), são menores.

Segundo Certeau (1998, p. 38), esses comportamentos revelam que o “[...] cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Dito de outro modo: além da expansionista, barulhenta e centralizada produção racionalizada ao consumo, há outra forma de

[...] produção qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1998, p. 39, grifo do autor).

A saída de sujeitos do mercado de trabalho formal, seja por opção ou demissão, favorece, inegavelmente, a ocupação dos não-lugares por pessoas que utilizam as *artes de fazer* como maneira de se apropriar das fachadas sociais disponíveis. Ocupações informais que oferecem aos transeuntes objetos (cópias baratas, falsificações e quinquilharias) e serviços nas principais “vitrines” da cidade, que são suas ruas, avenidas, parques e praças públicas.

Entre os serviços, encontram-se os que são oferecidos pelos flanelinhas e malabaristas, Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), são definidos, respectivamente, como “Guardadores de veículos” e “Artistas de circo”¹, que, ao contrário dos serviços prestados pelas

1 Na Classificação Brasileira de Ocupações, todo malabarista é um artista de circo. Todavia, os malabaristas observados na pesquisa, apesar de artistas circenses no sentido de dominar artes próprias do circo tradicional, não são, em regra, artistas de circo; são artistas de rua.

prostitutas, são quase sempre desnecessários aos olhos dos clientes, que, ora ou outra, acabam seduzidos pelas estratégias criadas por esses sujeitos que fazem da informalidade astuciosa seu modo de sobrevivência.

Estas duas ocupações, ao contrário de outras atividades informais, oferecem aos transeuntes das cidades *coisas* (APPADURAI, 2008) inúteis aos seus potenciais consumidores, mas que, associadas às *artes de fazer*, metamorfoseiam-se em mercadorias, possibilitando uma forma de troca que, para Coelho (2006), pode revelar *o valor das intenções*, quase sempre ocultas nessas relações.

Para conhecer suas estratégias ordinárias em convencer estranhos a pagarem por algo que não desejam, eu investiguei *in loco*, por meio de observação participativa e etnografia, as atividades dos flanelinhas que atuam no entorno do Shopping 3 Américas, em Cuiabá, e as apresentações dos malabaristas nos sinais vermelhos da mesma cidade.

Sei que pode parecer estranha a utilização de métodos de pesquisa diferentes em um mesmo livro. Acontece que os sujeitos analisados são grupos sociais distintos, o que implica na necessidade de o pesquisador se adaptar ao grupo observado, caso queira ter acesso a ele; condição indispensável ao estabelecimento de convivência e diálogos nos estudos de caso, que, segundo Benbasat, Goldstein e Mead (*apud* FINO, 2003, p. 111),

[...] examina um fenômeno no seu cenário natural, empregando métodos diversificados de recolha de dados para obter informação sobre uma, ou poucas, entidades (pessoas, grupos, ou organizações). A delimitação do fenômeno não é evidente no princípio da investigação e não é utilizado nenhum controle nem manipulação experimental.

Do início ao fim de minhas experiências em campo, com ambos os sujeitos observados, eu acreditei estar a empregar um mesmo método de investigação: o etnográfico. Porém, após a leitura dos artigos de Fino (2003) e Bezerra (2010), que tratam especificamente das semelhanças e distinções entre observação participativa e etnografia, pude perceber que estava enganado.

Entre os próprios teóricos da Antropologia, não existe uma clara distinção entre etnografia e observação participativa. Ambas são métodos indicados “[...] tanto na compreensão da cultura de sociedades primitivas quanto nas formas sociais contemporâneas de fenômenos” (BEZERRA, 2010, p. 2).

Fino (2003), logo no início de seu artigo *FAQs, etnografia e observação participante*, retoma uma série de intelectuais (Lapassade, Spradley, Benson, Hugues, Bogdan, Taylor, Adler e muitos outros) que se preocuparam em oferecer aos pesquisadores elementos precisos na identificação e diferenciação entre o que é observação participativa e o que é etnografia. Em seguida, ele busca comparar os critérios de uns e outros, de modo a mostrar suas muitas semelhanças e suas pouquíssimas diferenças, o que justifica, ainda hoje, segundo Bezerra (2010), a confusão dos pesquisadores em mencionar um método que não condiz com os escritos dos relatos em campo.

Para Bezerra (2010, p. 15, grifo do autor), o principal ponto em comum da experiência participativa e da etnografia é a necessidade do contato direto entre investigador e pesquisados por tempo suficiente à compreensão da natureza complexa da realidade social investigada que, para ser objetivamente apreendida, exige, mesmo não sendo um consenso na comunidade acadêmica, uma “[...] ‘distância mínima’ do objeto investigado [...]”.

Já a diferença essencial entre os métodos supracitados está no grau de envolvimento do pesquisador com os hábitos dos nativos. Por exemplo, na etnografia, o pesquisador, de algum modo, sempre que possível e quando presente, se envolve com os afazeres e atividades do grupo investigado sem perder de vista suas pretensões, fato que, na observação participativa, pode até vir a ocorrer, embora não seja desejado.

Para revelar as *artes de fazer* que os flanelas e malabaristas desenvolvem nas fachadas sociais que ocupam e os riscos aos quais estão diariamente submetidos, busquei, primeiramente de longe e depois por dentro, ora por observação participativa ora por etnografia, vivenciar as práticas sociais de construção de sentidos desses personagens que integram tribos urbanas, com os quais nós, moradores de Cuiabá, estamos familiarizados, embora pouco conheçamos.

Para conhecê-los, eu fui a campo. Alguns meses depois, trouxe à tona os “[...] aspectos de transmissão, recepção, consumo e processos cognitivos que tangenciam o campo da cultura que, entre a oferta e a recepção de informações, reinventam os processos de construção dos rituais de vinculação social”².

De acordo com Certeau (1998, p. 42, grifo do autor), verificam-se aí as práticas que “[...] colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”, isto é, de bricolar (*do it yourself*) no ordinário **ações, objetos e espaços**. O primeiro por representações do eu nas fachadas sociais (PAIS, 2002); o segundo por seus “re-usos” subversivos aos bens racionalizados (CERTEAU, 1998); e o último por fazer dos não-lugares (AUGÉ, 2001) um lugar de trabalho (in)formal.

Segundo Pais (2002, p. 29-30), inspirado na “[...] sociologia do talvez [...]” de Simmel, é justamente por meio da “[...] aproximação ao social [...]” que o cotidiano dos sujeitos deve ser observado, pois “[...] à realidade apenas se insinua, não se entrega [...]”, ou seja, ela se esconde aos olhos dos desatentos, que enxergam nas tribos familiarizadas apenas o que querem ou escutam, originando, por sua vez, rótulos quase sempre depreciativos.

A hipótese mencionada no parágrafo anterior foi confirmada em um minicurso de oito horas intitulado *Táticas do Cotidiano: Flanelas, Malabaristas e Prostitutas*, ministrado por mim no dia 10 de novembro de 2014 no evento Jornada de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá. Em meio ao curso, foram mencionadas algumas tribos urbanas, cujo objetivo era saber qual estigma social pairava na mente dos participantes.

Múltiplas e divergentes foram as respostas. A maioria delas – ditas em tons de brincadeira para colegas que, ora ou outra, se identificavam com algum(ns) dos grupos que listei – é, a meu ver, discriminatória e/ou pejorativa, ao ponto de eu ter que intervir em algumas discussões mais acaloradas por causa das divergências de paradigmas.

Durante os debates, anotava o que os ouvintes falavam, sem emitir opiniões. O máximo que fiz foi mediar as discussões e apaziguar três ou quatro enfrentamentos. Ao término do minicurso os participantes,

2 Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/ecco/site/linhasdepesquisa.php>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

a meu pedido, chegaram, por voto da maioria, a um denominador comum: flanelinhas são malandros, os malabaristas são legais, as prostitutas são sem vergonha (não querem trabalhar de modo honesto), os fanqueiros são “podres”, os caubóis são cornos/amantes, os *skatistas* são maconheiros, os *hippies* são sujos/livres, os *punks* são violentos/perigosos e os estudantes são jovens que não querem nada com nada.

Dessa experiência, percebi que é indispensável o emprego de métodos que impeçam o pesquisador de enunciar proposições baseadas em observações de *primeiro grau* e, ao mesmo tempo, o forcem a buscar respostas em *segundo grau* (SCHUTZ, 1989 *apud* PAIS, 2001, p. 376) através de propostas como a de DaMatta (1978 *apud* BEZERRA, 2010), de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico.

Não estou afirmando que todas as sentenças elencadas pelo senso comum são falaciosas. O que proponho é um alerta sobre não se tomar a construção social de estigmas como verdades, mas tão somente como guia ao ordinário, uma vez que aquilo que não foi examinado não pode ser corroborado e, mesmo que venha a ser, não implicará em valor de juízo absoluto (FEYERABEND, 2010).

Por isso, a minha preocupação em descrever, não apenas na *Introdução*, como também ao longo do livro, os fundamentos teórico-metodológicos empregados na investigação empírica, cuja finalidade é oferecer aos leitores a propedêutica necessária à compreensão do que está lendo e esclarecer os caminhos epistemológicos e práticos adotados por mim durante a pesquisa *in loco*.

Gostaria de aqui destacar, sobretudo, os autores cujas metodologias nortearam minhas investigações *in loco* e cujas teorias permitiram-me fundamentar a construção de todas as partes que compõem esta obra. São eles: Pais, DaMatta, Goffman, Certeau, Maffesoli e Augé. Não obstante, outras e diferentes concepções, sempre que necessárias, foram utilizadas, como é o caso de alguns conceitos postulados por Weber, Durkheim, Marx, Foucault, Deleuze, Lazzarato, Boaventura, Appadurai e outros.

Para Pais (2002, p. 22, grifo do autor) tomar “[...] o **quotidiano** como alavanca do conhecimento e o social como fonte de enigmas” são meios indispensáveis à sua compreensão. Para tanto, é necessário se pautar em uma metodologia que assegure ao observador *epistemes*

próprias dos indivíduos no ordinário, de modo a “[...] recuperar para o **centro da página** do discurso sociológico as expressões culturais da vida quotidiana que têm ficado à margem dos discursos sociológicos dominantes” (PAIS, 2002, p. 18, grifo do autor).

Neste contexto, cabe ao pesquisador como metodologia, seguindo a mesma linha de pensamento de DaMatta (1978), transformar o familiar em exótico e, assim, “[...] produzir conhecimento sociológico de realidades que, pela cotidianidade, nos são tão **familiares** (PAIS, 2002, p. 19, grifo do autor). O benefício é o emergir de uma “[...] sociologia ‘retratista’ do quotidiano, no sentido em que Simmel utilizava os seus *snapshots*”, a saber: a exploração dos “[...] caminhos de encruzilhada entre a rotina e a ruptura [...]” que mediante observações revelam a construção de rotas do social cujas relações costumeiras aparecem como “[...] significante flutuante do real-social [...]” (PAIS, 2002, p. 20, grifo do autor).

Deste modo “[...] a sociologia da vida cotidiana introduz um novo objeto de estudo: o das situações de interação” (PAIS, 2002, p. 20), ou simplesmente situacionismo metodológico que, ao contrário de outros métodos sociológicos tradicionais – estruturalismo, positivismo ou materialismo-histórico –, se volta para o terreno da teoria da ação, não em uma perspectiva coletiva ou individual, mas em uma condição que Maffesoli (2008) define como *metanoia*.

Isso ocorre porque tal metodologia, própria da sociologia do cotidiano,

[...] afasta-se da lógica do ‘preestabelecido’, que condena os percursos de pesquisa a uma viagem programada, guiada pela demonstração rígida de hipóteses de partida, a uma domesticação de itinerários que facultam ao pesquisador a possibilidade de apenas ver o que os seus quadros teóricos lhe permitem ver. Nesta *lógica de descoberta* [...], o desafio consiste em enigmatizar o social, recorrendo à ironia, na certeza de que a obscuridade dos enigmas é potencialmente clarificadora, intrigantemente reveladora (PAIS, 2002, p. 19, grifo do autor).

Tal característica vai ao encontro do método interacionista simbólico (ou *modus vivendi*) proposto por Goffman (1999) na análise da vida ordinária, que, ao contrário das perspectivas teóricas microsociológicas defendidas por fenomenólogos, propõe em seu lugar “[...] a necessidade de a sociologia da vida quotidiana explorar as relações dialécticas entre microanálise e macroanálise no estudo articulado de comportamentos e estruturas sociais” (PAIS, 2002, p. 20).

Para Goffman (1999), são nas fachadas sociais disponíveis que ocorrem as representações dos sujeitos investigados, cujas encenações podem ser sinceras ou cínicas. Para evitar ser enganado por falsas atuações e assim garantir a veracidade das observações em campo, a teoria goffmaniana recomenda que a análise se concentre nas interações em contexto, a fim de identificar e interpretar se os “sinais/símbolos” oriundos das encenações se adequam ou não ao cenário e às relações que estão a ocorrer naquele momento, já que, no dia a dia, quando

[...] permitimos que o indivíduo projete uma definição da situação no momento em que aparece diante dos outros, devemos ver também que os outros, mesmo que o seu papel pareça passivo, projetarão de maneira efetiva uma definição da situação, em virtude da resposta dada ao indivíduo e por quaisquer linhas de ação que inaugurem com relação a ele. [...]

Dado o fato de o indivíduo efetivamente projetar uma definição da situação quando chega à presença dos outros, podemos supor que venham a ocorrer, durante a interação, fatos que contradigam, desacreditem ou, de qualquer outro modo, lancem dúvidas sobre esta projeção (GOFFMAN, 1999, p. 18 e 20, grifo do autor).

Certeau (1998, p. 41-42, grifo do autor), em seu livro *A invenção do cotidiano*, também volta suas atenções ao ordinário. Para ele, somente neste local é possível observar as *maneiras de fazer* que, mediante subversão,

[...] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro [*Vigiar e punir*] de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’. Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina [...]

Isso demonstra que os homens, em sua vida diária, frente às estruturas social, política e econômica, buscam, sempre que se veem “acuados” por situações advindas do modelo de dominação vigente, adaptarem-se às condições em que se encontram. Para tanto, eles se apropriam do que está disponível (elementos culturais materiais e imateriais), ressignificando seus designios aos próprios interesses, originando segmentos (comércios informais) e bifurcações (movimentos de minorias) não planejados ou previstos pelos ideais modernistas que um dia almejavam a tudo observar e vigiar; um tipo de panóptico (FOUCAULT, 1999) que antecede e reprime qualquer manifestação que não se adequa ao que é permitido.

Apropriar, ressignificar e adaptar o existente às próprias necessidades é um processo que Certeau (1998, p. 79, grifo do autor) descreve como sendo o ato de

[...] *jogar/desfazer o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de

forças e de representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nesses estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade.

Inclinar-se às observações do jogo supracitado é, segundo Certeau (1998, p. 20), o único caminho para conhecer as estratégias de sobrevivência de sujeitos no ordinário (ou de grupos neotribais específicos: flanelas e malabaristas, por exemplo). Mas, para que ocorra o sucesso na descoberta das infinitas artes de “fazer com”, torna-se indispensável ao pesquisador dirigir suas atenções para as práticas cotidianas, “[...] supondo no ponto de partida que elas são do tipo tático”; opção que traz a possibilidade de observar as modalidades da ação, as formalidades das práticas e os tipos de operação especificados pelas maneiras de fazer.

As interpretações de Maffesoli (2008) e Augé (2001) sobre as novas formas de organização social decorrentes da popularização dos meios de comunicação em massa, assim como as teorias e métodos dos pensadores mencionados, completam a propedêutica essencial de meu estudo, que em sua elaboração valeu-se das noções de tempo proposta por aquele e de espaço proposta por este.

Segundo Aguiar (2009, p. 3, grifo do autor),

[...] em contraposição a um tempo histórico moderno, cujas características são o linearismo, a parússia, o produtivismo e o tempo da razão, Maffesoli aponta a existência de um outro tempo. O que preside o orgasmo e que é ‘um tempo poético e erótico, um tempo do corpo amoroso’, um tempo segundo, em torno do qual se organiza a perduração da ‘socialidade’ que desenvolve uma sabedoria popular de sobrevivência expressa em situações, momentos cruciais. [...] É um processo ‘de resistência, de afrontamento do destino’, que Maffesoli denominou de ‘centralidade subterrânea’ ou ‘orgasmo social’.

A partir desta nova noção de tempo, Maffesoli (2008) contrapõe o declínio da modernidade e a ascensão da pós-modernidade, mostrando que a referida passagem começa a ocorrer no momento em que epistemes anteriormente consideradas irrelevantes (inclusive no cenário acadêmico) começam a ganhar importância, abrindo possibilidades para se estudar saberes, ações/omissões e relações próprias do ordinário na contemporaneidade – leque em que se enquadram os sujeitos de minha pesquisa.

Augé (2001), a contrário de Maffesoli (2008), opta por compreender as questões sociais na atualidade a partir da observação dos espaços, definidos por ele como não-lugares, em contraposição aos lugares antropológicos que, apesar de criados pelas sociedades arcaicas, estenderam-se até a modernidade ou período histórico em que os lugares (identitário, histórico e relacional) começam a desaparecer por causa dos excessos de velocidade na circulação, consumo e comunicação.

Os não-lugares – materializados no espaço através de aeroportos, rodoviárias, hipermercados, autoestradas, avenidas, ruas e faixas de pedestre – se caracterizam pela completa ausência de símbolos, pois os homens coexistem e coabitam nesses espaços embora não convivam juntos. A consequência é a dissolução dos laços sociais, já que “[...] sempre se está e nunca se está” (AUGÉ, 2001, p. 100), ou seja:

[...] tudo se passa como se o espaço fosse retomado pelo tempo, como se não houvesse outra história senão as notícias do dia ou da véspera, como se cada história individual buscasse seus motivos, palavras e imagens no estoque inesgotável de uma inexaurível história no presente.

Por não-lugar, Augé (2001, p. 87) designa:

[...] duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confun-

dem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária.

Desta contratualidade solitária pode surgir um espaço de relações e, conseqüentemente, a transformação, mesmo que apenas por alguns instantes, dos não-lugares em lugares. Metamorfose que permite ao pesquisador analisar não a dicotomia entre estrada/não-lugar *versus* caminho/lugar, mas sim as relações que se estabelecem a partir da tensão entre espaço construído e espaço vivido, que traz consigo um local propício ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência na pós-modernidade.

Da Apresentação geral dos capítulos

Os capítulos dois e três representam o cerne de uma intensa pesquisa de campo com duas “[...] tribos urbanas [...]” (MAFFESOLI, 1998, p. 27) bem distintas: flanelas e malabaristas, cujas realidades ordinárias revelaram, após intensas observações e diálogos, suas respectivas estratégias de sobrevivência no dia a dia.

Restrinjamo-nos, portanto, aos conceitos de ‘tribos urbanas’ e ‘estratégias do e no ordinário’, já que ambos estão, necessariamente, associados nesta investigação científica, uma vez que aquelas delimitam os indivíduos da pesquisa e estas direcionam o que deve ser observado nas ações desses sujeitos durante as “[...] práticas etnográficas [...]” (DAMATTA, 1978, p. 136).

Para Certeau (1998, p. 46, grifo do autor), as estratégias do homem no cotidiano, mais precisamente aquelas que não são extraordinárias, expressam

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela [a estratégia] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.

Para Maffesoli (1998 *apud* FREHSE, 2006, p. 171, grifo do autor),

o uso da noção [de tribos urbanas é] [...] metafórico [e serve] para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na ‘sociedade pós-moderna’ [...]. Seriam essencialmente ‘microgrupos’ que, forjados em meio à massificação das relações sociais baseadas no individualismo e marcados pela ‘unissexualização’ da aparência física, dos usos do corpo e do vestuário, acabariam, mediante sua sociabilidade, por contestar o próprio individualismo vigente no mundo contemporâneo.

Tal definição é o que nos permite perceber em nosso dia a dia os diferentes neotribalismos, cujos membros dificilmente escapam à “[...] unissexualização das aparências [...]” (MAFFESOLI, 1998 *apud* FREHSE, 2006, p. 171) que, na prática, operam como guias de identificação das múltiplas tribos urbanas que, a cada dia, estão a se modelizar sob os padrões da contemporaneidade (LOTMAN, 1996).

Cada indivíduo se liga a uma ou mais tribos, já que as fronteiras entre elas, de acordo com a Semiótica da Cultura de Lotman (1996) não são impermeáveis; ao contrário, são porosas, uma vez que, ao participarmos da construção social das realidades, somos, a todo momento, atravessados por diferentes signos (MACHADO, 2007).

Alguns desses signos ficam. Outros simplesmente passam por nós. Alguns são retidos exatamente da mesma forma que nos chegaram, enquanto outros – novos ou antigos – são ressignificados para poderem permanecer em nós. Outros signos, por sua vez, deixam de fazer parte de nosso ser, o que justifica a mobilidade de indivíduos de uma tribo à(s) outra(s), seja para ser ou apenas para estar.

Parafraseando Shakespeare em sua dramaturgia *Hamlet*: “Ser ou estar, eis a questão dos sujeitos na pós-modernidade?!”. Acontece que, nas sociedades de controle, ao contrário das sociedades disciplinares onde os dispositivos são biopolíticos, seus dispositivos são noopolíticos, isto é, atuam à distância (de modo virtual) nos públicos com características memoriais comuns, o que explica o sentimento de pertença de

um mesmo sujeito a diferentes tribos, ou quem sabe a todas as tribos quando ele se declara eclético, posto que o ecletismo também é um tipo de tribo que, assim como todos os outros grupos, não é homogêneo, pois é pouco provável que alguém goste de uma só coisa em sua totalidade e/ou goste superficialmente de tudo.

Desta proposição, bate à nossa porta um paradoxo. Para justificá-lo, cito o verso nove da canção *Pessoa Linda*, composta por Também, Banzo e Mattos (2004) e gravada pela banda Porcas Borboletas, que diz: “Liber-te-se desse seu vício de não ser viciado em nada”, o que mostra que os rótulos, comuns à modernidade, permanecem existindo na pós-modernidade, dado que não optar por classificações já é uma forma de classificar.

Mesmo que exista alguém que goste de uma única coisa em sua totalidade, a intensidade por este único gosto se alterna com o tempo. Além do mais, mesmo que exista um louco que consiga acompanhar e gostar de tudo um pouco, ele jamais irá conseguir consumir tudo que é produzido.

Outra informação importante sobre o neotribalismo nas sociedades de controle é que os sujeitos desta ou daquela tribo urbana não necessariamente se conhecem ou estabelecem vínculos afetivos, pois, na pós-modernidade, pertencer a uma tribo significa estar conectado virtualmente a construções sociais comuns e possíveis de serem compartilhadas por meio de tecnologias midiáticas (LAZZARATO, 2006).

Partindo dessas reflexões, eu elaborei três capítulos. O primeiro é fundamentalmente de caráter contextual e conceitual, enquanto os dois últimos são resultados do estudo de dois fenômenos neotribais de auferir dinheiro; realidade muito comum nos municípios de médio e grande porte, não apenas no Brasil como em toda a América do Sul (DANIEL, 2009).

O primeiro capítulo tem como objetivo esclarecer as principais concepções teóricas empregadas na construção dos textos. Nele, são apresentados breves e consistentes reflexões sobre as novas configurações da sociedade contemporânea, principalmente após a segunda metade do século passado, em que a pós-modernidade emerge e passa a coexistir com a modernidade (MAFFESOLI, 2008); as sociedades de controle começam a se sobrepor às sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992); e a flexibilização das leis trabalhistas impulsiona o aumento da informalidade pelo mundo, bem como novas e diferentes maneiras de se lidar com a exclusão financeira gerada pelo capitalismo (IDALINO, 2012).

O segundo capítulo apresenta a metodologia de procedimento aplicada na investigação dos riscos e estratégias de sobrevivência empregadas no cotidiano pelos chamados “flanelinhas”. Traz, também, referenciais teóricos ligados à sociologia do cotidiano; descreve os caminhos percorridos durante a pesquisa de campo; esclarece a questão jurídica sobre o direito legal de “flanelar” nas ruas e avenidas públicas dos municípios brasileiros; e expõe as táticas aplicadas junto aos transeuntes do local para a obtenção de ganhos financeiros.

Por fim, o terceiro e último capítulo busca compreender, a partir de uma reflexão sobre os espaços públicos ocupados pelos malabaristas em Cuiabá, como algumas artes, antes restritas aos circos, ganham os não-lugares da cidade (AUGÉ, 2001). Para tanto, é apresentado, após a descrição da história, origem e definição de malabarismo, quem são esses artistas de rua, quais são as artimanhas aplicadas por eles na busca por dinheiro, quais são as artes circenses empregadas nos semáforos, bem como suas especificidades, modalidades e instrumentos utilizados nos espetáculos.

1. Da pós-modernidade, sociedades de controle e informalidade

1.1 Da modernidade³ e pós-modernidade⁴

Observando o mundo contemporâneo, Maffesoli (2008), em sua obra *Elogio da razão sensível*, elabora uma discussão entre, de um lado, os modos de operar da razão abstrata, e, de outro, as intuições e as pretensões da razão vital. A primeira representa a hegemonia de um grupo específico, que se pauta em narrativas de cunho acadêmico predominantemente binário. A segunda busca valorizar os saberes do cotidiano, os saberes relativos que estão ligados ao instinto do senso comum como algo imprevisível, trágico, não racional e imaginário.

Na prática, significa afirmar que o autor é um crítico das sociedades disciplinares que, devido ao advento e à popularização dos meios de tecnologia da comunicação, deixaram de ser uma “gaiola”, como

3 Segundo Lazzarato (2006), a modernidade pode ser interpretada de três modos: encerrada, aprofundada e incompleta. No presente texto a modernidade será tomada como encerrada.

4 A ideia de pós-modernidade não é um conceito homogêneo, mas sim uma variedade de conceitos que buscam romper com o pensamento racionalista dos tempos modernos (LYOTARD, 1998).

afirmava Weber, e se transformaram em sociedade aberta, de modo que as relações de poder, impostas por mecanismos de disciplina aos corpos dóceis, se revelaram falidas, na medida em que as manifestações individuais passaram a ser múltiplas, infinitas, bifurcadas em pensamentos e ações, locais em que o senso comum ganhou força e não pôde mais ser ignorado; e nem deve, pois ele se tornou uma maneira de abordar o real em sua complexidade fluida sem abandonar as linhas do incerto e da efervescência do social na vida coletiva, como é próprio do raciovitalismo.

A compreensão do conhecimento comum na pós-modernidade descreve o estado de espírito em que interpretar se tornou mais importante do que explicar os fatos, cuja consequência é a valorização de uma nova metodologia, não crítica, mas baseada na razão sensível, no pluralismo de ideias e na valorização do cotidiano como o local de união entre o viver e o pensar, que Nietzsche define como saber dionisíaco, em oposição à razão instrumental.

O que está em jogo é a valorização do ordinário, mas não como queriam os românticos que, opondo-se ao racionalismo iluminista, valorizavam apenas as paixões, os sentimentos, a imaginação; no ordinário, é preciso valorizar a multiplicidade não apenas das emoções, mas também do intelecto e do cotidiano em que a vida é produzida, uma vez que o indivíduo, na unicidade do corpo e da mente, é uma explosão de forças vitais, racionais e passionais, possíveis somente no mundo das sombras, que é o único local onde existe a vida na vida – uma vida que não exclui a morte nem a ela se opõe.

Maffesoli (2008) sugere que é preciso demarcar o caminho da pós-modernidade da mesma forma como fizera Descartes ao delimitar o da modernidade. O pensamento desse último e de vários outros teóricos (Hume, Kant, Hegel etc.), defensores da razão abstrata, em que a representação da ideia se separa da vida, já não consegue prevalecer na contemporaneidade, que é momento histórico em que a aparência, o senso comum ou a experiência vivida, por meio da razão interna, retomam uma importância que a modernidade havia lhes negado: a valorização da razão sensível nos fenômenos sociais por meio de uma adequação entre o interior e o exterior, o imaterial e o material, como a expressão da união dos contrários em uma só sinfonia, cujo benefício é o resgate da vida.

Sobre a superação da razão abstrata, bem como sua ineficiência em conhecer fenômenos hodiernos sentenciados como menores, Maffesoli (2008, p. 43-44, grifo do autor) escreve:

Não se poderia melhor exprimir a dicotomia típica da modernidade: cada ‘coisa’ em seu lugar e a sociedade estará em ordem! De Pico della Mirandola a Adorno, passando por Durkheim, uma mesma sensibilidade se exprime: a da separação, a de uma razão abstrata que não consegue, não sabe, perceber as afinidades profundas, as sutis e complexas correspondências que constituem a existência natural e social. Daí vem, certamente, a alergia do cientista às formas, às aparências, a todas essas coisas sensíveis que ele tende a desprezar, pelo motivo de que elas não podem reduzir-se à intelectualidade pura. Seu medo é, essencialmente, o do retorno ao caos primordial que só a razão pode e sabe pôr em ordem.

Na pós-modernidade, tornou-se necessário romper com a visão unívoca e equivocada de que o mundo pode ser dominado pelas luzes da razão. O próprio Maffesoli (2008), para refutar os ideais racionalistas, utiliza o argumento psicológico de que a sombra do irracional é proporcional à luz da razão, ou seja, quanto maior a consciência, maior será a vitalidade do universo sensível. Porquanto o maior problema do racionalismo foi se trancar em uma fortaleza vazia, cujo enclausuramento na consciência pura foi, pouco a pouco, distanciando a razão do mundo circundante, daí o conceito de razão fechada como doutrina incapaz de perceber a vida em seu desenvolvimento ordinário.

Todavia, a questão não é negar o racionalismo puro, duro e simplesmente adotar o irracionalismo, como propunham os românticos do século XIX (Schelling e Schleiermacher); ao contrário, a questão consiste em pôr em prática uma deontologia que saiba reconhecer em cada situação de nossa vida, por meio do senso comum, a dicotomia da sombra e da luz, do corpo e da alma, que ali existe como uma sinergia entre razão e sentidos, uma espécie de organicidade fecunda, cuja

proposta é substituir a representação pela apresentação das coisas, a *paranoia* (que pensa de modo impositivo) da modernidade pela *meta-noia* (que pensa ao lado), que iniciou na segunda metade do século XX.

Nesse jogo, é importante perceber a existência de dois grupos de intelectuais: os críticos (das sociedades binárias) e os orgânicos (das sociedades de controle). Os primeiros representam as concepções da modernidade que se baseiam na razão fechada (unidade da razão), cujo pensamento é em si, isto é, nega a vida vivida por causa da dicotomia moderna em que aquele que pensa não vive e aquele que vive não pensa. Os segundos representam as concepções da pós-modernidade que se baseiam na razão aberta, multiplicidade e unicidade das forças vitais, no sentido de valorização da vida e da não separação entre viver e pensar, em toda a sua diversidade, em todo o seu devir.

O racionalismo dos intelectuais críticos, por transcender o mundo da representação, em que há uma perfeita congruência entre o sujeito e o seu objeto, se tornou abstrato, imóvel, estático e, conseqüentemente, dogmático. Na prática, significou a recusa do mundano, o rompimento com uma vida de pura fruição, na qual o sensível, o afeto e a comunhão com a natureza constituem o essencial da existência humana; a razão fechada tornou-se incapaz de reconhecer o potente vitalismo que move toda a vida social, devido ao fato de a própria vida não poder ser reduzida a uma ordem abstrata.

É por meio da descrição, intuição e metáfora que a razão sensível, na contemporaneidade, se embriaga de vida, ao evitar a amputação dos sentimentos que estão impregnados na razão, na forma de interpretação do mundo em seu dinamismo, potência e complexidade; essa sensibilidade resgata o desejo de interação entre o conhecimento e o viver, sem excluir um ou outro, que, paradoxalmente ou não, coexistem harmonicamente no cotidiano, mas não no mundo das ideias que, ao nomear o que se apreende, mata aquilo que é nomeado. Dito de outro modo: no mundo que se supõe criado pelo Demiurgo, o que existe são entidades metafísicas preexistentes que representam ideias separadas das forças vitais.

Compreender que a razão aberta integra o seu contrário, pois o seu objetivo não é negar a razão fechada e sim coexistir com ela, é o pressuposto fundamental para a compreensão daquilo que pretendem os intelectuais orgânicos, que negam a ideia do que deve ser e buscam

apresentar a vida como ela é: enraizada no mundano por meio de manifestações naturais, históricas e sociais que vinculam ciência e arte, conceito e forma, corpo e alma, peculiares à realidade em sua totalidade.

Nessa perspectiva, não há uma verdade única e universal aplicável em qualquer tempo e lugar; ao contrário, há uma multiplicidade de valores que relativizam uns aos outros, ora se opondo, ora se complementando, lado a lado, sem se excluírem; é o microcosmo/individual e o macrocosmo/social respondendo um ao outro no interior do mundo social, cada qual segundo as suas qualidades culturais.

Portanto, o raciovitalismo, como estreita ligação entre um conceito que caracteriza uma civilização e a vida que o exprime, expressa a transfiguração da matéria pela razão interna que a anima em toda a sua totalidade histórica e cultural, possível somente na pós-modernidade por meio da razão orgânica, que não é *a priori* nem *a posteriori* (monoteísmo de valores) e sim *a fortiori* (politeísmo de valores), construídos a partir do triângulo perfeito entre o homem, o social e a natureza, que apreendem o mundo como vontade de potência imanente e não transcendente. Em suma, uma fruição imediata sem projeto voltado para o além, em que o senso comum, por meio da intuição e da metáfora, enquanto sensibilidade intelectual, se enraíza dinamicamente no presente, no passado e no futuro (MAFFESOLI, 2008).

1.2 Das sociedades disciplinares às sociedades de controle

Para Lazzarato (2006), atualmente, nós vivemos em uma sociedade de controle. Porém, ainda na primeira metade do século XX, segundo Foucault (1999), encontrávamo-nos em uma sociedade disciplinar, que começou a ganhar forma no século XVII em meio à decadência das sociedades de soberania, cujos dispositivos de vigilância dos diferentes virtuais, através do uso de tecnologias mecânicas para torturar, esquartejar e amputar corpos, deixaram de ser eficazes, exigindo do Estado outras e novas maneiras de reprimir manifestações (ações e expressões) consideradas indesejáveis à estrutura social vigente.

O próprio Foucault (1999, p. 12) afirma que:

No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transforma-

ção, misturaram-se dois processos. Não tiveram nem a mesma cronologia nem as mesmas razões de ser. De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. [Do outro] O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração.

“O desaparecimento dos suplícios é, pois, o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue”, fazendo com que os castigos, antes aplicados por meio de dor e sofrimento físico aos corpos, sejam substituídos por modos de vigilância que, de modo geral, não toquem mais nos corpos, ou toquem o mínimo possível, já que a ideia não é mais atingi-los diretamente, mas colocá-los “[...] num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições” (FOUCAULT, 1999, p. 14-15).

O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais ‘elevado’. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 1999, p. 15, grifo do autor).

Ao se dissociar a punição da dor física, tem-se o embrião da sociedade disciplinar, que se consolida efetivamente na segunda metade do século XVIII, vindo a ter seu apogeu no início do século XX. Posteriormente, devido ao advento e à popularização dos meios de comunicação em massa, a começar pelo telégrafo e o rádio, as socie-

dades disciplinares dão lugar às sociedades de controle (COSTA, 2004) que, segundo Tarde (1893 *apud* LAZZARATO, 2006), começaram a ser gestadas no século XIX.

A passagem de um modelo de sociedade para outro reflete dois momentos distintos do modo de produção liberal. A primeira, das sociedades de suplício às disciplinares, ocorre como forma de consolidar o sistema econômico emergente: o capitalismo. A segunda, das sociedades disciplinares às de controle, surge da necessidade de garantir a continuidade do capital mediante a reformulação dos dispositivos de vigilância. Em ambos os casos, as mudanças ocorrem como forma de se adaptar às tecnologias geradas pela revolução industrial e suas inovações posteriores.

Sobre as tecnologias de cada época, Deleuze (1992, p. 223) descreve:

As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo a pirataria e a introdução de vírus. Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo.

Gradativamente, as sociedades de suplício, assim como suas ultrapassadas tecnologias produtivas, são substituídas pelas sociedades disciplinares e suas novidades científicas. Tempos depois, com as crises econômicas provocadas pelo excesso de produção, a quebra da bolsa de valores em 1929 e a expansão dos ideais socialistas e comunistas, o modelo capitalista em vigor é contestado e colocado em xeque.

Nesse momento, os liberais, preocupados em não perder suas propriedades e dispostos a recuperar suas perdas financeiras, se veem obrigados a buscar dispositivos de vigilância mais eficazes na integração dos diferentes, bem como se readaptar às novas realidades de mercado (produção e consumo) e desenvolvimento tecnológico (telefone, TV e, anos mais tarde, internet).

Esses rearranjos do capital levaram à passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle, que, ao contrário daquelas, não buscam neutralizar os diferentes virtuais possíveis, mas monitorá-los a distância (LAZZARATO, 2006). Tais mudanças nos moldes de vigilância permitiram o surgimento de novos movimentos sociais (feminista, negro, homossexual, indígena, ecológico etc.) que, ao invés de se voltarem contra o Estado, como fez o movimento operário, passaram a exigir dele, principalmente após a década de 60, o reconhecimento e direitos antes negados às minorias (SANTOS, 1991).

De fato, as configurações dos dispositivos elaborados pelas sociedades disciplinares são diferentes dos construídos pelas sociedades de controle, por isso a necessidade de explanarmos a seguir os *modus operandi* de cada uma delas, esclarecimento que, sem dúvida, nos permitirá compreender não só as relações de poder presentes na atualidade como também perceber que as tecnologias termodinâmicas usadas para disciplinar não desapareceram completamente, servindo de complemento às tecnologias midiáticas de controle (LAZZARATO, 2006).

Passetti (1999, p. 57) explica que:

[...] a sociedade disciplinar acomoda o sistema de castigos à utilidade dos corpos de maneira normalizadora, com vista a deles obter maiores docilidades. Trata-se de uma sociabilidade orquestrada por sanções que dinamizam a centralidade do poder, educando em função da adaptação. Persuadir e adequar são meios para a pacificação das tensões, o aumento de riqueza e regras de poder pretendendo agir preventivamente com o objetivo de conter a proliferação dos sujeitos perigosos à coesão social.

Portanto, massificar e uniformizar são exigências fundamentais para o funcionamento e manutenção das sociedades binárias que se valem de dispositivos disciplinares e de dispositivos biopolíticos (ou biopoderes) para atualizar as relações duais de poder e força nos espaços fechados, cujo objetivo é integrar os diferentes por meio de sua neutralização, sem perder de vista quaisquer movimentos que escapam à vigilância, que, por serem tratados como exceções, devem, de imediato, ser reprimidos, subsumidos e, se preciso for, eliminados.

Os poderes disciplinares se dividem em máquinas de expressão (conhecimento, linguagem, direito etc.) e agenciamento maquímicos (escolas, fábricas, hospitais ou qualquer instituição em que o convívio seja dual) que, apesar de agirem singularmente em cada um dos indivíduos, de modo a transformar as multidões confusas, perigosas e inúteis em classes organizadas e produtivas, possuem papéis distintos.

Os primeiros têm a função psíquica de criar as dicotomias de forças e os segundos têm a obrigação de fornecer um ambiente físico em que a atualização dessas relações de poder seja possível. Por exemplo, só na instituição prisional existe a relação carcereiro *versus* prisioneiro; somente na faculdade existe a relação docente *versus* graduando; somente na fábrica existe a dominação legal-burocrática entre burguês *versus* proletário – dialética de forças que operam como panópticos (FOUCAULT, 1999).

Por certo, as instituições passam a ser agentes de interação e estratificação binária das forças, cuja configuração está voltada para a ideia de trabalho de grupos sociais fechados: classes, populações, aglomerações ou multidões, possíveis graças à modulação da memória dos corpos, na qual o objetivo final é aprisionar, disciplinar e impor tarefas ou condutas que viabilizem a produção de bens necessários aos homens: mercadorias, propriedades, direitos e deveres, ou algum objeto físico e/ou abstrato que satisfaça uma necessidade humana, ou qualidades de excelência moral.

Os dispositivos biopolíticos estão voltados aos corpos no interior dos processos biológicos coletivos. Seu objetivo, através de investimentos na saúde pública, políticas familiares, controle de natalidade, seguridade social, aposentadoria e outros benefícios, é enquadrar a pluralidade no espaço e programar os atos ordenadamente no tempo de modo a equalizar e viabilizar a produção, exequível nas sociedades disciplinares apenas se houver a unidade da multiplicidade de mundos diferentes.

Os resultados esperados da junção dos dispositivos disciplinares e biopoderes nas sociedades binárias são: a docilização dos corpos como impedimento dos desvios de conduta padrão; a neutralização de qualquer possibilidade de variação; o enclausuramento das diferentes multiplicidades, potencialidades ou “n” devires “anormais”; e a produção da subjetividade como regime de reprodução de dualismos, cuja intenção

última é integrar, capturar, religar as distintas singularidades com o intuito de homogeneizá-las em função de um objeto comum: “[...] a atualização das diferentes relações de poder” (LAZZARATO, 2006, p. 66).

“Encerrar o fora, aprisionar o virtual [...] e codificar a repetição para subtrair dela toda possibilidade de variação, para reduzi-la à simples reprodução” (LAZZARATO, 2006, p. 70) não perdurou muito tempo, pois outros e diferentes mundos incompatíveis com as polarizações exigidas nas instituições existentes afloraram e se fortaleceram em movimentos de reivindicação de direitos, hoje denominados direitos da minoria, fato que permitiu, em definitivo, a consolidação e a predominância das sociedades de controle na segunda metade do século XX.

Todavia, a sociedade de controle não suprimiu nem substituiu totalmente a sociedade disciplinar, embora tenha reescalonado as prioridades soberanas (PASSETTI, 1999) através do desenvolvimento de dispositivos *noopolíticos* que passam a enxergar os grupos sociais como públicos e não como aglomerações, classes ou populações, o que explica a gênese de outro e novo paradigma de vigilância: as modulações, cujas técnicas e dispositivos de monitoramento foram elaborados para controlar e agenciar os “n” devires possíveis que, nos espaços abertos, deixaram de ser binários para se tornarem múltiplos, variáveis, infinitos e imprevisíveis.

Isso só se tornou possível porque, segundo Costa (2004, p. 161), a sociedade de controle

[...] seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. [...] uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social.

O agenciamento das diferenças e da repetição, pós Segunda Grande Guerra, perde a sua eficácia em neutralizar e disciplinar a diversidade nos espaços fechados como queriam as sociedades disciplinares,

por isso a forma de vigilância é reformulada. O controle passa a ser à distância, em espaços abertos, através da modulação da memória mental, por mecanismos midiáticos temporais, em especial a internet, que torna todos os seus usuários ativos, como nos explica Deleuze (1992, p. 222-223, grifo do autor):

Nas sociedades de controle [...] o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *senha*, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se '*dividuais*', divisíveis, e as massas tornaram-se amstras, dados, mercados ou '*bancos*'. [...]

O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o *surf* já substituiu os antigos *esportes*.

Nas sociedades de controle, permanece o desejo do Estado em manter úteis os corpos sãos. Porém, a sua docilidade dá lugar à participação, mudança que Deleuze (1992, p. 223) metaforicamente chamou de a passagem da toupeira à serpente, uma referência à principal consequência do incentivo à participação, que é o esgotamento das reservas de autonomia individual que outrora operaram como resistência, mas que, ao se fragmentarem, foram absorvidas pelos fluxos/*hertz* e ajustados às cifras/senhas (ora aceitas, ora recusadas), alterando drasticamente o regime de dominação em que vivemos, nossa maneira de viver e nossas relações com outrem.

“O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1992, p. 224). A incerteza torna-se a única certeza. Como resposta “[...] à agonia gestada pela tecnociência, máquina artificial que obedece estritamente ao seu programa” (MORIM, 1993

apud PASSETTI, 1999, p. 59) e as modulações incessantes e contínuas, os homens desenvolveram estratégias de sobrevivência, algumas das quais eu me propus investigar e revelar, mais especificamente as utilizadas por dois grupos urbanos: flanelas e malabaristas.

Ademais, para concluir, saliento que a ideia de racionalizar e padronizar a unidade da multiplicidade, para eliminar os diferentes saberes e os mais variados atos emotivos, configura-se como parte do projeto modernista: comum às sociedades disciplinares que almejaram construir um lugar onde reprodução e tomada de poder, equilíbrio e contradição respondessem de maneira paradoxal ao mesmo problema: “[...] viver junto em um só mundo possível” (LAZZARATO, 2006, p. 71): unidade denominada mônada.

Já a ideia de permitir a manifestação do racional e do passional, dos infinitos devires virtuais e individuais, é uma postura típica do pós-modernismo: comum às sociedades de controle que veem a criação e invenção de mundos possíveis não como exceções e, sim, como realidades intrínsecas do cotidiano, local onde a “[...] integração e a diferenciação das novas forças, das novas relações de poder, se fazem graças às novas instituições (a opinião pública, a percepção coletiva e a ação à distância)” (LAZZARATO, 2006, p. 76).

1.3 A informalidade como paradoxo do capitalismo

As discussões sobre o trabalho informal não são recentes. Marx, em sua obra *O Capital*, volume 1, mais precisamente na quarta seção do capítulo vinte e três, denominado *Diversas formas de existência da população relativamente excedente*, busca mostrar que o mesmo, independentemente das terminologias utilizadas como sinônimos – subemprego, desemprego disfarçado ou estratégia de sobrevivência – representa o excedente de mão de obra disponível às empresas.

Ele definiu o excedente de trabalhadores disponíveis ao mercado formal de trabalho em três categorias: líquida, latente e estagnada. A primeira são trabalhadores demitidos por uma empresa e rapidamente admitidos por outras; em geral, possuem qualificações e experiências que favorecem as rápidas contratações. A segunda é composta por ex-moradores do campo que se mudaram para as cidades em busca de trabalho e cuja falta de qualificação os coloca em serviços de bai-

xíssima remuneração. A terceira, que aqui é a parte que nos interessa, refere-se aos indivíduos que fazem da ocupação totalmente irregular do trabalho um meio de superar a falta de emprego, como é o caso dos flanelas e malabaristas na atualidade.

A informalidade, segundo Marx (1983, p. 677, grifo do autor), está na

[...] terceira categoria da população relativamente excedente, a *estagnada*, [que] forma parte do exército *ativo* do trabalho [...]. Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital [que se vale da necessidade de o trabalhador desempregado se sustentar para explorar ao máximo seu tempo de trabalho com o mínimo de salário].

Nos países industrializados, ainda no final do século XIX e início do século XX, os operários, contra os abusos das empresas (longas jornadas de trabalho, baixos salários e ausência de direitos como férias, décimo terceiro salário, descanso remunerado, entre outros), se organizaram em sindicatos para somar forças e exigir do Estado e dos proprietários dos meios de produção leis que assegurassem direitos aos trabalhadores.

Pressionado pela expansão dos ideais socialistas e comunistas, o setor hegemônico do capital liberal se viu obrigado, principalmente após a revolução russa em 1917, a conceder a maioria dos direitos trabalhistas exigidos pelos operários, fato que não se restringiu apenas aos países desenvolvidos, vindo a alcançar, mesmo que tardiamente, nações emergentes sob a influência do capital estrangeiro, como é o caso de alguns países da América Latina.

No Brasil, a criação dos direitos trabalhistas nasce apenas na década de 40, quando o então presidente Getúlio Vargas, através de Decreto-Lei nº 5.452/1943, promulgou o Código de Leis de Trabalho (CLT), que unifica, com o intuito de regulamentar, as relações individuais e coletivas do trabalho urbano e rural, toda legislação trabalhista

existente no Brasil. Entre os seus principais benefícios destaca-se a exigência de carteira de trabalho assinada no ato da contratação, definição das jornadas de trabalho e aposentadoria por tempo de serviço, idade ou invalidez.

Apesar de Marx (1983) propor a primeira definição de trabalho informal pós-revolução industrial, é a partir da concessão dos direitos trabalhistas – processo que Gramsci definiu como um tipo de revolução passiva – que as discussões sobre informalidade, as causas que favorecem o seu surgimento/crescimento e o papel que ela exerce na economia ganharam força, especialmente após a década de 70, período em que o termo “setor informal” (também descrito como não estruturado, não protegido, marginal, submerso, desorganizado, entre outras terminologias) começa a aparecer nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por causa dos vários estudos feitos no âmbito do Programa Mundial de Emprego.

Jakobsen (2000, p. 13-14, grifo do autor), em seu artigo *A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil*, apresenta as três principais definições contemporâneas sobre o setor econômico informal (ou nova informalidade):

Segundo o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza. [...]

A análise do PREALC/OIT colide com a visão dos economistas liberais, que afirmam que a economia informal não é um setor definido com precisão,

pois inclui todas as atividades econômicas extraleais, inclusive a produção e o comércio orientados pelo mercado ou para a subsistência direta. [...]

Uma terceira perspectiva, também chamada ‘estruturalista’, define o setor informal como o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que atividades similares são regulamentadas.

Não apenas as definições de informalidade são divergentes; as suas causas também são. Para a PREALC/OIT, a origem do trabalho informal na América Latina ocorre por causa do forte êxodo rural, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Para os capitalistas, a origem do trabalho informal está na excessiva regulamentação da economia pelo Estado. Para os estruturalistas, a informalidade advém das

[...] formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceiras de produção de bens e serviços (JAKOBSEN, 2000, p. 14).

As atividades informais observadas em minha pesquisa se encaixam nas perspectivas do PREALC/OIT e do liberalismo, mas não na estruturalista, pois sua definição de informalidade está associada à flexibilização das leis trabalhistas, que trouxe aos empregadores, juntamente com a filosofia japonesa do toyotismo, a possibilidade de legalmente burlar fiscalizações contábeis (ou pagamento de impostos) e escapar de obrigações trabalhistas onerosas.

Para o PREALC/OIT, a informalidade tem como papel propiciar meios alternativos de subsistência a indivíduos desempregados devido à falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, com a criação de novas maneiras informais de fazer dinheiro. Para os economistas liberais, a informalidade representa o esforço de alguns sujeitos em sobreviver ou mesmo prosperar financeiramente fora das regulamentações do Estado que, em muitos casos, devido a uma série de exigências, inviabiliza os lucros decorrentes da produção de bens e serviços.

O modo como o PREALC/OIT enxerga as causas da informalidade – diferentemente do liberalismo, que atribui a sua existência ao rígido controle estatal – aparece como uma crítica ao sistema capitalista que, a todo instante, busca otimizar os custos de sua produção com investimentos em tecnologias e redução de postos de trabalho, o que provoca, no próprio modo de produção do capital, um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o capitalismo produz, ele precisa de mercados consumidores para se retroalimentar.

Independentemente das divergências sobre conceitos, causas e papéis do setor informal, o fato é que o exercício destas atividades coloca os sujeitos que dela dependem em condições de incertezas econômicas e expostos a espoliações e subornos de agentes fiscalizadores; somado à insalubridade e periculosidade de algumas destas atividades, como a de catador de materiais recicláveis, por exemplo, faz brotar, em boa parte dos que se encontram na informalidade, o desejo por empregos regulares (SINGER, 2000).

Contudo, o desejo ou não de reocupar cargos em empresas/indústrias (no sentido de voltar a ser empregado e se submeter ao que Weber define como dominação legal) está condicionado aos ganhos financeiros que cada atividade informal proporciona. Aquelas cujos ganhos são insuficientes, o retorno ao mercado de trabalho é visto como uma solução não compartilhada por vários outros trabalhadores informais, cujos lucros ultrapassam o efêmero salário mínimo brasileiro que, hoje (outubro de 2014) (DIEESE, 2014), é de R\$ 724,00 reais mensais, acrescido ou não de benefícios.

Segundo o censo do IBGE de 2012 (*apud* OLIVEIRA, 2014), o salário médio do trabalhador brasileiro com carteira assinada foi de, aproximadamente, R\$ 1.943,16 reais, valor que, apesar de se aproximar da remuneração ideal calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014), que é de R\$ 2.967,07 reais⁵, ainda apresenta um déficit de 34,51%, diferença, no entanto, bem menor se comparada ao déficit em relação ao salário mínimo, que é de 75,60%.

Contrapondo-se os ganhos médios obtidos pelos brasileiros em situação de formalidade com as suas reais necessidades econômicas, descobre-se que a informalidade nasce não apenas como recurso à

5 Valor referente ao mês de outubro de 2014 (DIEESE, 2014).

falta de emprego, mas também como maneira de complementar remunerações insuficientes ao custeio daquilo que é o mais básico no ser humano: a alimentação, que, segundo o IBGE (*apud* CERCA, 2013), exige, no mínimo, um gasto mensal de R\$ 875,58 reais, realidade que coloca cerca de 40% dos brasileiros, que recebem apenas o mínimo estabelecido em lei, em situações sub-humanas.

Diante do exposto, o que se percebe é que aquela crença de que as ocupações regulamentadas pelo Estado e protegidas por leis, edificada no início do século passado e ainda muito defendida pelos meios de comunicação, deixou de refletir, salvo para aqueles cujos rendimentos informais são inferiores a um salário mínimo, as intenções de muitos trabalhadores em atividades informais, principalmente após a flexibilidade dos processos de trabalho, produção e consumo que se manifestaram efetivamente no Brasil na década de 90 mediante intensas privatizações, demissões e reduções salariais.

Observando estas mudanças, Idalino (2012, p. 50) aponta que,

[...] nos países subdesenvolvidos, o fato de um Estado de Bem Estar Social e de um sistema de produção fordista não terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o conceito, sempre foi real, mas que, a partir dos anos 90, com a aplicação dos programas de liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva, observou-se uma ampliação da informalidade, decorrente da transferência de trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais.

É inegável que o trabalho informal reflete o lado negativo sobre o modo como o capitalismo está organizado. Acontece que, ao surgir como estratégia de sobrevivência frente ao desemprego estrutural, a informalidade trouxe, mesmo que somente para uma minoria, possibilidades de ganhos financeiros provavelmente impensáveis na formalidade, tornando-se, por conseguinte, uma alternativa ou mesmo uma opção de vida, como no caso dos flanelas e malabaristas, respectivamente, que curiosamente desenvolveram atividades muitas vezes consideradas desnecessárias, porém muito rentáveis.

Antes de finalizar, vale mencionar que tanto os flanelas como os malabaristas observados, se encaixam no conceito que Idalino (2012) denomina “nova informalidade”, que se refere à ocupação de indivíduos que encontraram neste setor da economia uma maneira de fazer dinheiro suficiente para arcar com as suas necessidades ordinárias, sem que haja a necessidade de associar os trabalhos formal e informal para equilibrar gastos.

Já uma importante diferença entre eles está no fato de os flanelas, ao contrário dos malabaristas, manifestarem o desejo de regularizar as suas atividades junto aos órgãos competentes. Medida que na visão deles traz vários benefícios: proteção contra extorsões de agentes públicos corruptos; possibilidade de desconstrução de estigmas sociais nocivos; e, principalmente, um meio de vida em que não há a necessidade de se submeter a ordens de patrões e a baixos salários, ainda mais quando a escolaridade que se tem não chega ao ensino fundamental completo.

2. Flanelas: “Pode deixar qu’eu olho, doutor!”

Na modernidade, existe uma forte tendência de colocar de lado objetos aparentemente insignificantes, tais como a observação de jovens envolvidos no ato de cuidar (ou não) de veículos que venham a estacionar em ruas e avenidas movimentadas, os popularmente nomeados flanelinhas. Porém, na pós-modernidade, ocorre o resgate do aparentemente desprezível, como propõe Maffesoli (2008), cujo objetivo é mostrar que toda forma de conhecimento produzida, não somente a científica e seus objetos dignos de observação, é importante às epistemologias, uma vez que a racionalidade em si não abrange todas as *performances* de vida, muito menos as do senso comum ligadas a uma vida rotineira.

Nesse sentido, a observação da vida dos indivíduos deve ser conhecida por experiência pessoal, na condição de que aprender e viver tenham o mesmo sentido, antes que qualquer sugestão utópica de mudança na vida pessoal seja feita. Tal proposta no modo de pesquisar aproxima-se da etnografia, definida por Pais (2001) como *método de paginação*, cujo objetivo é descobrir, envolvendo observações diretas e entrevistas informais dos protagonistas e coadjuvantes do cenário (GOFFMAN, 1999), a melhor forma de fazer com que os olhos dos

motoristas passem a refletir o respeito que uma minoria de flanelas⁶, durante anos, tenta construir diante de seus clientes.

Dito de outro modo: antes da imposição de projetos idealizados racionalmente por intelectuais críticos à solução daquilo que não é visto por muitos como problema – talvez no máximo um incômodo que pode ser regulamentado por órgãos públicos, dado que alguns flanelas se veem como profissionais –, é preciso mergulhar neste universo dos vigilantes de veículos a fim de compreender os dispositivos que regem as relações entre o público e o privado, entre eles mesmos, os motoristas e lojistas, bem como descobrir quais entre os “[...] arrumadores de carros [...]” (PAIS, 2001, p. 373) ocupam o papel de trabalhadores e quais têm a atribuição do papel de malandros, no sentido de propor vigiar o automotor, mas sem o fazer.

Na contemporaneidade, a ciência sociológica “[...] fora do *mainsream* [...]” (PAIS, 2001, p. 374, grifo do autor) da Academia, erguida em concepções modernas, utiliza, como metodologia de estudo dos objetos empíricos não respeitáveis, caminhos que negam paradigmas estáticos e inflexíveis que escapam ao simples ordinário, posto que, na vida cotidiana, seja imprescindível

[...] *olhar de frente* o que se *olha de lado*, na suposição de que os desvios de olhar podem potenciar a descoberta do significativo no aparentemente insignificante, do relevante no que nos é dado como irrelevante, e por aí fora. Este labor de rebuscar o que se tende a descurar – o que fica de lado, à margem – é o que torna profícua a pesquisa, como acontece quando se revolvem caixotes de objectos, num acto simultâneo de selecção e abandono, de paciência e resignação – busca contínua, repetida, renovada (PAIS, 2001, p. 374, grifo do autor).

A citação acima explica perfeitamente o *método de paginação* que, na prática, consiste em trazer expressões culturais consideradas efê-

6 São poucos os arrumadores de carro, geralmente os não usuários de drogas ou usuários de drogas leves (cigarro, álcool e maconha), que veem o que fazem como profissão e não como enganação.

meras e, por isso, colocadas à margem, para o centro da página, para o centro das atenções do discurso sociológico, de modo a repensar a construção das estruturas sociais que, na modernidade, foram ignoradas por serem desprezíveis enquanto fundamento científico aos arquétipos pretensamente universais (FEYERABEND, 2010).

Portanto, a objetividade de minha atividade, como procedimentos de amostragem intencional, assim como fez Pais (2001) nos parques de Lisboa, esclarece que o método de pesquisa empregado na observação dos guardadores de carros não está preso ao mensurável, sendo perfeitamente possível assegurar outros meios de análise de informações, cujos critérios de evidência das intersubjetividades são os consensos observados, por alguns meses, na vida cotidiana dos flanelas,

[...] cuja relevância não reside na pretensão de assegurar uma representatividade estatística da população inquirida, mas na de aprofundar um nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa [...] É o chamado *processo de saturação* da informação recolhida que assegura a *validade* das amostras construídas e das informações delas derivadas. Este processo confere à ideia de *representatividade* um significado completamente diferente daquele que ocorre em contextos de investigação mais positivistas (PAIS, 2001, p. 375, grifo do autor).

Por exemplo, nas entrevistas com os lojistas das regiões que convivem com os flanelas, é possível perceber um discurso comum entre eles: os comerciantes não enxergam os arrumadores de carros como um estorvo a ser retirado do local, salvo os seguranças particulares do Shopping 3 Américas que, de modo indiferente, defendem a proibição e a repressão policial de qualquer ato financeiro que não seja legal ou socialmente aceito como emprego de fato.

Já nas entrevistas com as pessoas que transitam nos arredores do Shopping, existe um medo comum que nasce das discussões e brigas entre os arrumadores de carro, provocadas geralmente por invasão de território, dívidas financeiras, divisão da comida e desavenças passadas. Alguns desses desentendimentos são muito sérios. Por exemplo,

em 2013, dois “colegas” que dividem uma mesma área se agrediram fisicamente, ao ponto de um esfaquear o outro. Entretanto, o problema parece ter sido superado por ambos, pois eles aparentam ser amigos, pelo menos até o presente momento da escrita deste trabalho.

Em todo caso, o que se percebe em geral nas entrevistas informais, sejam elas com pedestres, taxistas, comerciantes ou moradores da região, é que o uso frequente de drogas, por parte dos flanelas, sem a preocupação de esconderem os seus vícios, gera uma confusão de sentimentos em quem observa, dos quais o medo da violência, principalmente do latrocínio, faz com que muitos ignorem e se mantenham, como estratégia de segurança, à distância, embora torçam para que, de algum modo, os viciados possam se recuperar e exercer, com maior dignidade, a atividade de guardador de veículos.

É importante ressaltar que a atividade que os flanelinhas exercem é regulamentada pela Lei Federal nº 6.242/1975 e, segundo esta, o exercício da função de “[...] guardador e lavador autônomo de veículos automotores [...]”, em qualquer parte do território nacional, é permitida aos profissionais devidamente registrados na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e apenas nos locais previamente delimitados pelo município. Posteriormente, esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 79.797/1977.

O que coloca os flanelinhas na ilegalidade é o fato de eles exercerem seu ofício sem o correspondente registro, passando assim a praticar uma contravenção penal, que não está ligada à apropriação do público pelo privado, mas às extorsões e ameaças dirigidas por arrumadores aos motoristas, principalmente em locais onde os eventos de lazer (jogos, *shows* e festas) são esporádicos, o que dificulta aos condutores lesados a identificação, junto às autoridades públicas, dos guardadores infratores.

Mesmo que os indivíduos não saibam, existe na região onde os arrumadores trabalham uma espécie de moralidade autopreservativa dos negócios, em razão de haver, inclusive, uma vigilância entre os próprios flanelas viciados e não viciados, que se observam uns aos outros e, quando percebem que as suas finanças estão ameaçadas, como um tipo de “[...] espírito de missão [...]” (PAIS, 2001, p. 380), apoiados por um *networking* surpreendentemente eficaz, procuram rapidamente afastar o viciado que incomoda os clientes e não clientes.

Encontra-se aqui, apesar de quase todos os flanelas entrevistados terem passagem pela polícia, um momento de civilidade (SANTOS, 1991), possível graças a dois fatores inseparáveis: o primeiro está na territorialização do espaço público em privado, o que confere aos mais antigos poder de decisão em sua região de trabalho; o segundo está na relação mutualística estabelecida entre os arrumadores que têm a “flanelagem” como profissão, que se unem para somar forças frente aos indivíduos fisicamente mais fortes que, de algum modo, venham ou possam comprometer os seus negócios.

O resultado final é a segurança das pessoas que transitam pelo local, que deveria ser pública e não privada. Para os flanelas, o que está em jogo é a regulação da convivência com os possíveis clientes que transitam na região, pois, à medida que as pessoas se sentem mais seguras nas ruas, a partir da repressão de possíveis atos de vandalismo, os motoristas acabam por confiar nos serviços prestados e, conseqüentemente, oferecem maior quantia em dinheiro pelo trabalho; além do mais, ao retornarem ao local procuram o mesmo flanela.

Independentemente da tensão existente nas relações entre as pessoas e os flanelas usuários de drogas, em regra, existe uma harmonia social (PAIS, 2001), cuja parceria nasce da aproximação e interesse dos arrumadores com os trabalhadores, proprietários e turistas do local, e não o contrário. Em um primeiro momento, o objetivo dos flanelas é assegurar sua credibilidade e honestidade, principalmente, junto aos lojistas e motoristas do local onde atuam. Para tanto, buscam estabelecer laços de amizade por meio de conversas e prestação de pequenos serviços que, à frente do presente item, serão citados.

Em um segundo instante, a finalidade é desenvolver outras e novas táticas cotidianas de pressionar dinheiro (CERTEAU, 1998), possíveis somente a partir do momento em que os arrumadores de carros têm a sensação de posse do local, no sentido de se sentirem proprietários da rua e/ou avenida escolhida para a “flanelagem”; sentimento este concretizado na relação com os transeuntes do lugar que, com o passar do tempo, reconhecem, através de cumprimentos, conversas, brincadeiras e favores, serem tais indivíduos os responsáveis por vigiar os veículos estacionados em determinada área urbana.

É especialmente, na segunda intenção, que se observam os meios que Certeau (1998) define como artimanhas do campo da retórica,

que consistem em manipular, convencer e enganar, como forma de aumentar a renda diária que, dependendo da época do ano, pode chegar (ou até mesmo ultrapassar) três mil reais mensais, conforme revelaram alguns diálogos *in loco*.

Acrescenta-se às táticas cotidianas duas novas características, que são a aproximação e a colaboração, construídas a partir de pequenas ações que se vinculam aos conceitos fundamentais da ética e do liberalismo, a saber: quem se aproxima para ajudar um desconhecido espera em troca ou agradecimentos gestuais e verbais, ou uma quantia financeira satisfatória.

A tática, como a arte do mais fraco, é definida por Certeau (1998, p. 100, grifo do autor) como

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante.

As artimanhas mais comuns observadas nas ações dos flanelas não estão relacionadas aos motoristas, mas, sim, aos comerciantes e seus clientes, pois diariamente há uma série de serviços oferecidos aos lojistas, tais como carregar sacos de rações de 15 e 25 kg, reservar vagas

na rua para clientes assíduos no salão de beleza, lavar externamente veículos particulares ou comerciais, não permitir pequenos furtos nos estabelecimentos próximos, avisar os clientes dos lojistas quando os guardas de trânsito se aproximam, reservar espaço para os caminhões que pretendem repor os estoques das lojas, varrer as calçadas, trocar pneus, empurrar uma moto etc.

Apesar da honestidade de alguns flanelas, permanece, principalmente nas pessoas que vão de vez em quando ao Shopping 3 Américas, a ideia de que os arrumadores são sujeitos oportunistas e drogados, que fingem vigiar os veículos para a aquisição de dinheiro fácil. Este réotipo que, inevitavelmente, produz no cotidiano a ideia simbólica de serem essas pessoas entes marginais indignos de aproximação.

Acontece que a produção de símbolos, objeto de estudo da Semiótica da Cultura, origina-se como problema social e não como problema sociológico, sendo que aquele nasce da tipificação de *primeiro grau* produzida pelo senso comum, independentemente da formação, pois o que está em jogo é a ausência de estudos do referido objeto, e este nasce da tipificação de *segundo grau* que, por ser científica, edifica-se a partir de propedêuticas epistemológicas que operam como guias à pesquisa.

A concepção que coloca os flanelas como viciados e perigosos corresponde à tipificação de primeiro grau, a qual, após minha investigação em segundo grau, por observação participativa, foi corroborada por muitos arrumadores da região, mas não por todos; o que demonstra, nesse caso em particular, ser a generalidade dos valores atribuídos aos flanelas, enquanto construção social, o único erro a ser corrigido.

O curioso é que, apesar de pejorativo, esse estigma é incorporado como artimanha de identidade territorial por flanelinhas honestos, pois serem vistos como os guardadores responsáveis pelos veículos é, particularmente, mais importante do que as características negativas atribuídas a eles, que podem, com o tempo, serem desconstruídas, afinal o arrumador de veículos é a pessoa que irá receber os proventos da vigília.

2.1 Geografia: espaço urbano e espaço antropológico

Nos espaços geográficos, urbanos e antropológicos, ocupados em um primeiro momento a partir de disputas, existe uma hierarquia profissional assentada na antiguidade, isto é, quem está há mais tempo na re-

gião tem maiores poderes nas decisões acerca de qual território ocupar, quais clientes fidelizar, bem como decidir a participação de forma permanente ou avulsa de novos flanelas que poderão frequentar o lugar.

Sobre o espaço geométrico urbano das ruas e da avenida do Shopping 3 Américas, vale ressaltar que o mesmo é *topológico* e *tópico*. A primeira característica refere-se às formações, reformulações e deformações civis (faixas de pedestre, placas de trânsito, guarita de policiais, entradas de garagens particulares, estacionamentos pagos etc.); a segunda representa os lugares ocupados pelos veículos e seus respectivos arrumadores.

Na segunda forma de espaço, não há apenas objetos, encontram-se pessoas também. A espacialidade antropológica evidencia os aspectos vividos, sentidos e experienciados nas relações cotidianas entre os próprios arrumadores, de um lado, e arrumadores *versus* condutores, lojistas, taxistas e transeuntes, do outro.

Entre os arrumadores, há uma espécie de “[...] código de honra [...]” (PAIS, 2001, p. 381) que consiste em se submeter aos veteranos, pois eles, por direito, dominam a área há muitos anos. É a partir da criação e consolidação desse poder atribuído aos mais velhos de rua que se estabelecem as “[...] redes de filiação e atributos endogrúpicos [da qual] Simmel [aplica] a metáfora da *ponte* e da *porta* para definir um conjunto social: a ponte [...] liga os elementos desse conjunto; a porta [...] impede que outros façam parte dele” (PAIS, 2001, p. 381, grifo do autor).

Desse modo, conclui-se que a ponte, responsável por construir o *networking* entre os arrumadores de um mesmo local, é formada pela junção de três fatores, utilizando a terminologia de Goffman (1999): a fachada urbana (cenário), as atividades que nela se exercem (representações sinceras ou cínicas) e um objetivo comum (teatro dos ganhos financeiros); já a porta corresponde ao domínio tácito sobre determinados locais, de preferência as regiões definidas por Pais (2001) como minas, onde os ganhos são altos e que, diferentemente das regiões de baixa rentabilidade, sempre possuem algum veterano, cuja permanente presença e supervisão constituem uma bandeira de direito natural; uma espécie de lei das ruas, identificada no direito civil brasileiro como usucapião.

Nesse sentido, a seção 2.1.1 tem como finalidade apresentar, através da exposição de mapa e quadro, as seis regiões definidas como minas nas proximidades do Shopping 3 Américas, bem como mostrar seus respectivos arrumadores titulares, que nas entrevistas se apresentaram ora com seus nomes, ora com seus vulgos⁷. Trata-se de um melhor esclarecimento sobre a ocupação do espaço geográfico urbano e dos ganhos financeiros que cada área possibilita.

Nas seções 2.1.2 e 2.1.3, respectivamente, o objetivo é elucidar a constituição da espacialidade antropológica nas mais diferentes relações construídas nesses locais: cenário e representações, e descrever um pouco da história de vida, anseios e perspectivas de alguns flanelinhas, assim como a tática desenvolvida para convencer um dos arrumadores fixos do local a me ajudar na pesquisa.

2.1.1 Territorialização: definindo os atores e suas posições no palco

Nos arredores do Shopping 3 Américas, existem seis regiões nas quais se pratica a “flanelagem”. Cada um desses lugares possui um ou dois arrumadores titulares, que esporadicamente permitem a presença de flanelas avulsos, principalmente em finais de semana e feriados. Todavia, qualquer novo arrumador não aceito pelo grupo é definido como penetra, não podendo, após a reprovação de sua aceitação, permanecer no local. Caso o mesmo persista, haverá um corporativismo a fim de somar forças para expulsá-lo, implicando como medida, se necessário, a violência.

São três as classificações dos flanelas que ocupam os locais: titular⁸, avulso⁹ e penetra¹⁰. Os arrumadores titulares são os mais antigos de

7 Para garantir o anonimato dos sujeitos pesquisados, optei por utilizar nomes e apelidos fictícios (pseudônimos).

8 Guardadores de veículos automotores titulares ou fixos são aqueles que, há muito tempo, oferecem, em uma mesma localidade, seus serviços de vigilância. Por conseguinte, a temporalidade, enquanto construção social das ruas, lhes confere, perante outros trabalhadores informais, o direito de posse do espaço ocupado e alguns poderes de decisão.

9 Guardadores de veículos automotores avulsos são aqueles indivíduos que, ora ou outra, aparecem em espaços já apropriados por outro(s) flanelinha(s), que, por uma questão de networking, aceitam, por curtos períodos (geralmente alguns dias), dividir os ganhos de seu território.

10 Guardadores de veículos automotores penetras são os sujeitos não aceitos em regiões com flanelinhas titulares. Eles agem de duas maneiras: ou tentam se apropriar em definitivo de espaços lucrativos já ocupados ou tentam, paralelamente, usurpar os ganhos dos titulares, que nem sempre conseguem vigiar todo o seu território.

casa, que definem quem pode (flanela avulso) e quem não pode (flanela penetra) trabalhar de vez em quando na região. Em regra, é como se existisse, por parte dos flanelas fixos, a preocupação de garantir uma reserva de mercado e, ao mesmo tempo, fortalecer os laços de *networking* com arrumadores fixos de outras regiões da cidade.

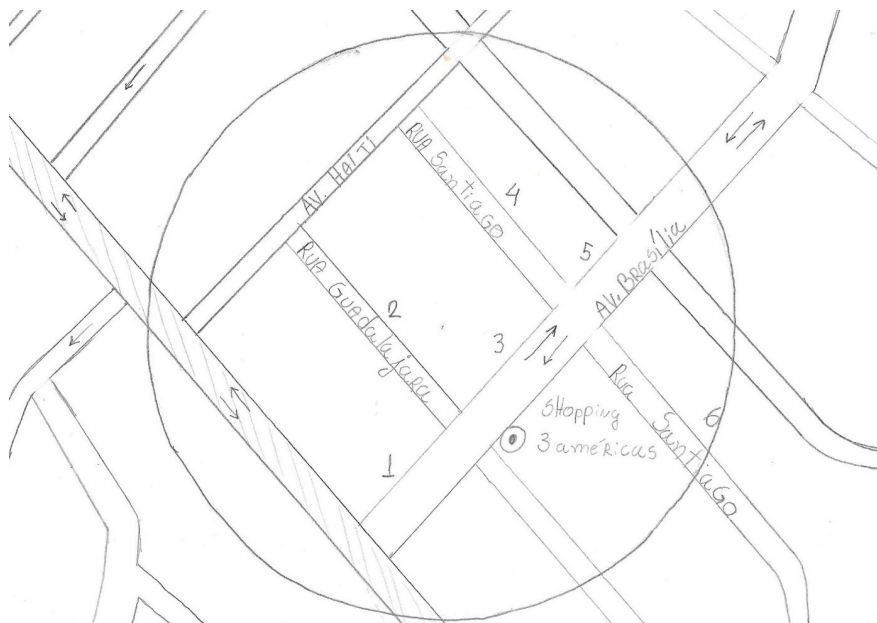
Da relação entre arrumadores fixos de outras regiões surge a dúvida: por que estabelecer laços com flanelas titulares de outros locais? Apesar de as repostas serem as mais diversas, a necessidade de sobrevivência nas ruas se assenta em redes de amizades que garantem aos indivíduos ligados ao grupo uma maior possibilidade de arranjos quando a vida os coloca em apuros, que vão desde problemas com policiais às ameaças de traficantes.

As respostas quanto às motivações na construção de *networking* estão assentadas em amizades antigas entre flanelas, cujo código de honra exige de um “amigo” ajudar os outros, sempre que preciso. Há também a preocupação em perder o ponto atual, daí ter, de imediato, outro ponto, mesmo que na condição de avulso, para se sustentar, pelo menos até a aquisição de outro ponto fixo que, enquanto região de minas, dependerá, novamente, da aprovação de outros arrumadores titulares; daí a importância das redes de filiações e atributos endogrupais.

Ao que tudo indica, as relações de amizade são criadas para a própria preservação pessoal, dado que nas ruas não existe nada que possa ou venha a garantir de fato a propriedade privada daquilo que é público, como ocorre em assentamentos rurais e ocupações de espaços urbanos por usucapião.

Da soma de interesses individuais comuns, nascem – não sei dizer se de maneira racional ou instintiva – os laços de amizade que ajudam ou, no mínimo, certificam uma relativa segurança tanto para os arrumadores que têm e cumprem suas responsabilidades civis (aluguel, prestação, supermercado, água, luz, telefone, sustento da família etc.), como para aqueles que vivem nas ruas e não possuem nem mesmo um parente próximo com o qual tenha laços de afetividade para recorrer nas necessidades que escapam às suas possibilidades.

Figura 1 – Mapa das regiões observadas no entorno do Shopping 3 Américas em Cuiabá.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para melhor visualização da relação entre espacialidade urbana e territorialização antropológica edificadas nos arredores do Shopping 3 Américas, está colocado acima um mapa (Figura 1), e, abaixo, um quadro (Quadro 1) que ilustram e esclarecem, através de explicações pontuais, as características topológicas e tópicas do local, bem como a descrição de quais são os flanelas titulares e avulsos.

No mapa, destaca-se e enumera-se de 1 a 6 as regiões onde existem flanelas titulares. Todos esses locais são minas financeiras para os arrumadores de veículos, por isso dificilmente ficam sem alguém responsável pelo lugar. Pode até acontecer de uma ou outra mina, por alguns dias, semanas ou meses, ficar sem uma vigilância fixa, cabendo aos demais titulares das outras minas próximas impedirem que penetras se aposses, permanentemente, da parte desocupada. O Quadro 1 apresenta a média financeira arrecadada diariamente em cada uma das regiões.

Quadro 1 – Flanelas titulares e renda diária de cada uma das regiões definidas como minas.

Pontos	Identificações	Renda Média Diária (dias bons)
Região 1	Ancião	R\$ 60,00 a R\$ 90,00
Região 2	Roedor	R\$ 70,00 a R\$ 100,00
Região 3	Dedinho e Zézito	R\$ 90,00 a R\$ 130,00
Região 4	Testa e Bombom	R\$ 70,00 a R\$ 100,00
Região 5	Samuel	R\$ 60,00 a R\$ 90,00
Região 6	Larac	R\$ 70,00 a R\$ 100,00

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Geralmente, quem assume provisoriamente qualquer região que venha a ser abandonada é o flanela avulso que, talvez, com uma boa dose de sorte, venha a se tornar o novo arrumador fixo da mina. Tal situação é percebida na área 2, cujo titular, vulgo Roedor, está preso por homicídio, sendo seu retorno uma incógnita. Por enquanto, esta área não foi ambicionada permanentemente por nenhum arrumador avulso, pois parece que tal atitude exige muita coragem e não apenas a aprovação dos flanelas mais velhos.

Por meio de diálogos e observações com os arrumadores fixos das demais localidades, cujos sujeitos são os mesmos há muitos anos (alguns estão no local desde 2003), descobri que o vulgo Ancião é quem cuida da região 1; o Dedinho e o Zézito vigiam a localização 3, que é a mais lucrativa; o Testa e a Bombom guardam o espaço 4; o Samuel pajeia a localidade 5; e o Larac guarda o ambiente 6. Entre os flanelas avulsos que, às vezes, aparecem para ganhar um “troco”, deixando claro que eles não comparecem todos juntos, encontram-se o Átila, PC, Cabra, Ôio, João, Perereca, Zumbi, Bur, Bilu e Tody.

Somando-se os arrumadores titulares e os avulsos, há dezoito flanelas. Dezesete são do gênero masculino e apenas um é do sexo feminino. Desse total, 33,33% (o equivalente a seis flanelas) possuem residência fixa (aluguel, casa própria ou dos pais) e os outros 66,67% (ou doze flanelas) vivem nas ruas, o que equivale dizer que, para cada flanela com moradia, existem dois sem. Dos que residem nas ruas, a maioria não toma banho e faz suas necessidades fisiológicas em becos,

matagais, construções abandonadas, edifícios abertos ao público e em tubulações de esgoto acessíveis.

Normalmente, estas necessidades são realizadas em período noturno. Entretanto, durante o dia, quando estão a trabalhar como flanelas, independentemente de possuírem ou não residência, realizam as suas necessidades atrás do Shopping 3 Américas, que, via de regra, permite a privacidade que julgam necessária. Alguns arrumadores, esporadicamente, conseguem utilizar os banheiros do próprio Shopping, mas, para isso, precisam passar despercebidos pelos seguranças – tarefa nada fácil, visto que eles quase sempre ficam parados nos locais que dão acesso ao prédio.

Na posse dessas e outras informações, juntamente com a observação das maneiras de fazer cotidianas, pude perceber como ocorrem os “re-usos” culturais que os flanelas fazem dos espaços urbanos advindos da *produção racionalizada* que, após serem subvertidos por meio da *produção qualificada*, transformam, mesmo que apenas por um breve período, os não-lugares das ruas, avenidas e praças públicas em locais propícios à comercialização de bens e serviços privados (CERTEAU, 1998).

2.1.2 Fachada: o cenário e a representação dos flanelas

Para Goffman (1999), os homens em sociedade utilizam formas de representações para se mostrarem a seus semelhantes. No caso dos arrumadores de carro, é possível observar como eles se apropriam do espaço e também de equipamentos pessoais para comporem a sua representação, sem perder de vista que

o padrão de ação preestabelecido que se desenvolve durante a representação, e que pode ser apresentado ou executado em outras ocasiões, pode ser chamado de um ‘movimento’ ou ‘prática’. [...] Quando um indivíduo ou ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público em diferentes ocasiões há probabilidade de surgir um relacionamento social (GOFFMAN, 1999, p. 24, grifo do autor).

O espaço do qual eu falo, mencionado anteriormente no subitem 2.1, é o espaço topológico. O mesmo é formado pelas ruas, lojas, faixas de pedestre, placas de trânsito, guarita de policiais, entradas de garagens particulares, estacionamentos pagos, edifícios residenciais, e outros mais equipamentos que, juntos, constituem o cenário onde acontece a ação dos flanelas.

Entre os equipamentos pessoais está o vestuário, sexo, idade, características raciais, altura, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos e outras características as quais dão forma à fachada pessoal dos flanelas. Durante a encenação, “[...] envolverá um ou mais movimentos, e que cada um desses pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público, ou para um público formado pelas mesmas pessoas” (GOFFMAN, 1999, p. 24).

O termo fachada, mencionado no parágrafo anterior, é a “[...] parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (GOFFMAN, 1999, p. 29). No caso dos cuidadores de veículos, pude perceber, por meio de conversas informais com os motoristas, que as suas fachadas são reflexos do estigma de drogado e de marginal depositado sobre eles por causa de ações sociais compartilhadas em sentidos distintos.

Nas relações sociais estabelecidas, considerando que motoristas e flanelas não se conhecem, os condutores, quando pagam pela vigília de seus veículos, pagam por receio de acontecer algo a si próprios ou ao seu patrimônio. Já os flanelas, que não necessariamente guardam os veículos, buscam a retribuição econômica pelo serviço “prestado”; dinheiro que, nas mãos de cuidadores viciados, rapidamente se converte em drogas.

Segundo Pais (2001), o pejorativo estigma atribuído aos guardadores de automotores leva a uma construção social coletiva, definida por Durkheim como fato social (QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2003) que, de tão forte e coercitiva, acaba sendo interiorizada pelos próprios flanelas, usuários ou não de drogas. Consequentemente, no cotidiano, torna-se quase impossível para eles escapar do referido estereótipo popular, uma vez que tal máscara é projetada pelos motoristas sobre os cuidadores de carros, independentemente de suas vontades.

O que está em jogo não é meramente aquilo que o arrumador de veículos assume, mas também, e principalmente, o que está nos olhos de quem o vê. A ideia de lançar no outro o que ele necessariamente não é constitui uma atitude comum aos seres humanos que se valem de experiências anteriores para enfrentarem o desconhecido. Pais (2001, p. 377, grifo do autor) define tal comportamento como alegoria, que significa:

[...] expressão plástica de uma coisa, com o fim de as imagens dessa coisa sugerirem outra diferente. Não é por acaso que, etimologicamente, a alegoria vem do grego *allos* (outro) e de *agoreuein* (falar). Outro falar. Figuração ficcionante que se projecta numa paternidade distinta.

Mesmo estigmatizados, percebem-se as múltiplas relações que se estabelecem em seu cenário social, possibilitando assim um palco rico em representações. A região ocupada por eles, nos arredores do Shopping 3 Américas, revela uma estrutura social cuja integração, com base nos pensamentos de Clastres (1980 *apud* PAIS, 2001), é mediada ora pela reciprocidade positiva ora pela reciprocidade negativa, cuja unidade possibilita a realização de um equilíbrio conflitual.

Embora a reciprocidade positiva seja, dentre as reciprocidades, a menos observada, ela não deve ser ignorada, pois é nas relações harmoniosas que se vivencia a pluralidade de acordos mutualísticos: empréstimo de dinheiro, divisão de comida e bebida, vigilância do local, troca de favores etc. Contudo, o campo de observação mais rico em informações sobre as artimanhas de “flanelar” está nas relações que envolvem tensões e conflitos, que, durante a pesquisa, acabou por se tornar a minha principal referência.

A reciprocidade negativa aparece no conflito entre flanelas e motoristas, flanelas e lojistas, flanelas e seguranças e entre os próprios flanelas. Segundo as táticas cotidianas de Certeau (1998), pode-se dizer que tais relações de conflito se enquadram na categoria das astúcias, sendo possível nelas perceber gestos hábeis do fraco na ordem estabelecida pelo forte, gestos que “[...] se expressam numa arte de dar golpes no campo do outro [...]” (PAIS, 2001, p. 379).

Em meio a essa arte, dá-se a representação na qual o personagem representado é produto da cena, e não causa dela. Durante essas cenas, pode perceber que os ritos de evitamento (GOFFMAN, 1999) se manifestam, por exemplo, quando o motorista se esquia de parar o carro nas áreas ocupadas pelos flanelas, optando por parar em estacionamentos particulares ou em vias mais distantes, de preferência onde não há guardadores.

Outra forma de evitamento executada pelos motoristas está no momento de sua saída, possível de ser observada por meio de ações corporais. Alguns condutores ignoram os flanelinhas que tentam se aproximar; outros apressam os passos em direção a seus automotores e, de imediato, após entrarem nos veículos, seguem o rito de travar as portas, ligá-los e saírem acelerados.

Os mecanismos de evitamento elaborados pelos condutores das motos têm alguns traços em comum com os dos motoristas de carros. Todavia, aqueles, ao contrário desses, não apenas costumam acelerar os passos como também ignoram os flanelas. Por meio da gestualidade ou da voz, dão alguma desculpa para não pagarem pelo estacionamento, tendo a preocupação de rapidamente colocar o capacete e deixar o local, uma vez que a moto, diferentemente do carro, não oferece nenhuma proteção física contra possíveis agressões ou furtos.

Os flanelas, por sua vez, reagem a essa situação ativando “[...] ritos dissuasores de reciprocidade negativa” (PAIS, 2001, p. 378), identificados em atos de intolerância manifestos na depredação de veículos: riscar os carros, furar pneus, xingar os condutores etc. Essas condutas só fazem alimentar o estigma de marginais, que no dia a dia opera como um dos vários artifícios aplicados pelos guardadores de automotores para aumentarem os ganhos financeiros, já que tais ritos tendem a provocar nos motoristas algum sentimento de receio, alarme ou medo, forçando-os a retribuir pelo serviço prestado, ou que se fingiu prestar.

Então os *riscos de naifa* nos carros alheios são a arma mais frequentemente usada contra [...] *condutores forretas* [que não querem pagar]. No fundo, os *riscos de naifa* são formas de protesto, artes de dizer, outro (*allos*) falar (*agoreuein*) que se traduz numa alegoria de resistência [...] à avareza de quem

resiste a dar gratificação aos que não têm poder credenciado [como os estacionamentos privados] para o exigir (PAIS, 2001, p. 378, grifo do autor).

Diante desse cenário, fica claro que a reciprocidade, tanto positiva quanto negativa, é estimulada pelo comportamento do outro e que, ao se manifestar, aparece como uma forma de representação. Ademais, é possível perceber que tal representação só ocorre diante de um cenário específico, que, juntamente com a aparência e a maneira adotadas pelos protagonistas, completam a fachada social, proporcionando a interação entre atores, seus personagens e a plateia.

Para Goffman (1999, p. 29), a

[...] fachada [é] à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação.

Ainda segundo a teoria goffmaniana, a intensidade da relação entre ator e cenário chega ao ponto em que aqueles que usam o cenário como parte da sua representação só começam a atuar quando estão nele; por conseguinte, ao deixá-lo, a representação finda, como confirmado nas palavras do flanela Dedinho:

— *Em casa, na igreja, eu sou diferente. Não me comporto da mesma forma que na rua. Aqui não dá pra confiar em ninguém truta. Você fica aqui, conversa com um ou outro, mas não pode vacilar* (Caderno de campo, outubro de 2013).

Perceba que os cuidadores de carro apresentam nas ruas uma fachada diferente da que teriam entre familiares, amigos e membros da igreja. Vê-se, então, que, mesmo diante do estigma de drogados, eles se comportam de forma responsável, visto que é através do dinheiro arrecadado com a atividade de “flanelar” que alguns deles saldam

os compromissos mensais com aluguel, água, energia e alimentação, enquanto outros investem todos os seus ganhos no consumo de drogas.

Na relação com os outros flanelas, o estímulo para a fachada social é outro. Na intenção de estabelecer suas balizas, os arrumadores tendem a agir de maneira intimidadora e ao mesmo tempo respeitosa uns com os outros, cultivando assim o seu espaço simbólico de domínio. Para tanto, utilizam entre eles, como o principal fator de definição à hierarquia de domínio territorial, o tempo em que cada um se encontra na região em que trabalha, de forma que, quanto maior o período de apropriação do lugar, mais respeito e prestígio o flanela terá perante os demais.

Todas essas relações de convívio, que acontecem no universo dos arrumadores de veículos, permitem perceber que:

[...] diferentes práticas regulares podem ser apresentadas por trás da mesma fachada, [pois] não encontramos um ajustamento perfeito entre o caráter específico de uma atuação e o aspecto socializado geral em que nos aparece. Estes dois fatos, tomados em conjunto, levam-nos a verificar que elementos da fachada social de uma determinada prática não são encontrados somente nas fachadas sociais de toda uma série de práticas, mas também que a série inteira de práticas na qual se encontra um elemento do equipamento de sinais diferirá da série de práticas na qual outro elemento da mesma fachada social será encontrado (GOFFMAN, 1999, p. 36).

A análise desenvolvida até o presente momento ocupou-se, essencialmente, com a representação cênica construída pelos flanelinhas no cenário disponível à sua atuação, na qual a ideia central foi descrita por meio do jogo dialético entre reciprocidades, ora pró e ora contra os objetivos econômicos dos guardadores de veículos. Em tese, a fachada social, como mencionado anteriormente, se sustenta em um tripé: cenário, aparência e maneira, o que exige, na sequência, a definição dos dois últimos termos, ainda não esclarecidos.

Para Goffman (1999, p. 31, grifo do autor), ‘aparência’ é aquele estímulo que funciona “[...] no momento para nos revelar o *status* social do ator”; já ‘maneira’ é o estímulo que funciona “[...] no momento para

nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima”.

É por intermédio dos estímulos emitidos pela aparência que se toma conhecimento do *status* social do ator flanela em cena e de seu estado ritual temporário. Tais estímulos, por sua vez, permitem ao observador identificar quando o sujeito “[...] está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal; se está realizando, ou não, uma nova fase no ciclo das estações ou no seu ciclo de vida” (GOFFMAN, 1999, p. 31).

No dia a dia, os estímulos da aparência são revelados, de um lado, pela forma como os flanelas se vestem: camiseta, bermuda e chinelo, geralmente velhos e sujos devido ao fato de muitos residirem nas ruas. Por outro lado, as cicatrizes observadas em seus corpos, como as queimaduras nas pontas dos dedos das mãos, causadas pelo uso contínuo do *crack*, também operam como parte desses estímulos, levando as pessoas que cruzam com eles a rotular o *status* do flanela como classe marginal da estrutura social.

Quanto à aparência do estado ritual temporário, o que se leva em consideração são os estímulos que permitem identificar a prática do flanela como uma atividade informal. Esses estímulos podem ser evidenciados no fato de o grupo não ter legitimação moral diante da sociedade, situação que é reforçada pela legislação vigente que, sem a devida autorização emitida pela DRT, prescreve, em regra – pois há debates divergentes entre juristas sobre a presente questão – o ato de “flanelar” como contravenção, fortalecendo mais uma vez o estigma de marginal atribuído à classe.

A maneira, que pode ou não contradizer a aparência, alude ao comportamento dos flanelinhas na presença e/ou relação com outras pessoas. É claro que, com cada transeunte que atravessa o palco e o cenário vivenciados, a conduta é performada pela reciprocidade em jogo. Por exemplo:

[...] uma maneira arrogante, agressiva pode dar a impressão de que o ator espera ser a pessoa que iniciará a interação verbal e dirigirá o curso dela. Uma maneira humilde escusatória pode dar a impressão de que o ator espera seguir o comando de

outros, ou pelo menos que pode ser levado a proceder assim (GOFFMAN, 1999, p. 31).

Em campo, mediante conversas com alguns vigilantes de veículos, pude observar que muitos deles sofrem com o estigma pejorativo de marginal, como mostra as transcrições a seguir:

Zézito: Nem todo flanelinha é vagabundo, como as pessoas pensam.

Testa: Só porque moro na rua e ando sujo, eles [transeuntes] pensam que sou ladrão. Viciado, sim. Ladrão, não!

Dedinho: É assim mesmo. Quem não conhece a gente, acha que vamos roubá-los (Caderno de campo, novembro de 2013).

Todavia, muitos deles se apropriam deste estigma em benefício próprio, utilizando-o como elemento intimidador que acaba por coagir muitos dos motoristas a deixarem uma gratificação – artifício cuja eficácia depende da imediata abordagem do condutor que acaba de estacionar.

Outros aspectos referentes à individualidade dos flanelas são suas crenças e emoções, que só podem ser verificadas indiretamente, através de confissões ou de um comportamento expressivo involuntário. Por exemplo, muitos deles (e não todos) externam em atos e confessam em palavras o desejo de sair das ruas, superar os vícios e adquirir um emprego formal, pois existe entre eles a consciência de que a rua é uma aventura que logo passa, e a sensação que fica é a de que essa aventura não levou a nada, já que, no caso dos usuários de drogas, toda a renda é aplicada no consumo diário de entorpecentes.

Em uma das várias conversas com o flanela Dedinho, percebi fortemente essa realidade quando ele declarou que a sua atividade anterior era a de *pizzaiolo*. Entretanto, quando questionado sobre a possibilidade de voltar a ter um serviço formal, mostrou-se relutante quanto à ideia de ter novamente um patrão que estabeleça regras e horários a serem cumpridos, embora deixe a entender que a formalização do trabalho, mediante carteira assinada, é a única perspectiva para assegurar um futuro melhor.

— *Agora eu não quero, não. Tem até aquela pizzaria ali perto daquela escola [Colégio Master] precisando de pizzaiolo. Mas não dá não! Preciso cuidar de minha parceira. Quem vai olhar ela? Ela tá internada pra se recuperar contra o crack* (Caderno de campo, outubro de 2013).

Ao deixarem escapar suas atividades “verdadeiras” ou “reais” (GOFFMAN, 1999), percebe-se que os próprios flanelas têm, mesmo que de forma indireta ou involuntária, a percepção de suas representações, bem como o desejo de dar fim a elas ou dar início a uma nova, porém com uma nova fachada e em um novo cenário, de preferência longe das drogas e com suas atividades profissionais formalizadas e autorizadas por órgãos competentes.

2.1.3 Retirando a máscara dos personagens

Bezerra (2010), em seu artigo *A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante*, recorre aos relatos antropológicos de Gerald Berreman e William Foote-Whyte para explicar a importância da existência de um mediador entre o pesquisador e os sujeitos investigados.

Gerald Berreman, entre os anos de 1957 e 1958, se propôs estudar os Paharis das montanhas do baixo Himalaia na Índia, que é uma sociedade simples, estratificada e extremamente fechada a estranhos. Em seu texto *Por detrás de muitas máscaras*, parte do livro *Desvendando máscaras sociais*, o antropólogo relata diversas situações (cotidiano, festas, diálogos, convites etc.) vivenciadas graças à presença de um intérprete.

William Foote-Whyte, após três anos de estudo, apresenta em seu livro *Sociedade de esquina*, publicado pela primeira vez em 1943, os resultados de uma “[...] extensa pesquisa de campo com observação participante em um distrito de pequeno porte localizado em Boston nos Estados Unidos” (BEZERRA, 2010, p. 12). Em seus relatos, há a menção sobre a inacessibilidade ao dia a dia dos habitantes da região, rompido somente no momento em que o pesquisador passa a ter como informante e intermediário um dos moradores do local, que ele apelidou de “Doc”.

Em ambos os relatos, independentemente de o grupo social ser de solidariedade mecânica ou orgânica, há a prerrogativa da necessidade de um mediador (um informante-chave) capaz de dar ao pesquisador

conselho, proteção e acesso aos sujeitos que pretende observar e conhecer. Artificio que eu, intuitivamente, procurei adotar logo nos primeiros contatos com os flanelas, vindo a saber somente depois da importância de um intermediário na observação participativa e etnografia, que deve, de preferência, ser um membro do grupo investigado.

Conscientemente ou não, optar por um mediador pode ajudar na inserção e aceitação do pesquisador no grupo que se pretende investigar. Em alguns casos, é a única maneira de tornar possível o estudo antropológico. Entre os flanelinhas do Shopping 3 Américas, o meu “Doc” foi o Dedinho. Não sei ao certo por que nós nos tornamos próximos. Talvez seja pelo seu jeito alegre e espontâneo, ou meramente uma coincidência atrelada ao fato de ele estar a vigiar o local onde me acostumei (e ainda costume) estacionar minha moto quando vou ao cinema.

Após adotar os flanelinhas como objeto de estudo, desenvolvi a seguinte artimanha de aproximação com o Dedinho: eu esperava o momento certo para estacionar na região sob o seu domínio, de modo a ter certeza de que seria por ele abordado ao parar. Em muitas ocasiões, eu era obrigado a ficar circulando nos arredores do Shopping até encontrar o momento que julgava propício ao sucesso de meu plano; enquanto ele não aparecia, eu aproveitava para ver o que os demais flanelinhas estavam fazendo.

Ao estacionar a moto e ser indagado com uma oferta de serviço, eu procurava de imediato, antes que qualquer nova distração o afastasse de mim, iniciar diálogos que pudessem nos aproximar. Os assuntos usados para provocá-lo eram corriqueiros. Falava do calor, reclamava de cansaço, perguntava sobre os novos filmes em cartaz, lamentava a falta e a dificuldade em ganhar dinheiro, comentava sobre a beleza de alguma mulher que ele estava a olhar, entre outras questões que naturalmente se desprendiam durante as conversas; mas, sobretudo, falávamos de futebol.

À medida que estabelecia laços de confiabilidade com meu pretenso informante, ia, paralelamente e à distância, observando o comportamento dos demais guardadores. Com o passar das semanas e depois de provar que não era policial, senti-me à vontade para dizer ao Dedinho meus objetivos, que vieram acompanhados com a apresentação de minha carteirinha de estudante da UFMT e do cartão de identificação (ou crachá) de professor da rede pública.

Em um primeiro momento, ele hesitou por medo da reação dos colegas, principalmente dos que são usuários de drogas. Mas, depois de muito insistir, melhor detalhar as minhas intenções e convencê-lo de que o que faria não o tornaria um X9, ele aceitou. De informante, passou a ser um colaborador (BEZERRA, 2010), pois não se restringiu só à função de mensageiro e mediador; ele também me orientou onde ir, quando ir, o que não falar e não fazer se quisesse alcançar meus objetivos.

Por meio dele, ou simplesmente por estar ao seu lado, consegui me aproximar e dialogar com outros arrumadores titulares: Zézito e Testa, mas não com todos. Ancião, Bombom e Larac eram indiferentes à minha pessoa, por mais que tentasse dialogar com eles, diferentemente do Samuel que, quando me via, questionava e se queixava de minha presença, não admitindo, em nenhuma hipótese, que eu ficasse em sua área de domínio.

Se me aproximar dos flanelas fixos e me relacionar com eles já era difícil, com os arrumadores avulsos era quase impossível, pois eles apareciam esporadicamente no local. Com muito esforço e após várias tentativas, consegui me aproximar e conversar com três deles: Átila, Ôio e Zumbi, que, assim como Zézito e Testa, se recusavam a falar (ou quase não falavam) sobre suas vidas pessoais. Com os demais: PC, Cabra, João, Perereca, Bur, Bilu e Tody, não houve oportunidades e/ou abertura para contatos.

Em duas ocasiões, eu senti muito medo de sofrer agressões de arrumadores (fixos ou avulsos) que se incomodavam com a minha presença: a primeira ocorreu no dia em que conheci um local isolado onde, coletivamente, os flanelinhas viciados usam *crack*; a segunda foi quando resolvi ficar até de madrugada para saber “onde” dormiam os flanelas sem residência e “como” se protegiam das intempéries e da violência.

Num e noutro caso, o medo impediu-me de registrar os detalhes. Em minha mente, a ideia de como sair o mais rápido possível e em segurança daqueles lugares reinou em absoluto. Após essas desagradáveis experiências, decidi não ultrapassar o perímetro que entendia ser ideal para a minha proteção física e moral, que, em tese, se resumia em observá-los no horário de funcionamento comercial do *shopping* e em não frequentar ambientes escondidos ou sem trânsito de pessoas.

Mesmo depois de romper a barreira da desconfiança com alguns flanelas, pouco consegui saber sobre suas vidas particulares, ainda mais quando perguntava sobre coisas relacionadas ao passado. Até o meu “Doc” (Dedinho) se negou a falar de sua vida pregressa e assegurou não conhecer o passado de seus colegas; mencionou apenas que quase todos ali têm passagem pela polícia, a maioria por furto e roubo. Não obstante, ele fez questão de avisar que: “*Isso é passado... Eles não fazem mais isso... Abandonaram isso... [o crime]*” (Caderno de campo, setembro de 2013).

Comecei a perceber que, para os arrumadores, era muito desagradável expor lembranças de uma vida anterior, provavelmente porque ela estava repleta de transgressões sociais. Adotei então outra tática: perguntar sobre as situações do presente e projetos futuros. A mudança de tática trouxe poucos resultados: geralmente, informações fragmentadas e descontextualizadas. Dei-me, então, por vencido e voltei minhas atenções exclusivamente à proposta central da pesquisa, que era conhecer suas artimanhas cotidianas para auferir dinheiro dos motoristas.

Apesar de julgar insatisfatórios os relatos obtidos *in loco*, direta ou indiretamente, optei, depois de muito relutar, apresentá-los abaixo. Penso que o acesso a essas informações pode dar aos leitores possibilidades de reflexões mais amplas sobre o meu trabalho, que em muitos momentos, diante dos prós e contras de uma pesquisa em campo, foi redirecionado em seus percursos, sem perder de vista seus objetivos essenciais.

Primeiro, vou expor detalhes sobre a vida particular de meu mediador, que, entre os flanelinhas com quem convivi e conversei, é o que melhor pude conhecer. Em seguida, apresento informações pessoais de outros flanelas, que ora ou outra enunciavam seus anseios ou deixavam escapar detalhes de suas histórias de vida.

Dedinho, apelido que ganhou na infância por causa da deficiência física em um dos braços e mãos, seqüela decorrente de uma paralisia infantil, veio do interior do estado de São Paulo há, mais ou menos, uma década. Afirma ser de família simples e sem boas condições financeiras. Começou a trabalhar ainda menino para ajudar em casa. Parou de estudar no ensino fundamental. Quando rapaz, envolveu-se com drogas. Após dura batalha contra a dependência química, profis-

sionalizou-se como *pizzaiolo*, trabalho que lhe permitiu alugar uma casa e constituir família: esposa (também ex-viciada) e uma filha.

A vida para ele ia bem, até o momento em que sua mulher, meses depois de dar à luz, sofreu uma recaída e voltou a consumir drogas e a dormir pelas ruas. As primeiras consequências vieram depressa: a avó materna tomou judicialmente a guarda da neta, objetos começaram a desaparecer da residência e traficantes começaram a bater em sua porta exigindo pagamento de dívidas que aumentavam incessantemente.

Para piorar as coisas, ele foi demitido por atrasos e faltas ao trabalho, restando-lhe apenas o seguro-desemprego. Dias depois, sua mulher foi encontrada morta, vítima do desentendimento com outro viciado que a esfaqueou. A partir daí, Dedinho decidiu recomeçar a vida em outra cidade, mas, antes, procurou sua filha para se despedir. Ao chegar à casa da mãe de sua falecida esposa, ele descobriu que ela se mudou às pressas com a criança sem mencionar para onde ia, pois recebera de traficantes cobranças de dívidas contraídas pela filha. Desde então, ele não a vê ou tem dela qualquer notícia.

Ao vir para Cuiabá, motivado pelo que chamou de “treta”, deixou também para trás sua irmã, única familiar com quem ainda mantém contato, apenas por telefone. Quando desembarcou na cidade, optou por dormir na rodoviária até encontrar um trabalho como *pizzaiolo*. Para não ficar sem comer, ele mendigava pedindo coisas a transeuntes e comerciantes. Outras vezes, em busca de dinheiro para sobreviver, fazia pequenos bicos. Os mais comuns eram limpar para-brisas de veículos nos semáforos e limpar calçadas tomadas por matos.

Após arranjar um emprego como *pizzaiolo*, Dedinho alugou uma quitinete, comprou móveis e eletrodomésticos, porém, por se sentir muito sozinho, começou a beber. Não demorou muito e voltou a usar drogas pesadas, arrumou uma nova companheira (também dependente química), perdeu o novo emprego e se viu despejado na rua – período em que cometeu delitos e veio a ser preso.

Ao conhecer os irmãos Cabra e Ôio, primeiros flanelinhas do Shopping 3 Américas, ele conseguiu, depois de algum tempo, autorização para “flanelar” na região. De imediato, agarrou a oportunidade, encerrou com a prática de cometer pequenos crimes e novamente decidiu se livrar das drogas recorrendo à igreja evangélica à qual diz ser devoto.

Tendo cumprido ou não o que prometeu, o fato é que, anos depois, Dedinho herdou dos irmãos o ponto mais lucrativo da região, que continua a ser, ainda hoje, o seu local de trabalho. Assegurou-me, em muitas ocasiões, estar “limpo”, embora em outras admitisse sofrer recaídas que julga não mais prejudicá-lo. Quando estimulado a falar sobre o futuro, afirma que não somente ele como igualmente os outros flanelas desejam levar uma vida normal, sem explicar o que isso significa.

Cabra deixou o *shopping* porque encontrou um lugar mais rentável para “flanelar”: em frete à agência da Caixa Econômica Federal que fica atrás da UFMT. Ôio, após o nascimento da filha, decidiu procurar um emprego com carteira assinada. Atualmente, tem casa própria e é auxiliar de serviços gerais em uma casa de construção civil. Disse-me que ganha bem menos do que ganhava como arrumador, mas que, apesar disso, se sente aliviado, pois sabe que, se algo de ruim acontecer com ele, sua família estará assegurada pela Previdência. O ofício de guardador de carros agora é apenas um “bico” que ajuda a aumentar a renda da família.

Outra história que consegui conhecer é a do Átila. Antes das obras de mobilidade urbana projetadas para a Copa do Mundo de 2014, ele possuía uma área de domínio no entorno do *shopping*: em frente à Galeria Itália, do outro lado da rua, lugar em que hoje é proibido estacionar. De guardador titular, passou a ser avulso. Para evitar problema com os outros flanelas titulares, ele fica revezando. Cada dia está em uma região diferente e diz preferir as enumeradas como 1, 2 e 3.

Começou a trabalhar na região quando ainda estava no ensino médio. Alegou que queria sair de casa, pois não se dava com o padrasto. Sorrindo, diz que o tempo foi passando e ele continuou a morar com a mãe, que agora está solteira. Ao interrogar-me sobre o que faço, respondi que sou graduado em Filosofia e ministro aulas na rede pública de ensino. Comenta que acha legal minha formação e que pretende se formar em Sociologia, mas não quer ser professor.

Testa, que adora comer bolo, para evitar problemas com a polícia, fez do ofício de flanela uma maneira de sustentar seus vícios e o de sua companheira Bombom. Há muito tempo, os dois moram na rua e parecem não se importar com isso. De acordo com o Dedinho, o Testa tem família. Ela vive em uma chácara no interior do Mato Grosso e, por várias vezes, estive no local para tentar ajudá-lo, sem sucesso. Ele se recusa a sair das ruas, a se tratar contra o vício e a deixar para trás sua companheira.

Sobre Bombom, Dedinho diz que evita conversar com ela, porque o Testa é ciumento. Menciona somente que ela é caladona e não costuma ficar junto com os outros flanelas, nem mesmo à noite, período em que o encontro entre eles se torna um mecanismo de defesa contra a violência. Dedinho acredita que Bombom é sozinha neste mundo, pois está ali há muitos anos e nunca viu ninguém ir visitá-la. Completa: “*Eles se conheceram lá pelos lados do CPA... Ela lavrava... essas coisa daí...*” (Caderno de campo, setembro de 2013).

Para os flanelas da região, o Zumbi é, entre todos, o mais “noiado”. Passa praticamente o dia todo se drogando. Visivelmente debilitado e às vezes descalço, com aparência e cheiro que sugerem há muito não cuidar da higiene, ele só aparece para vigiar os carros, ou melhor, fingir vigiar, quando carece de dinheiro para sustentar seu vício em *crack*. Há momentos, no entanto, em que a abstinência o faz perder a paciência de esperar o mínimo necessário de tempo para comprar a droga, levando-o a exigir dos motoristas o pagamento adiantado do serviço (a maioria se nega) ou recorrer à mendicância junto aos transeuntes ou aos colegas titulares que, em determinados casos, para se verem livres de problemas, dão-lhe alguma quantia.

Para finalizar, relato o pouco que sei sobre a vida do Zézito, que me confessou não ter frequentado a escola e viver nas ruas desde que se entende por gente. Para sobreviver, já fez de tudo: coisas certas e erradas. Quando menor, não se importava em ser preso por seus delitos, porém, em idade penal, tudo mudou. Passou por diversas experiências desagradáveis. Decidiu parar com os roubos e furtos depois de um episódio que ele chamou de “foda”, sem entrar em detalhes. Declarou apenas que nunca mais gostaria de passar pelo que passou, dando a entender que houve uma desproporção entre o ocorrido e a punição. Queixando-se do ocorrido, ele disse: “*Tudo por conta de um toca-CD...*” (Caderno de campo, setembro de 2013).

Por enquanto, tem como meta ficar “limpo” e distante de problemas com autoridades públicas, intenções que, segundo ele, só são possíveis porque o trabalho de flanela lhe proporciona renda suficiente para arcar com suas necessidades, que são basicamente alimentação, roupas e cigarros, embora, em um dia frio, tenha demonstrado pretensão em alugar algo para morar.

2.2 Tipologia dos flanelas

Durante as observações de campo, foi possível perceber que os seis territórios de vigilância, definidos em consenso entre os próprios flanelas com poder de decisão, domínio construído a duras penas no decurso de anos, formam um tecido multicultural que, apesar de toda a sua diversidade, revela modos de vida e produções simbólicas, entre atores e plateia, relativamente estáveis e muito distintas.

Entre os arrumadores, com ou sem escolaridade (dentro do grupo encontram-se de analfabetos a graduado), há um universo heterogêneo de histórias de vida e condição atual. Na sua maioria são, hoje, dependentes químicos que por diferentes razões vieram a se tornar guardadores de veículos automotores. As motivações passam por questões de desemprego, invalidez, tráfico, solidão, ausência de residência (que é uma das exigências das empresas para a contratação), preconceito de empresários que optam por não dar oportunidades a ex-presidiários e até como forma de melhorar ou complementar a renda.

O problema é que falar de flanelas não remete somente ao problema psicológico e social de cada indivíduo. Existe uma classificação específica sugerida por Pais (2001), uma tipologia que estabelece com precisão as categorias de arrumadores de veículos, a que cada flanela pertence. Nesta classificação, o que se percebe é que o critério de ser ou não credenciado está, necessariamente, ligado ao fato de os arrumadores de veículos possuírem ou não alguma relação de interdependência com alguma instituição.

Na referida ordenação encontram-se dois agrupamentos: **credenciados**, por órgãos públicos ou empresas privadas, e **não credenciados**. Os credenciados por instituições públicas, principalmente prefeituras, são definidos como **flanelas legalizados**. Os credenciados por estabelecimentos particulares são chamados de **flanelas oficializados**. Aqueles que não possuem vínculo de emprego formal ou informal são denominados **flanelas não credenciados**, dado que, na prática, acreditam que não dependem de nenhuma autorização jurídica para ocupar espaços urbanos públicos e receber os proventos do serviço ofertado.

Apesar de a classificação sugerida por Pais (2001) dos vigilantes de carros ser em Lisboa, todos – credenciados e não credenciados – podem ser encontrados em Cuiabá. Por exemplo, os credenciados

legalizados em Cuiabá são aqueles que trabalham na faixa verde¹¹ que, antes de ser renomeada, era chamada de zona azul, como nos mostra a reportagem *Parquímetro, zona verde ou mina de ouro* publicada no jornal Gazeta Digital:

O parquímetro veio para transformar a nossa antiga 'Faixa Azul', que empregava jovens e adolescentes carentes, em zona eletrônica. Se não bastasse a indústria, a agricultura, já funcionando através de computação e/ou robôs, onde cada unidade eletrônica executa trabalho de mais de 50 homens/dia, os nossos gestores públicos inventam a cada dia mais máquinas que substituem o trabalho humano. O proprietário de veículo, doravante, terá duas despesas ao estacionar na cidade pagando 5,00 reais pelo chuveiro, com direito apenas de estacionar 60 minutos e, se passar desse tempo, paga a recarga de mais 1,50 real por mais 60 minutos, não podendo ultrapassar duas horas. Se ultrapassar essas 2 horas, terá o seu carro guinchado (VITAL, 2004, grifo do autor).

Em 2012, o Ministério Público Estadual (MPE) interveio na questão, forçando a prefeitura de Cuiabá a suspender, em maio do mesmo ano, o referido serviço, que até dezembro de 2014 não voltou a operar. No trecho a seguir, transcrito da reportagem *Prefeitura de Cuiabá deixa de cobrar 'zona verde'* publicada no sítio Caldeirão Político, é identificada a causa do embargo:

Após notificação recomendatória expedida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano de Cuiabá determinou a suspensão dos serviços de administração do estacionamento 'Faixa Verde',

11 Ambos os casos referem-se às áreas urbanas definidas pela prefeitura de cada cidade como regiões que exigem dos motoristas o pagamento de tarifas municipais como permissão para estacionarem em vias públicas localizadas em áreas centrais com intenso comércio e trânsito de veículos. As taxas cobradas dos condutores pelos órgãos públicos têm, em tese, três objetivos: gerar emprego (normalmente para jovens aprendizes), gerar renda para o município e promover a rotatividade de veículos.

que estavam sob a responsabilidade da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). O município também já informou ao MPE que está providenciando o lançamento de uma nova licitação, visando à continuidade do serviço.

De acordo com o promotor de Justiça Ezequiel Borges de Campos, a medida foi adotada em virtude da extinção do contrato de concessão à CDL [encerrado em 2012]. Na notificação, o MPE [destacou] que, enquanto o processo licitatório não for concluído, os agentes municipais de trânsito deverão orientar a população sobre a gratuidade do serviço de estacionamento rotativo com a ressalva de que a rotatividade deverá ser mantida (PREFEITURA DE CUIABÁ, 2012, grifo do autor).

Os credenciados oficializados são, geralmente, pessoas desempregadas ou que fazem pequenos serviços para complementar a renda familiar, trabalhando em locais movimentados, principalmente próximos a restaurantes, cujos estacionamentos, por serem pequenos, não comportam os veículos de todos os clientes, obrigando-os a estacionar em locais públicos e sujeitos a furtos, o que leva os estabelecimentos privados, de modo quase sempre informal, a permitir que terceiros vigiem os carros de seus clientes.

Por fim, há os não credenciados, como por exemplo, os flanelas que ficam nos arredores do Shopping 3 Américas, sujeitos de minha pesquisa. Para eles, é impossível trabalhar onde há zona verde e muito difícil manter a posse do local escolhido para “flanelar” sem a autorização formal de órgãos públicos ou informal dos estabelecimentos privados. Por isso a constante preocupação, por parte dos flanelas honestos, de construir relações salutaras com os lojistas da região para evitar problemas com a polícia e, ao mesmo tempo, aumentar a renda diária com pequenas tarefas.

Todavia, o estigma na produção e reprodução da marginalidade sobre os flanelas, mesmo se consideradas somente as suas boas e íntegras ações, permanece, pois o que faz o domínio das palavras é, desde logo, o poder da designação, ou seja, se a maioria faz uso de drogas,

logo todos são tidos como viciados e potencialmente nocivos à vida e ao patrimônio; conjuntura que leva Pais (2001, p. 395, grifo do autor) a nos advertir que “[...] por [mais] estranho que possa parecer, este *sentido de profissionalismo* não é suficiente para que os jovens arrumadores toxicodependentes que inventaram uma forma honesta de ganharem a vida deixem de ser olhados como ‘drogados’, ‘marginais’, ‘delinquentes’”.

O estigma, enquanto construção social pejorativa ou benigna, opera sobre todas as tribos: flanelas, malabaristas, estudantes, vendedores ambulantes, prostitutas etc. A princípio, cada um desses indivíduos (restringindo-nos aqui aos flanelas), pode, no dia a dia, não ser um marginal, um delinquente ou mesmo um drogado. No entanto, o fato de eles assim serem percebidos pelo olhar do outro – e levando em consideração que é no olhar do outro que o indivíduo constrói a imagem de quem ele é – leva o flanela, mesmo que contra a sua vontade, a reconhecer-se no estigma sobre ele projetado, internalizando o referido *ethos*.

Ainda com base na teoria do estigma goffmaniana, é também curioso e importante observar como determinados objetos assumem significados sociais e simbólicos que podem ou não se adequar à realidade. Tal processo, de acordo com Pais (2001, p. 377, grifo do autor), é “[...] uma *segmentação geracional* que arrasta uma *segmentação simbólica* [...]”, em que os flanelas credenciados, por normalmente utilizarem uniformes ou coletes, são olhados com respeitabilidade, enquanto os não credenciados, pela imagem de desleixo, são vistos com desconfiança.

O uniforme dos **flanelas credenciados legais** faz com que os mesmos sejam vistos como confiáveis. O colete dos **flanelas credenciados oficiais** (pode ser qualquer colete) também imprime confiabilidade sobre a sua imagem. Já os **flanelas não credenciados**, por não portarem objetos de significação socialmente positivos, são taxados de marginais.

O problema é que em nenhum dos casos há como saber a confiabilidade e o profissionalismo da pessoa que está a vigiar os carros e motos, uma vez que o que está em jogo na construção do estigma não é a observação da pessoa que se desconhece, por parte do condutor, mas os atributos simbólicos que os arrumadores trazem consigo, os quais definem a segurança e a insegurança dos motoristas frente ao medo de multas, riscos no carro, pneus furados e vidros quebrados.

Portanto, a intenção da relação dos condutores de pagar os flanelas depende diretamente do tipo de arrumador presente no local. Diante dos arrumadores credenciados legais, os motoristas pagam para não serem multados; frente aos flanelas credenciados oficiais, o pagamento ocorre para ter o carro protegido; e, perante os arrumadores não credenciados, os condutores pagam, não para ter o veículo protegido, mas para não o ver depredado.

A ação de pagar, no primeiro caso, está ligada ao dever do cidadão, obrigação cumprida por coerção econômica sancionada em lei. A segunda está ligada à ideia de seriedade da empresa privada, que “contrata” um flanela com o objetivo e a obrigação de garantir e oferecer aos seus clientes os melhores serviços. A última está ligada à preservação do próprio patrimônio, possível somente por artimanhas baseadas em ameaças enunciadas (ou não) pelos flanelas¹².

O que se percebe no primeiro e no último caso, caracterizados pela reciprocidade negativa, é que os motoristas pagam a fim de evitar maiores prejuízos pessoais e financeiros. No segundo caso, de reciprocidade positiva, pagam por acreditar que quem está trabalhando deve receber por isso. É como se o pagamento para o credenciado legal e para o não credenciado fosse uma falta de opção, à medida em que, se pudessem, não pagariam por algo que de fato não é visto como uma prestação de serviço, mas sim como uma exploração por parte do Estado, no primeiro caso, e uma enganação por parte de indivíduos malandros, no último.

2.3 Tipologia dos motoristas

A classificação dos motoristas é construída a partir dos olhos dos arrumadores de carros, cujos critérios baseiam-se nos valores financeiros oferecidos por um trabalho voluntário de guarita e nas relações interpessoais, que podem ser de reciprocidade negativa ou de reciprocidade positiva. Em qualquer uma delas o objetivo é o mesmo: garantir a coesão social.

12 A ameaça não é necessariamente algo declarado, na medida em que essa reciprocidade negativa se vale mais de históricos do local e do estigma existente sobre os flanelinhas da cidade (e também da região), do que da direta ameaça enunciada por eles que, ao contrário da indireta, pode trazer seríssimos problemas com as autoridades de segurança pública.

A reciprocidade negativa expressa a estrutura social mediada por conflitos declarados pelo condutor que anuncia não se interessar pelo trabalho do flanela. Já a reciprocidade positiva demonstra as relações em que há o interesse dos motoristas em pagar pequenas ou grandes quantias em dinheiro.

Durante conversas informais, mas com indagações previamente pensadas, percebi que alguns arrumadores de veículos do Shopping 3 Américas em Cuiabá, assim como os flanelas de Lisboa, criaram, com base na reciprocidade estabelecida com os condutores, formas de categorizá-los, como mostra a transcrição abaixo:

Zézito: Os bacanas a gente chama de truta.

Dedinho: Chamam de professor. Chamam de doutor. Depende da pessoa, entendeu? Como às vezes a gente olha pela característica... O modo de vestir... O carro... É doutor... É professor... É bacana... Eu adotei isso daqui: amiguinho... Amiguinho para lá, amiguinho para cá... Ou então grandão... Adotei grandão e amiguinho... Já os outros mais antigos é professor e doutor... Já os outros... Têm uns aí que chamam de truta... Algo que é uma palavra que está no momento... (Caderno de campo, setembro de 2013).

Portanto, três são as denominações: doutor (professor, bacana, amiguinho, grandão ou truta), pão-duro (miserável ou mão-de-vaca) e *pau-no-cu*. A primeira remete-se aos condutores que aceitam ter o carro ou a moto vigiados, independentemente da quantidade financeira oferecida ao final do serviço, que pode ser de centavos até cento e dois reais. A segunda refere-se aos condutores que se recusam a pagar os flanelas quando os mesmos se aproximam. A terceira relaciona-se aqueles que, ao estacionarem, aceitam pagar pelo serviço oferecido, mas que, ao retornarem, não cumprem com o combinado.

Como artimanha para garantir o recebimento, inclusive dos motoristas que não gostam de pagar os arrumadores, é fundamental recepcionar os condutores na chegada, pois aqueles que se recusam a pagar, quando abordados no momento em que estão estacionando, a fim de não ter o seu veículo danificado, mediante uma reciprocidade

negativa, acabam, na maioria das vezes, por ceder à vontade dos flanelas; é como se o medo de ter o veículo riscado ditasse, por coerção psicológica, muitos motoristas a aderirem ao serviço¹³.

Forçar os condutores que não querem pagar a pagarem é possível. Todavia, exigir a quantidade de dinheiro a ser oferecida pelos motoristas depende da reciprocidade positiva, que, ao contrário da reciprocidade negativa, não pode ser construída de imediato, necessitando, pois, de repetidos encontros com os condutores, além de serviços extras, tais como ajudá-los a manobrar o carro, parar o trânsito para permitir que o cliente saia tranquilo do estacionamento, limpar o para-brisas quando sujo, entre outros.

O maior problema enfrentado pelos flanelas, quando a questão é receber algum dinheiro dos condutores, está no fato de não conseguirem abordar os motoristas no momento em que estão estacionando. Como consequência, exigir algum pagamento desses condutores em suas saídas, mesmo que os arrumadores aleguem estar vigiando o veículo, dá ao motorista o direito de se recusar a pagar. A lógica da inter-relação nesse caso não é de difícil compreensão, pois a mesma se assenta na seguinte ideia: não se pode prestar um serviço sem a autorização do cliente, portanto, se o prestador assim o faz, assume o risco de não receber por algo que não foi autorizado.

Pais (2001, p. 383-384), em seu artigo *Jovens “arrumadores de carros”*, propõe oito classificações de motoristas. A fim de associar as categorias identificadas em Lisboa com as categorias encontradas em Cuiabá, optei pelo seguinte processo: expliquei a cada arrumador entrevistado as oito categorizações elucidadas por Pais, para que eles, em seguida, identificassem a existência ou não de clientes locais com aquelas características.

Durante as explicações, observei que alguns flanelas riam muito, o que me levou a pensar que o referido comportamento de bom humor ocorreu porque as definições tipológicas elencadas por Pais (2001) iam, perfeitamente, ao encontro da realidade vivenciada pelos cuidadores de veículos automotores no entorno do Shopping 3 Américas.

13 Os únicos motoristas que os flanelinhas não têm a preocupação de abordar, quando estão a estacionar, são aqueles que fazem uso de veículos com logomarcas de empresas, pois a ameaça psicológica de depredação não atinge os condutores. O prejuízo de dano ao patrimônio, em tese, seria da empresa e não do(s) funcionário(s).

Na teoria de Pais (2001), os condutores são definidos como: cliente estúpido, cliente azelha, cliente forreta, cliente moeda-chorada, cliente pinga-níquel, cliente surpresa, cliente VIP e cliente fixo. O primeiro é aquele que não quer pagar e avisa antes mesmo de estacionar. O segundo é aquele que não consegue manobrar o carro para estacionar devido à sua formação recente (jovens que acabam de tirar a CNH) ou por deformação (senhoras de idade avançada). O terceiro é aquele que não quer pagar ou tenta não pagar quando está de saída. O quarto é aquele que, ao pagar, fica resmungando ou de cara fechada. O quinto é aquele que busca se desfazer das moedas de menor valor. O sexto é aquele que oferece uma quantia superior à comumente recebida. O sétimo é aquele que oferece uma considerável retribuição financeira pelo trabalho prestado a seu veículo de alto valor econômico. E, por fim, o cliente fixo que, por ser freguês assíduo, semanal ou mensalista, normalmente paga um pouco acima do que é pago pelos demais clientes não fixos.

Da explicação das características que definem cada um dos clientes, é possível, com base na teoria das representações de Goffman (1999), afirmar que os clientes estúpido, azelha, moeda-chorada, VIP e fixo são sinceros em suas encenações; o cliente forreta é um ator cínico e os clientes pinga-níquel e surpresa assumem ora representações sinceras, ora cínicas.

O cliente estúpido é sincero por expor não querer pagar; o cliente azelha é sincero, porque ninguém fingiria incompetência em dirigir um veículo; o cliente moeda-chorada é sincero, porque não disfarça a sua insatisfação por ter pago o flanela; o cliente VIP é sincero, por oferecer uma quantia que corresponde ao seu *status* social; o cliente fixo é sincero, por estabelecer laços de amizade com os arrumadores; e o cliente forreta é cínico, porque cria desculpas afirmando que não sobrou dinheiro ou não tem dinheiro trocado para pagar, mesmo que o arrumador de carros ofereça a ele a possibilidade de devolver o troco.

Já a identificação da atuação sincera ou cínica dos clientes pinga-níquel e surpresa depende de todo um jogo de cenários e intenções. Se o cliente pinga-níquel se desfaz das moedas e entrega-as ao flanela sem a finalidade de demonstrar que ali existe um alto valor, a encenação é sincera; caso ocorra o contrário, a atuação é cínica. Se o cliente surpresa oferece uma quantia em dinheiro que corresponda ao aparente

status – roupas, sapatos, acessórios, carro etc. – que apresenta possuir, a atuação é sincera; em caso oposto, não.

Quando se associa as classificações dadas aos motoristas pelos arrumadores de carro em Lisboa com os tipos de motoristas encontrados nos arredores do Shopping 3 Américas em Cuiabá, chega-se à conclusão de que ambas as categorizações, apesar das diferentes concepções, possuem uma mesma congruência, exceto para a categorização de cliente azelha, única tipologia não encontrada no Shopping 3 Américas, mas que é encontrada na praça da Boa Morte, no centro de Cuiabá.

Assim, o motorista chamado de doutor em Cuiabá é o cliente moeda-chorada, pinga-níquel, surpresa, VIP e fixo de Lisboa, assim definidos porque oferecem aos arrumadores, independentemente da representação, algum dinheiro, seja em quantias pequenas ou altas; o condutor pão-duro de Cuiabá é o cliente estúpido em Lisboa, que na prática não deseja pagar absolutamente nada aos arrumadores; e, por fim, o motorista *pau-no-cu* de Cuiabá é o cliente forreta de Lisboa que, a todo custo, cria meios para não pagar os arrumadores, mesmo que anteriormente tenha com eles fechado o compromisso.

É claro que no dia a dia existe, na prática de “flanelar”, uma dinâmica muito própria entre cada flanela e cada condutor. Na região que escolhi para a pesquisa, em momento algum vivenciei ou escutei relatos de reciprocidades negativas, como marcação ou coerção a clientes que não querem pagar, pois existe entre os arrumadores a consciência de que o lugar é público e que qualquer pessoa, independentemente do modelo do veículo (popular ou de luxo), pode estacionar e se negar a aceitar o trabalho oferecido.

Às vezes, por causa de longas abstinências e falta de dinheiro para a aquisição de drogas e seu imediato consumo, alguns flanelas viciados, principalmente em *crack*, agridem, mesmo que apenas verbalmente, os condutores que se negam a pagar. Sem o efeito das drogas, verifica-se que a irritação e as ameaças verbais aparecem somente quando motoristas classificados como *pau-no-cu* se propõem, ao estacionarem, pagar pela prestação do serviço, mas, ao retornarem a seus veículos, recusam-se a cumprir o acordo anteriormente fechado.

O que se verifica é que alguns condutores, ao estacionarem seus veículos, são imediatamente pressionados a contratar informalmente

o trabalho daqueles que se dizem vigilantes dos mesmos. Não obstante, os motoristas que se negam a fechar o acordo nos arredores do Shopping 3 Américas veem, no máximo, gestos físicos de lamento, assumindo assim, mesmo que apenas psicologicamente, o risco de terem os seus automotores depredados.

Mesmo convivendo com os flanelas durante alguns meses, não ficou claro se a opção deles em não causar prejuízos financeiros aos condutores que se negam a aderir ao serviço oferecido é motivada pela educação e consenso de enxergar as vias públicas como lugares dos quais eles não são proprietários, ou porque receiam ser perseguidos pela polícia, ou, pior, temem seres expulsos do local que é financeiramente uma mina de arrecadar dinheiro.

No entanto, ficou claro que os motoristas que aceitem ter suas motos e carros vigiados devem, obrigatoriamente, honrar o acordo, sob pena de serem marcados pelos flanelas, correndo assim o risco de, em outras ocasiões, terem seus veículos riscados, o pneu rasgado, o retrovisor quebrado etc. Ameaças facilmente contornadas e anuladas pelos condutores com um simples “sim” aos mesmos arrumadores que anteriormente haviam se negado a pagar – tática de alternância geralmente aplicada por motoristas que frequentam a região, mas que se recusam a pagar o estacionamento do Shopping que é de R\$ 5,00 reais, ou a remunerar os flanelinhas (mesmo que apenas com alguns centavos).

2.4 Subjetividade, cidadania e emancipação: cadê o Estado?!

Boaventura Sousa Santos (1991) afirma que a tensão entre subjetividade e cidadania somente é superada no momento em que ocorre a troca da regulação pela emancipação. O problema é que o capitalismo, através da hegemonização da racionalidade, típico projeto modernista, liquidou qualquer potencial emancipatório cujo pilar está assentado na unidade da tríade racionalidade moral-prática do direito, racionalidade cognitivo-experimental das ciências e racionalidade estético-expressiva das artes.

Todavia, aos poucos, as sociedades disciplinares foram conquistando, por meio de movimento sociais, especialmente após a década de 60 do século passado, significativos direitos sociais, de modo a alcançar, mesmo que não em sua plenitude, a efetivação da cidadania, que, de acordo com Santos (1991, p. 146), deve ser entendida como o

[...] conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política e afere-se pelos direitos e deveres que o constituem e pelas instituições a que dá azo para ser social e politicamente eficaz. A cidadania não é, por isso, monolítica; é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos civis correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; [...] Os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século [XX] e, com plenitude, só depois da Segunda Guerra Mundial; têm como referência social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado Providência.

A vantagem desse processo foi a ampliação do conceito de cidadania, que trouxe novos horizontes para o desenvolvimento das subjetividades e com ela a formação de pequenos grupos sociais que, por diferentes razões, se aglutinaram em movimentos sociais que buscaram direitos anteriormente negados, com o intuito de garantir as individualidades bem como a autonomia e liberdade de cada sujeito em seu cotidiano, uma vez que a emancipação a ser conquistada é a do indivíduo e sua subjetividade.

Daí o cotidiano, que é por excelência o mundo da subjetividade, ser a dimensão espaço-temporal da emancipação pessoal, social e cultural, possível somente através de lutas que exigiram e ainda exigem das autoridades públicas a ampliação e criação de novos direitos às minorias desfavorecidas que, organizadas em novos movimentos sociais, são impulsionadas pelas tecnologias da informação, fazendo das sociedades disciplinares sociedades de controle.

É por isso que Santos (1991, p. 168) assegura que, após a década de 90 do século 20, as formas

[...] de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta [a recuperação de drogados]), exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais.

A consolidação da subjetividade sobre a cidadania apresenta-se na atualidade como a novidade trazida pelos novos movimentos sociais (movimentos ecológico, feminista, *gay*, de sem-tetos, de favelados, de proteção aos animais, por postos de saúde, por cotas nas universidades etc.) em que, diferentemente dos velhos movimentos sociais (agrário, sindicalista e partidário), o objetivo não foi tão somente a ampliação dos direitos do dito cidadão, afinal a existência desses direitos não é garantia de sua execução e realização; o que se deseja é fazer com que o Estado seja colaborador da emancipação enquanto cidadania, e não um mero instrumento de coerções.

Tal alegação, na prática, vai ao encontro do que Santos (1991, p. 174) sugere, a saber:

[...] os velhos e os novos movimentos sociais nasceram, por assim dizer, ao mesmo tempo e, durante um curto período, conviveram em regime de grande tensão e contradição social, em disputa pela forma de democracia a privilegiar, democracia representativa ou democracia participativa.

Consequentemente, a emancipação pôde regressar aos dizeres e fazeres da intersubjetividade, da socialização, da inculcação cultural e da prática política, fazendo com que o equilíbrio entre subjetividade e cidadania se tornasse, para os novos movimentos sociais, uma tentativa de alcançar “[...] uma cidadania de nível superior capaz de compatibi-

lizar o desenvolvimento pessoal com o coletivo e fazer da ‘sociedade civil’ uma sociedade política em que o Estado seja um autor privilegiado, mas não o único” (SANTOS, 1991, p. 177, grifo do autor). Para tanto:

O esforço teórico a empreender deve incluir uma nova teoria da democracia que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova teoria de subjectividade que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma nova teoria da emancipação que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras teorias na transformação da prática social levada a cabo pelo campo social da emancipação (SANTOS, 1991, p. 178).

O fato é que a teoria política liberal se transformou em uma dimensão especializada da prática social (o espaço da cidadania) e confiou-a ao Estado, que, apesar de suas políticas públicas de ressocialização de viciados, por exemplo, mostra-se ineficaz e ineficiente, principalmente quando o vício está ligado ao *crack* que, entre boa parte dos usuários que acompanhei, serve para compensar, de acordo com suas falas, aquilo que não se têm: residência e família, principalmente.

O irônico é que, fora dos efeitos da droga, muitos desses viciados reconhecem a difícil situação em que se encontram. Aliás, o próprio local escolhido para o consumo de drogas, em grupo ou individualmente, encontra-se isolado, como forma proposital de evitar não apenas problemas com a polícia, mas também para não intimidar os clientes que se acostumaram a deixar os seus veículos sempre com os mesmos flanelas.

Entre os viciados, há aqueles que manifestam o desejo de deixar as drogas, porém reconhecem que, sem a ajuda de terceiros (igreja, família, ONG’s ou Estado), dificilmente irão conseguir ficar “limpos”, ainda mais quando o lugar onde se vive são as ruas que, naturalmente, carregam consigo uma série de dependentes químicos dispostos a compartilhar seus vícios; ruas que impedem os sujeitos de terem o mínimo de higiene, de conforto, de civilidade requerida pela sociedade como forma de inserção daquilo que se define como cidadania do sujeito emancipado, livre, decente e com perspectivas de um futuro melhor.

Fato posto é que [os flanelas] já estão nas ruas há muito tempo e, se não estão desiludidos, adquiriram resistência. Essa última pode ser encarada como uma resposta que os protege da vergonha sentida pela forma como são encarados pela sociedade e que findam por assimilar como sendo suas identificações (IDALIONO, 2012, p. 126).

É por isso que muitos flanelinhas inseridos no trabalho informal (usuários ou não de drogas) não veem a possibilidade de um futuro promissor, ainda mais quando se nota que não há nenhuma preocupação dos órgãos públicos em formalizar os seus ofícios e/ou proporcionar condições para a recuperação dos viciados, apesar de nas entrevistas exporem o sonho de uma vida cidadã, em que os motoristas deixem de enxergá-los como marginais que se apropriaram do público para fingir prestar um serviço que, na percepção dos motoristas, não ocorre. Sobre isso Idaliono (2012, p. 73, grifo do autor) destaca:

Existem muitas polêmicas relacionadas a esta atividade informal, por ser uma apropriação de um local público, levando a que muitos proprietários de veículos se sintam extorquidos e coagidos por ter que pagar para estacionar em vias que são transformadas em locais privados por pessoas que se acham com direito de serem donos do setor. Uma certa tensão se estabelece a partir desse confronto em que o ‘flanelinha’ é visto como um aproveitador [...] como vagabundo, inútil, por estar vendendo uma mercadoria não solicitada e que não lhe pertence, que acaba fazendo com que o motorista do veículo pague pelo serviço que ele não tem certeza de que será realizado, por desconfiar que seu carro possa ser danificado de alguma forma.

É bem verdade que nem todos os cuidadores de veículos vigiam os carros e motos, porém há aqueles que não apenas vigiam como também se preocupam em impedir furtos, não por meio de ameaças aos contraventores (afinal os arrumadores não são seguranças) e sim através de diálogos que induzem os bandidos a não furtarem na região.

A artimanha mais usual, como relatou o flanela Dedinho, é apresentar aos ladrões uma série de câmeras que denunciariam à polícia a identidade do autor da ação ilícita; também é informado ao meliante que, recentemente, mais precisamente em fevereiro de 2014, a Região 4, identificada anteriormente em mapa (Figura 1), passou a contar com uma delegacia especializada no combate ao crime organizado, o que faz da referida área um lugar com intenso trânsito de polícias, escrivães e delegados.

Ao que tudo indica, a profissionalização e a formalização da atividade de arrumador de veículos automotores, na visão dos próprios flanelinhas, é uma obrigação do Estado que, por má vontade, prefere ignorar a existência de pessoas que, por diferentes razões, foram levadas a criar formas subalternas e arriscadas de sobrevivência, definidas por Certeau (1998) como artimanhas do cotidiano.

Ironicamente, o discurso dos flanelas vai ao encontro das normas jurídicas, que prescrevem a regularização e a inclusão social dessa “categoria” de trabalhadores no rol da formalidade que, se concretizada, garantiria a eles, por meio de leis trabalhistas já sancionadas, como nos explica abaixo Idalio (2012, p. 74, grifo do autor), benefícios e direitos sociais indispensáveis na terceira idade.

É importante ressaltar aqui a existência da norma regulamentadora da Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos automotores (‘flanelinha’), e do Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei citada acima. Vale considerar, também, que o Ministério do Trabalho e Emprego, diante da multiplicidade de classificações ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro, criou um documento normatizador do reconhecimento das ocupações existentes: a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), codificando empregos e situações de trabalho. Para o objeto empírico escolhido nesse estudo, o código de acordo com a CBO é 5199-25.

Diante da existência da lei e da omissão do Estado, o que se percebe é que o futuro e as perspectivas de melhorias sociais dos flanelas é uma incógnita, embora no presente se verifique que os guardadores de veículos estão submetidos a uma condição precária de trabalho que, além de insalubre, é um risco à própria sobrevivência, corroborado na má alimentação, na circulação dos flanelas entre veículos em movimento, em constantes reclamações de noites mal dormidas, na falta de higiene, no uso de entorpecentes e na exposição às intempéries.

Essa precariedade tende a piorar, já que, por ignorância, os cuidadores de veículos confessam, por meio de diálogos informais, desconhecer qualquer normativa jurídica necessária à formalização de seu trabalho. Também pude constatar, por convivência, que eles não possuem uma série de competências próprias ao exercício do ofício, tais como: instruções adequadas à prática da profissão, aparência que desperte nos motoristas e pedestres conforto e segurança ao serem abordados e/ou uniformes que os identifiquem como pessoas capacitadas e dignas de confiança.

Talvez seja por isso que, aos olhos dos outros, os flanelas sejam vistos como irresponsáveis e, de fato, a observação participativa mostrou-me que muitos deles o são. Todavia, há aqueles que veem a “flanelagem” como profissão e trabalham arduamente para oferecer aos condutores o que eles entendem como um serviço de qualidade, que tem como segunda intenção construir, a longo prazo, junto aos motoristas que frequentemente estacionam no local, uma relação de confiança.

Alguns ficam na labuta cerca de oito, dez, doze horas por dia, a fim de garantirem a sobrevivência em meio a um sistema econômico que se alimenta da exclusão e da distinção social, que para muitos se tornou a única alternativa de ingresso no mercado de trabalho, mesmo que informal, cujas benesses (carteira assinada, direitos trabalhistas, aposentadoria, repouso remunerado, auxílio-doença, licença maternidade ou paternidade) simplesmente não existem.

Idalio (2012, p. 132, grifo do autor) atribui esses prejuízos trabalhistas ao capitalismo e seu perverso modelo de mercado formal de trabalho, que,

[...] ao excluir indivíduos em idade de trabalho os projeta para as margens, restando-lhes como saída única reinventar formas de sobrevivência dentro do mesmo sistema que os ‘vomita’. As condições de ‘flanelinhas’ [...] é uma espécie de regurgitar que o sistema capitalista, em sua modalidade contemporânea, finda por promover. Pode-se inferir que a realização das atividades ordinárias de ‘flanelinhas’ [...] é atravessada por uma ‘luta’, corporificada pelo profundo nível de precarização a que estão submetidos. Esta se faz presente no dia a dia de cada um deles, que se ‘agarra’ à atividade pela não oportunização de acesso à formalidade trabalhista.

Realidade que justifica o subtítulo aqui proposto, ao se colocar o seguinte questionamento: “Cadê o Estado?!” , pois, na prática, o que se vê é que os arrumadores de carro estão submetidos à sorte, tendo-a como única e exclusiva condição de ajuda diária, posto que eles não podem contar com a ajuda de autoridades públicas e tampouco com o auxílio de motoristas, comerciantes e pedestres; “[...] ainda que alguns os tratem bem, a maioria os enxerga como marginais ou propensos à marginalidade” (IDALIONO, 2012, p. 133).

Contudo, os flanelas não são a única tribo urbana desassistida pelo Estado. Existem outros grupos que se encontram à mercê de seus próprios desempenhos na subversão dos não-lugares públicos da cidade e na luta pela sobrevivência biológica e moral, como é o caso dos malabaristas dos sinais vermelhos, cujos riscos e artimanhas no ordinário, descobertos por etnografia, eu apresento no capítulo a seguir.

3. Malabaristas: as artes circenses voltam às ruas

Para compreender como o trabalho informal se apropria de alguns espaços urbanos no município de Cuiabá, mais especificamente a prática de realizar malabarismos nas faixas de pedestres abaixo dos semáforos com luz vermelha nas principais ruas e avenidas, eu me propus investigar, por meio da etnografia, o universo de alguns desses artistas circenses sem circo que, para se apresentarem em palcos improvisados, subvertem espaços urbanos projetados unicamente para mobilidade.

Para encarar tal desafio, eu adotei como referenciais teóricos, para auxílio das observações em campo, diferentes áreas do saber, tais como Sociologia e Antropologia, principalmente. A opção por uma abordagem interdisciplinar ajudou na elaboração de um texto, filosoficamente e epistemologicamente, mais fundamentado e coerente com as produções que me auxiliaram nas reflexões e nos questionamentos dos acontecimentos no mundo atual.

A proposta da investigação empírica, por meio do método etnográfico, centrou-se nas relações e tensões cotidianas estabelecidas entre o trabalho dos malabaristas, suas estratégias de sobrevivência e a ressignificação dos espaços urbanos sem, contudo, deixar de lado qualquer novidade que pudesse enriquecer as pretensões de minha pesquisa, ou mesmo alterar os caminhos previamente estabelecidos à investigação *in loco* (MAGNANI, 2009).

Geertz (1989, p. 380) sugere que “[...] em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana”. Para Bezerra (2010, p. 2): “A etnografia constitui um método de investigação [...] na obtenção e tratamento de dados a partir do contato intersubjetivo entre o cientista social e a cultura e costumes de um determinado grupo, ora seu objeto de estudo”.

Porém, há de se ressaltar que entrar na vida de indivíduos ou grupos de indivíduos cujo cotidiano não é o do pesquisador traz à tona a possibilidade de o observador se tornar um “forasteiro” e, por sua vez, ser impedido de vivenciar aquilo que lhe é estranho. Desse modo, emerge a necessidade de obter permissão, não aquela que se formaliza com a assinatura de papéis, mas sim por meio de formas de consentimentos habituais que expressam confiança.

Daí a importância da *experiência etnográfica* (fenômenos imprevistos), como manifestação de atividades que escapam à *prática etnográfica* (fenômenos previstos), uma vez que esta, ao contrário daquela (MAGNANI, 2009), faz nascer durante a *empeiria* algumas surpresas, isto é, o *pathos* que a todo o momento redireciona o sul do pesquisador à compreensão de aspectos não previstos pelo mesmo.

Com o passar das semanas, em meio aos aspectos econômico, histórico, cultural e social próprios do dia a dia dos artistas circenses das ruas, percebi que o nomadismo é uma característica comum a todos eles, o que me levou à reflexão sobre o referido termo associando-o aos malabaristas dos sinais vermelhos, cujo objetivo foi criar uma “espécie” de tipologia, mesmo que provisória, para o entendimento dos sujeitos observados.

De acordo com *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004), “nômade” corresponde a indivíduos vagabundos que levam uma “[...] vida errante [...] sem habitação fixa [...] que se deslocam constantemente...” e cuja atividade é desconhecida. Partindo dessa definição, pude constatar, por convívio e entrevistas não estruturadas, que todos os malabaristas de rua, de algum modo, se enquadram no referido estigma (GOFFMAN, 1999), posto que transitam, no mínimo, entre semáforos movimentados de um mesmo município.

Nesse trânsito de sinais em sinais, é possível perceber que há nos artistas de rua alguma forma de domesticação dos corpos, uma vez que eles procuram se apresentar em horários específicos e em lugares previamente escolhidos, não apenas para ganhar dinheiro, como também para honrar seus compromissos financeiros, em especial com hospedagem e alimentação.

Segundo Simmel (2005, p. 272), poderíamos afirmar que tais malabaristas são estrangeiros – não em sentido habitual de pessoa que hoje chega e amanhã se vai e, sim, no sentido de que:

[...] aquele [...] que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga

ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se.

No cotidiano, a princípio à distância e depois próximo aos malabaristas, a minha incorporação e aceitação perante esses artistas de rua tornou-se perceptível nos momentos em que eles começaram a dialogar comigo, e não o contrário. De início, fiquei apreensivo com a receptividade, mas o fato de ficar próximo a eles por horas, em dias anteriores, foi fundamental para se acostumarem com a minha presença.

A partir daí, várias outras ocasiões revelaram que a minha companhia não era um incômodo ou mesmo uma ameaça quanto aos valores financeiros adquiridos diariamente por eles nos sinais, ao ponto de, algumas vezes, pedirem para que eu vigiasse seus instrumentos de malabarismo, dinheiro e mochilas enquanto iam comprar gasolina no posto mais próximo, procurar água para beber ou mesmo fazer suas necessidades fisiológicas em estabelecimentos próximos.

Em Cuiabá, como em outras grandes e médias cidades do Brasil, como Uberlândia em Minas Gerais e Rondonópolis no Mato Grosso, existem dezenas de jovens (ou adolescentes) que sobrevivem sendo malabaristas de semáforos e praças públicas com intenso trânsito de veículos e pedestres. Os riscos para a apresentação de suas habilidades ao público são muitos, porque eles trabalham a céu aberto, sujeitos às intempéries naturais: sol, chuva, calor e frio.

Em regra, esses artistas de rua, em sua maioria transeuntes de semáforos em semáforos, de cidades em cidades, de países em países, como constatei em diversos diálogos, não possuem nenhum vínculo empregatício, assim como não contribuem mensalmente com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que faz de seus futuros – no caso de virem a se tornar pessoas inválidas por doenças ou acidentes, ou mesmo na fase da terceira idade, cujo corpo não corresponde à força física e concentração exigidas no malabarismo e equilibrismo – uma permanente incerteza.

Pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o direito à pensão ou aposentadoria pública é concedido somente a brasileiros ou brasileiros naturalizados que mensalmente, durante vinte, vinte e cinco, trinta ou

trinta e cinco anos, dependendo da ocupação e gênero, contribuíram com 8% ou 11% de suas remunerações, independentemente de serem funcionários de empresas privadas, autônomos, profissionais liberais ou empresários.

Não ficar doente ou parar de trabalhar nos palcos abertos das cidades não é uma opção que os malabaristas podem escolher, embora possam, ao menos, tentar evitar. É por isso que a maioria dos artistas que eu observei e/ou conheci buscava, embora haja exceções, se apresentar em dias e horários favoráveis ao espetáculo, bem como quando o sol estivesse ameno.

Talvez seja por isso que, nos dias de frio e chuva, não tenha encontrado nenhum artista em ação nos sinaleiros de Cuiabá, embora tenha visto, em algumas raras vezes, um ou outro malabarista labutando sob um sol escaldante e sem a proteção de vestuários que impedissem o contato direto dos raios ultravioletas com a pele.

Ao interrogá-los sobre os perigos oferecidos pelo contato direto com o sol, estas foram as respostas: *“Eu tô juntando dinheiro para ir embora pra Goiânia, preciso ir lá pegar um monociclo”*¹⁴ [tradução nossa¹⁵]; *“Tô na fissura, preciso de dinheiro”*¹⁶; *“Eu perdi um dente e preciso de dinheiro para fazer um implante. Custa ‘milão’”*¹⁷; *“Eu sei dos perigos, mas é que tenho um filho de oito meses para sustentar”*¹⁸.

Com exceção do artista Mano, todos os outros afirmaram ser tal atitude, de se apresentarem expostos aos raios solares, uma atividade esporádica, geralmente motivada por algumas situações que a vida exige, especialmente quando o que está em jogo são dívidas e questões que envolvem saúde.

Frequentemente olhados de lado, embora percebidos, mas um tanto ignorados por quem diariamente cruza com eles, os malabaristas acabam por se constituir, aos olhos de quem está de passagem, um

14 Caderno de campo, maio de 2014. Justificativa do malabarista Cris, que se apresenta com bolinhas.

15 Muitos dos malabaristas são estrangeiros vindos de países da América Latina. Por exemplo, o Greg é colombiano e o Cris é chileno. Por isso optei por acrescentar na transcrição dos diálogos a afirmação “tradução nossa”, como forma de me referir a indivíduos não brasileiros, mas com uma característica em comum: todos são sul-americanos.

16 Caderno de campo, maio de 2014. Dizeres do malabarista Mano, que se apresenta com limões.

17 Caderno de campo, junho de 2014. Argumento do malabarista Guilin, que se apresenta com *Devil Stick*.

18 Caderno de campo, junho de 2014. Palavras do malabarista Uam, que se apresenta com bolinhas.

alvo de curiosidade espontânea, não no sentido que Paulo Freire (1997, p. 34, grifo do autor) a define:

O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente ‘perseguidora’ do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se ‘rigoriza’, tanto mais epistemológica ela se vai tornando. [...] O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado da sua razão de ser.

Motivado por esta curiosidade freiriana, eu me questioneei: como é o universo cotidiano de um artista de rua? Por que escolheram este modo de vida? Onde, quando e como aprenderam a dominar as técnicas de equilíbrio conhecidas como malabarismo, que, há menos de cinquenta anos, estavam restritas aos circos? O público para o qual se apresentam tem que estigma sobre esse tipo de atividade econômica?

Pais (2001, p. 373-374, grifo do autor) nos adverte que:

Também nas ciências sociais, há uma tendência forte para *olhar de lado* objectos empíricos aparentemente insignificantes, irrelevantes, desprezíveis, marginais. Isto acontece talvez devido à crença de que a relevância social ou política de um objecto de estudo é, por si, suficiente para legitimar os discursos que lhe são consagrados. Por isso causa ainda estranheza a lógica de vagabundagem que sai fora do *mainstream* da produção sociológica dirigida aos objectos empíricos ‘sérios’ e ‘respeitáveis’.

Nesse contexto, ao dirigir a minha curiosidade para conhecer o universo dos malabaristas dos sinais vermelhos, retomei o mesmo método de investigação utilizado no estudo dos flanelas: o *método de paginação*. Esse caracteriza-se por valorizar, nos trabalhos etnográficos dirigidos ao cotidiano, temas que são considerados insignificantes para a sociologia clássica.

O referido método permitiu recuperar para o *centro da página* (PAIS, 1993) as manifestações culturais consideradas marginais, a fim de revelar, por descrições de textos e imagens, os complexos sistemas de símbolos culturais presentes nessas manifestações, bem como as estratégias de sobrevivência que escapam aos fatos sociais e às regras capitalistas que idealizam estruturas sociais únicas, às quais todos devem se submeter ou, pelo menos, deveriam.

Na prática, a pesquisa de campo envolveu observações diretas e entrevistas informais. Isso, porque a aplicação de uma entrevista semiestruturada esbarrou no fato de os malabaristas estarem, a todo momento, se apresentando, e parar suas atividades para atender aos meus propósitos afetaria negativamente, ao final de mais um dia de trabalho, as suas pretensões de ganhos financeiros – perdas que eu não poderia compensar.

Poderia então alguém indagar: e o tempo do sinal verde? Os artistas de rua utilizam este momento para guardar o dinheiro ou qualquer outra coisa que arrecadaram no sinal vermelho, ou seja, o tempo da luz verde é destinado à organização do que foi ganho no período de luz vermelha, treinamento para o aperfeiçoamento das artes que dominam, concentração para a próxima apresentação e/ou apenas para descansar.

Com alguns artistas de rua – Greg, Uam, PK e outros –, estabeleci uma relação de amizade. Nos intervalos dos sinais, eles tentavam me ensinar o que dominavam (sem sucesso!), contavam histórias engraçadas sobre as suas viagens e mostravam o que estavam aprendendo de novo, fosse por contato com outros malabaristas ou através de vídeos na internet.

Por muitas vezes, ao encerrarem seus trabalhos, eu fui convidado a acompanhá-los até a praça Alencastro ou algum bar da região, para partilharmos uma cerveja. Sempre que possível, eu aceitava o convite. Com o passar do tempo, comecei a perceber que os encontros nas praças do centro norte de Cuiabá também eram proveitosos à pesquisa, pois lá ocorria o encontro com outros artistas de rua, além de *skatistas*, *hippies* e estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas, ambos identificados pelo uso de uniformes.

Nas praças, assim como nos semáforos, tornou-se impossível não perceber o rico tecido multicultural que, apesar de toda a sua

diversidade, elasticidade e transitoriedade, revelou maneiras de vida próprias. Tanto é assim que as ruas, no sentido de qualquer não-lugar apropriado como lugar, representam o palco da diversidade. Nas palavras de Certeau (1998, p. 176):

Essa história [invenção do cotidiano] começa ao rés do chão, com passos. São eles o número, mas um número que não constitui uma série. Não se pode contá-lo, porque cada uma de suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão táctil de apropriação cinésica. Sua agitação é um inumerável de singularidades. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares.

Apesar de adotarem como meio de vida uma posição que escapa, em muitos aspectos, às coerções do modo de produção liberal, os malabaristas, quando fixados temporariamente em um local, transformam os espaços ocupados, mediante a subversão da produção racionalizada, em áreas de criatividade e emancipação, já que muitos deles assumem compromissos que precisam ser honrados como, por exemplo, pagar o aluguel.

Quanto às experiências a serem observadas e registradas, seguindo as sugestões de Pais (2001, p. 375), adotei como procedimento investigativo para a etnografia dos malabaristas, descrito no subcapítulo 3.3, a *amostragem intencional* que, ao contrário do positivismo, não consiste em ficar restrito à obsessão do mensurável, uma vez que outro meio de análise é a verificação do “[...] contraste de diferentes intersubjectividades, utilizando-se como critério de evidência os consensos que se geram a nível de determinados contextos da vida quotidiana”.

Porém, antes de descrever o referido relato etnográfico, é apresentado no subcapítulo 3.1 e na seção 3.1.1, respectivamente, uma breve configuração da ocupação dos malabaristas nos sinais vermelhos e a tipificação, origem e história do malabarismo, que juntamente com o subcapítulo 3.2 – análise da reconfiguração dos espaços urbanos – completam a discussão do presente capítulo.

3.1 Malabaristas do sinal vermelho

Daqui de cima da laje
Se vê a cidade
Como quem vê por um vidro
O que escapa da mão
Uns exilados de um lado
Da realidade
Outros reféns sem resgate
Da própria tensão
Quando de noite as pupilas
Da pedra dilatam
Os anjos partem armados
Em bondes do mal
Penso naqueles que rezam
E nesses que matam
Deus e o diabo disputam
A terra do sal
Penso nos malabaristas
Do sinal vermelho
Que nos vidros fechados dos carros
Descobrem quem são
Uns, justiceiros, reclamam
O seu quinhão
Outros pagam com a vida
Sua porção
Todos são excluídos
Na grande cidade

Os versos acima são da canção *Malabaristas do sinal vermelho*, uma composição de João Bosco e Francisco Bosco que, de modo poético, revela o estigma de exclusão presente em muitos municípios brasileiros e possíveis de serem notados por qualquer homem que, de

dentro de seu automóvel, se interesse em perceber os *personagens dos sinais vermelhos* – pedintes, vendedores ambulantes, panfleteiros e malabaristas – submetidos aos riscos e seduções que as ruas oferecem.

Graciani (1999, p. 130) diz que,

[...] a partir do momento em que se está na rua, começa a delinear-se o espaço vital pelo imaginário [...]. Alguns encontram serviço no supermercado próximo, outros numa construção civil, outros vão vender pequenas mercadorias [...] outros inventam ou criam diversas formas de ganhar dinheiro, como limpadores de para-brisa, guardadores de carros, [malabaristas de sinaleiros] etc.

Diante dos sinais vermelhos dos semáforos, os condutores são obrigados a parar os seus veículos, porém alguns deles ignoram essa regra, colocando em risco a vida de pedestres e dos personagens dos sinais. Tal infração, salvo exceções como ambulâncias, carros do corpo de bombeiros e viaturas da polícia, entre outros casos, não se justifica, pois, na transição da luz vermelha para a luz verde, e nunca o contrário, há a luz amarela, que opera como dispositivo de alerta sobre a mudança do direito de ir e vir.

Em Cuiabá, é comum ver motoristas negligenciando os primeiros instantes de tempo do sinal vermelho dos semáforos, atitude que eu, enquanto motorista, tive dificuldade em absorver quando cheguei à cidade vindo de Uberlândia-MG, em meados de 2011. Lá, o comum é parar o veículo quando o sinal está na luz amarela, provavelmente pelo constrangimento dos inúmeros radares espalhados pela cidade – são tantos, que minha mãe costuma brincar dizendo: “*Venha a Uberlândia e ganhe uma multa!*”.

É justamente neste espaço da faixa de pedestres abaixo dos sinais vermelhos, convenção social tantas vezes desrespeitada pelos motoristas, que se configura a *fachada social* (GOFFMAN, 1999) ideal ao exercício econômico de muitos indivíduos marginalizados, ou estigmatizados como tal, cuja fronteira e separação representada pelo verso 19 da canção supracitada expõem o paradoxo de uma dupla plateia: os personagens dos sinais *versus* os transeuntes.

Diante uns dos outros, eles se observam e se policiam. O objetivo? Estarem preparados para lidar ‘com quem?’ e/ou ‘com o quê?’ está por vir; comportamento cotidiano que Goffman (1999, p. 9) interpreta como algo recorrente em nossas vidas, pois “[...] o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes [...]”.

Por um lado, o motorista poderá saber ou, no mínimo, intuir, por meio do imaginário antropológico, quem são os personagens dos sinais, determinando para si o que fazer: abrir ou fechar os vidros do carro quando o pedinte se aproximar, oferecer ou negar dinheiro aos malabaristas que se apresentam, comprar ou recusar a oferta de água do vendedor ambulante, respeitar ou não a travessia dos pedestres etc.

Por outro lado, os personagens dos sinais reivindicam um saber próprio de quem passa a vida, ou boa parte dela, nos semáforos, observando atentamente qualquer motorista que, mediante gestos de reciprocidade positiva – sorrisos, palmas, sinal de joia com o polegar opositor, entre outros –, se mostre disposto a oferecer algo para este, esse ou aquele sujeito do sinal.

Para Pais (2001, p. 381, grifo do autor): “O *golpe de vista* traduz faro, sagacidade, precisão, finta, esperteza. Ter *olhinhos* ou *golpe de vista* é um poder (saber) que se traduz na capacidade de sintetizar o conhecimento de tudo o que se passa [...]” ao redor dos sujeitos, independentemente da pessoa e do local, cuja desatenção provoca surpresa ou espanto/susto.

Na prática, o que há é um jogo tenso e dialético de dois lados com interesses distintos. Aos personagens dos sinais que estão fora da proteção física dos veículos, mas que precisam transitar à frente e entre eles para pressionar dinheiro, cabe a criação de *estratégias de sobrevivência* (CERTEAU, 1998), cuja aproximação e aceitação da plateia, no caso os motoristas (e algumas vezes os pedestres), dependerá da habilidade de cada trabalhador informal ou mendigo de romper com as distâncias física (espaço e tempo) e psicológica (medo da violência) que os separam.

Para tanto, é necessário convencer os condutores de que eles são a plateia e de que os personagens dos sinais vermelhos são os atores a encenar em um palco improvisado, cuja ocupação informal – excluindo aqui o pedinte – constitui uma forma de ofício reconhecida

no momento em que os motoristas abrem os vidros de seus carros para receber propagandas, comprar água gelada e/ou para gratificar o curto espetáculo artístico dos malabaristas.

O trabalho nunca está dissociado da vida das pessoas, por isso é relevante assinalar que ele, enquanto momento fundante de sociabilidade humana (MARX, 1983), faz parte da vida de todos, seja na produção concreta da vida, nas práticas sociais, ou na edificação da infraestrutura como causa das artes praticadas em sua superestrutura, entre elas o malabarismo executado nas ruas, avenidas, praças e parques de Cuiabá.

Por conseguinte, a transformação do homem em ser social, bem como a sua existência, nasce, para Marx (1983, p. 149), mediante o trabalho, definido por ele como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.

Nesse passo, qualquer sujeito, inclusive os personagens dos sinais vermelhos, em especial os artistas de rua, são criadores de símbolos e culturas na sua interação com a natureza; signos que necessariamente devem conter valor de utilidade para a sociedade, em um duplo processo de transformação, dado que o sujeito “[...] ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele, ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1983, p. 149).

Ressignificar culturalmente os espaços que ocupamos, fazendo de suas estruturas usos diferentes do que foi pensado pela produção racionalizada, constitui ação comum na pós-modernidade; é o ordinário subvertendo os bens fabricados pelo capital e as estruturas idealizadas pela razão. Nessas, de acordo com Augé (2001), ocorre a transformação do não-lugar em lugar; naquele, segundo Certeau (1998), ocorre os “re-usos” dos produtos conforme a resignificação dada por cada sujeito.

Por exemplo, os semáforos, independentemente do município onde foram instalados, têm como função restringir a passagem segura de motoristas e pedestres. Contudo, muitos cruzamentos com sinaleiro (responsável pela contagem de tempo), aliado às faixas de pedestres (áreas de trânsito), ganharam na atualidade outros papéis, a saber: lugar de espetáculo, de vendas, de mendicância e de furtos, mesmo que sejam apenas por alguns segundos.

Panfleteiros e ambulantes (e também os pedintes), para conquistar a confiança dos motoristas, possuem basicamente as mesmas artimanhas de aproximação. Eles esperam o semáforo fechar e as primeiras fileiras de carros se formarem para, em seguida, transitar entre elas. Toda ação parece ensaiada como se fosse a repetição da mesma peça teatral, a cada instante de, no máximo, dois minutos, com uma nova plateia, porém não necessariamente de pessoas diferentes.

Já os malabaristas não podem, a princípio, transitar entre os veículos. Antes, eles precisam demonstrar suas habilidades circenses, como se de fato estivessem em um picadeiro, cuja plateia, ao contrário do público presente nos circos, não se deslocou para apreciar e vivenciar o lúdico, tendo, portanto, o *artista de rua* a obrigação de aflorar nos espectadores o reconhecimento de seu trabalho, o que se confirma no momento em que os motoristas colocam o braço esquerdo para fora de seus veículos, gesticulando-o com alguma recompensa à mão.

Em geral, os malabaristas esperam receber dinheiro, contudo eles entendem que muitos motoristas não têm condições financeiras de ajudá-los, então outras formas de agradecimento também são bem-vindas: aplausos, sorrisos, gestos de positivo com a cabeça, além de bebidas e comidas. Entre as bebidas, eu presenciei os malabaristas e outros personagens dos sinais receberem sucos, refrigerantes e, principalmente, água; entre as comidas, eu vivenciei a doação de pães, quitandas, bolachas, salgados e salgadinhos.

Na divisão do mesmo cenário e na disputa por um mesmo público, cada personagem do sinal – artistas, vendedores, panfleteiros, mendigos e outros – emprega diferentes *performances* para atrair a atenção dos motoristas, cuja vitória – conquistada mediante sinais de reciprocidade positiva dos condutores – dependerá não só de encenações, sinceras ou cínicas (GOFFMAN, 1999), como também da disposição em que os motoristas se encontram para a interação, como,

por exemplo, estar com muita sede, sensibilizar-se com facilidade ao ver a ferida exposta na perna do pedinte, apreciar as artes circenses e/ou divertir-se com a alegria das crianças que assistem ao espetáculo dos malabaristas.

Muitos são os personagens dos sinais vermelhos; não é possível simplesmente ignorá-los. Entretanto, chegou um determinado momento da prática etnográfica (MAGNANI, 2009) em que foi preciso me voltar exclusivamente às atividades dos malabaristas, de modo a descobrir os riscos a que eles estão submetidos e suas estratégias para arrecadar dinheiro.

In loco, sempre acompanhado de minha mochila e seus apetrechos (caderno de campo, lapiseira, canetas, celular, água e algumas vezes máquina fotográfica), fui aos poucos conhecendo – primeiro por observações e depois de algum tempo por observações e indagações – as *artes de fazer* desses artistas de rua que, diariamente, labutam para sustentar suas necessidades no perigoso jogo de malabarizar em lugares inadequados, com intenso trânsito de automotores.

Daqui que a interpretação dos contextos dos indivíduos deva levar em linha de conta não apenas a sua significação exegética (interpretação endógena nativa), mas também os ‘contextos de vida’, isto é, os elementos do meio social que os levam a desenvolver determinadas práticas simbólicas e a interpretá-las num determinado sentido (PAIS, 2002, p. 144, grifo do autor).

Por isso, já nas primeiras observações, ainda à distância, nasceu em mim a necessidade de responder à seguinte dúvida: o que é o malabarismo? Para esclarecer esta interrogação, recorri à sociologia compreensiva de Max Weber (1993), que propõe o conceito de *tipo ideal* como uma construção teórica e indutiva criada a partir de casos particulares analisados na realidade, cujo objetivo é sintetizar o que é essencial na diversidade das manifestações da vida social.

Nas palavras de Weber (1993, p. 139), “[...] a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento”. Nesse contexto, Pais (2001, p. 376, grifo do autor) sugere que:

A ‘idealidade’ do tipo assegura a existência de um conceito limite, puramente ideal. [...] é a natureza discursiva do nosso conhecimento, a circunstância de apenas captarmos a realidade através de uma cadeia de transformações na ordem da representação, que postula este tipo de taquigrafia conceitual. Na vida quotidiana corrente, os indivíduos [...] actuam e decidem sobre realidades tipificadas através de idealizações que ordenam a realidade.

Partindo dessa ideia, apresento na sequência, com base nos estudos de Duprat (2007), uma concepção histórica, tipológica e conceitual sobre o malabarismo que, na prática, me possibilitaram identificar, entre as múltiplas artes circenses encontradas nos semáforos de Cuia-bá, quais são próprias do malabarismo.

3.1.1 Malabarismo: tipificação, história e conceito

Dezenas são as modalidades circenses que, quando reunidas, podem ser, de acordo com as suas unidades didático-pedagógicas, aplicadas ao desenvolvimento teórico-prático dos exercícios, categorizadas da seguinte forma: acrobacias, manipulações, equilibrismos e encenações (DUPRET, 2007).

O malabarismo, atividade enquadrada como manipulação de objetos, em todas as suas especificidades e modalidades, assim como o equilibrismo e a encenação, em algumas de suas especificidades e modalidades, como mostra o Quadro 2, representam gestos desportivos que não exigem grandes palcos e produções para a sua realização, nem elevados investimentos financeiros para a aquisição dos instrumentos artísticos.

Quadro 2 – Artes circenses: especificidades e modalidades nos semáforos de Cuiabá.

Artes Circenses	Especificidades	Modalidades
Manipulações: malabarismos	Lançamento	bolinhas, bola de futebol, claves, aros e pirofagia.
	Equilíbrio	bola, facão e bambolê.
	Giroscópio	diabolô, <i>swing</i> , <i>flag</i> e <i>Flower Devil Stick</i> .
	Contato	<i>rolling</i> (múltiplas bolinhas) e bolinhas.
Equilibrismos	Funambulescos	monociclo, pirâmide e perna de pau.
Encenações	Expressão corporal	pantomima e dança.
	Palhaço	Artes em geral: maquiagens e roupas.

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Observe que, no quadro acima, existe a repetição da palavra ‘equilíbrio’. Uma destas palavras está classificada como arte circense e a outra como uma especificidade da arte de manipular coisas. Uma e outra não devem ser entendidas da mesma maneira, pois a primeira refere-se à capacidade de o artista se equilibrar sobre objetos e a segunda refere-se à destreza em equilibrar objetos no próprio corpo. Por exemplo: caminhar usando uma perna de pau e equilibrar um cabo de vassoura na testa, respectivamente.

Penso que muitas pessoas, assim como eu antes da pesquisa, não saibam quais são os instrumentos de trabalho descritos na coluna Modalidades do Quadro 2, por isso decidi, antes de prosseguir com a construção histórica, tipológica e conceitual sobre os malabares, colocar as suas respectivas ilustrações e nomes, de modo a oferecer ao leitor uma propedêutica para a compreensão do que encontrará nas próximas páginas do presente capítulo.

Figura 2 – Ilustrações dos instrumentos classificados como manipulações circenses.



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Nas ruas, após conhecer alguns malabaristas, comecei a perceber que havia instrumentos de manipulação de fabricação artesanal. Em diálogos, os malabaristas disseram que não se tratava somente de preços, pois existem instrumentos de malabarizar que são muito baratos, como é o caso das bolinhas de arremesso (R\$ 15,00), embora existam outros que são caros, como o *swing* (R\$ 75,00), ou caríssimos, como o monociclo (R\$ 650,00).

A maior dificuldade para os malabaristas não está na incapacidade de comprar seus instrumentos de trabalho. O grande problema posto por eles é que não é costume entre os comerciantes a oferta de ferramentas voltadas às artes circenses, pelo menos na maioria dos municípios por onde eles passaram, incluindo Cuiabá. Isso não significa afirmar que não existe absolutamente nada para ser comprado na cidade, já que objetos como bambolê, bolinhas e bolas são facilmente encontrados em lojas de brinquedos.

Entre os instrumentos de fabricação caseira, tendo como referência as modalidades circenses, eu identifiquei em campo as bolinhas,

o diabolô, o *swing*, o *flag* e o *flower devil stick*. Essas criações não somente subvertem a produção racionalizada pela bricolagem das coisas como demonstra que, na falta ou na incapacidade de comprar o que precisam, os sujeitos inventam e reinventam o seu cotidiano pelas artes de fazer, de modo a suprir suas necessidades.

Portanto, a(s) ferramenta(s) racionalizada(s) ou subversiva(s) é(são) indispensável(eis) ao exercício do ofício de malabarista no cotidiano até mesmo porque, se se pensar na teoria existencialista de Jean-Paul Sartre, filósofo francês do século XX, o homem só é o que é (conceito de identidade) aquilo que os outros projetam nele.

Dessa afirmação salta-se a importância do sujeito construir para si, de acordo com a fachada e as maneiras apropriadas a cada profissão (considerando, é claro, que o indivíduo deseja ser enxergado pelo ofício que executa), investir na edificação da aparência a ser percebida pelos outros. Por exemplo, se um indivíduo em um hospital deseja ser visto como um médico ele deve usar jaleco branco. Por outro lado, enfermeiros também podem usar jalecos brancos. Daí a necessidade de buscar outros signos que nos ajudem a estabelecer a distinção entre médicos e enfermeiros, embora já se possa intuir que ambos, provavelmente, são funcionários do hospital (GOFFMAN, 1999).

Essa confusão de projeções de identidades sobre os outros também ocorre em lugares distintos, a exemplo dos malabaristas dos semáforos, que juntamente com outros tantos personagens dos sinais vermelhos, disputam a atenção de uma mesma plateia. Nesse caso em particular, não basta aos sujeitos serem vistos da forma como desejam; é forçoso irem além, pois é imprescindível aos malabaristas dos sinaleiros prenderem sobre si os olhares dos transeuntes por meio de ações/estratégias que corroborem que eles e não os outros são os artistas circenses sem circo a malabarizar nas ruas.

Para Goffman (1999, p. 74),

[...] uma condição, uma posição ou um lugar social não são coisas materiais que são possuídas e, em seguida, exibidas; são um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada. Representado com facilidade ou falta de jeito, com consciência ou não, com malícia ou boa-fé, nem

por isso deixa de ser algo que deva ser encenado e retratado e que precise ser realizado.

Nas palavras de Sartre (1956 *apud* GOFFMAN, 1999, p. 75), existe “[...] realmente muitas precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição”, ainda mais quando se têm os não-lugares como espaços que operam desfavoravelmente na construção da identidade do outro, a exemplo daqueles que exercem seus ofícios em locais não projetados para o exercício de suas habilidades profissionais, como é o caso dos malabaristas de rua.

É por meio da construção social dos universos de sentidos, paradigma que Durkheim (QUINTANEIRO; BARBOSA, OLIVEIRA, 2003) entende como consciência coletiva, que cada um se adapta à realidade cotidiana, de modo a estar preparado, ou ao menos supor estar preparado, às situações que possam surgir e a lugares – públicos (ruas, avenidas, praças e parques) ou privados (casas, fábricas, empresas e *shopping*) – a ocupar.

Lazzarato (2006) sugere que tal construção, enquanto guia do ordinário, vai aos poucos se modelizando, isto é, atualizando o ente virtual que paira sobre os indivíduos. Por conseguinte, as multidões confusas, inúteis ou perigosas são transformadas em classes organizadas, cujo objetivo é equalizar o tempo e o espaço à produção, donde ocorre a domesticação dos corpos frente às pessoas e instituições.

Diga-se de passagem, modelizar é o meio que permite, a princípio, a leitura de sistemas de signos organizados, embora, em outros momentos, possa conferir estrutura a sistemas de símbolos ainda não ordenados, como dos não-lugares ressignificados por antropomorfização. Em ambos os casos, o desígnio é o mesmo: semiotizar, isto é, esclarecer o sentido dos objetos culturais: materiais e imateriais.

Talvez seja por isso que tais atividades circenses sejam, na atualidade, encontradas em espaços e eventos tão diferentes: semáforos, ruas, praças, parques, *shoppings*, aniversários, desfiles de Carnaval, festas *rave*, boates e casamentos (CIRCUS, 2011), cuja proposta, em essência, é a mesma: despertar o “[...] medo, maravilhamento, temor, apreensão, satisfação e principalmente o sentimento de liberdade, de

ver corpos exibindo movimentos constantes e inacreditáveis aos olhos do público” (DUPRAT, 2007, p. 19).

Sobre a elaboração do Quadro 2, saliento que o mesmo foi construído com base nas observações das artes de malabar encontradas nas ruas e avenidas com faixas de pedestres abaixo dos sinaleiros em Cuiabá, o que não significa que eu não tenha presenciado fora desse contexto *performances* com outros instrumentos. Pelo contrário, não só vivenciei como procurei socializar-me com os malabaristas de rua nas praças centrais da região norte da cidade.

Em um desses encontros, conheci o malabarista Greg, mais precisamente na praça Alencastro, em um fim de tarde de uma quarta-feira. Cris, o primeiro malabarista que conheci quando se apresentava no cruzamento da Avenida Mato Grosso com a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, foi quem nos apresentou.

Nesse dia, em meio a um diálogo duradouro, Greg ensinou-me que, por causa da facilidade em dominar as suas técnicas de equilíbrio, o *Flower Devil Stick* é o mais praticado entre os artistas de rua e estudantes que almejam aprender alguma modalidade de malabarismo. Outra facilidade do *devil* está em sua confecção, pois nem todos têm às mãos dinheiro para adquiri-lo, ou às vezes até têm, mas onde comprá-lo? Não é qualquer cidade que comercializa produtos circenses.

Greg: O devil é o mais fácil de aprender. Depois vêm os outros: swing, flag e diabolô. Jogar claves é mais complicado! (Caderno de campo, abril de 2014) [tradução nossa].

Ainda em meio às observações em campo, comecei a perceber que as artes circenses apresentadas pelos artistas apátridas dos circos não se restringiam às manipulações. Há também outras e diferentes *performances* circenses: o equilibrismo (monociclo, pirâmide e perna de pau) e a encenação (pantomima, dança e palhaçada) que, quando associadas à primeira, fazem dos espetáculos fora das lonas um entretenimento mais atraente aos espectadores – artifício que nasce como estratégia na busca pela atenção dos transeuntes e motoristas.

Greg: *Esta roupa é para apresentação, por isso ela é colorida. Aprendi no circo que devemos usar roupas apropriadas ao espetáculo; não pode ser qualquer trapo. Também pinto o meu cabelo; às vezes, eu escrevo coisas nele ou faço desenhos; as crianças adoram*” (Caderno de campo, abril de 2014) [tradução nossa].

Muitos são os elementos que favoreceram a difusão e o aprendizado do malabarismo entre os brasileiros, principalmente nas regiões sul e sudeste, onde se concentram a maioria dos circos itinerantes e escolas de circo, que durante décadas restringiram as apresentações das técnicas circenses aos espaços fechados e planejados. Entretanto, na segunda metade do século XX, os novos malabaristas, autodidatas ou advindos dos circos e escolas circenses, foram aos poucos redesenhando seus espetáculos a partir do improvisado cênico em palcos que não são palcos, transcendendo assim, ao retornar às ruas, o velho e tradicional ambiente dos picadeiros circenses.

O relatório *Panorama do Malabarismo no Brasil* (2011, p. 10), produzido pelo grupo de estudos CIRCUS da Universidade Estadual de Campinas em São Paulo, destaca como principais os seguintes fatores para a difusão do malabarismo em todo o território nacional:

- é possível realizar malabares com inúmeros objetos;
- o instrumento é mais acessível economicamente ou simplesmente pode ser confeccionado pelo próprio artista;
- é portátil ou transportável com facilidade;
- estruturalmente é mais viável e, em função disso, o artista ou praticante da técnica pode exercer a atividade de malabares em qualquer lugar, frente a outras técnicas circenses;
- é de fácil iniciação e, nessa linha, também frente a outras técnicas, não oferece risco ao praticante.

Consequentemente, a prática dos malabares, principalmente entre jovens sem nenhuma ligação com o circo, teve um forte crescimento entre os brasileiros, ganhando com o passar dos anos, principalmente após a década de 1980, novos objetivos além do habitual entretenimento das plateias acomodadas debaixo das lonas, tais como: recreação, *hobby*, profissão, educação, manifestação artística, resgate social e

até mesmo modalidade em academias de ginástica para quem deseja alcançar uma boa forma física (CIRCUS, 2011).

Figura 3 – Anúncio do Circo Escola Leite de Pedras.

Circo Escola Leite de Pedras

Inscrições Abertas!

Aulas

- .Malabares
- .Acrobacia
- .Balé Aéreo - Tecido
- .Perna de Pau
- .Equilíbrio em Arame
- .Monociclo
- .Trapézio

Início do curso:
25/05/2013

Inscrições:
Via e-mail, telefone ou blog:
E-mail: leitedepedras@gmail.com
Telefone: (65) 3054-2063 - (65) 8119-5810
blog: <http://circoescolaleitedepedras.blogspot.com.br/>

HORÁRIO: Quarta: 19:30 as 21:30 – Sábado: 16:00 as 18:00
LOCAL: PRAÇA CHICO JACARÉ – BAIRRO: LIXEIRA (ATRÁS DO POSTO DE SAÚDE)
INVESTIMENTO MENSAL: R\$ 120,00
PERÍODO DE INSCRIÇÕES: a partir de 07/05/2013

Fonte: ANÚNCIO, 2014.

No estado de Mato Grosso, região Centro-Oeste do território nacional, apenas a capital Cuiabá possui uma escola circense, Circo Escola Leite de Pedra, localizada na Rua Antônio Batista de Belém, no Bairro Lixeira, área central da cidade. Nela, com um investimento mensal de R\$ 120,00, é possível aprender malabares, acrobacia, balé aéreo, perna de pau, equilíbrio em arame, monociclo e trapézio, como mostra o seu *folder* de divulgação (Figura 3).

É claro que, ao contrário dos projetos de circos sociais que ensinam gratuitamente, as escolas privadas privilegiam não apenas quem se interessa pelas artes circenses, mas prioritariamente quem pode pagar, o que justifica porque a maioria dos malabaristas que conheci aprendeu a dominar as técnicas circenses fora das instituições de ensino.

Para atrair potenciais discentes, as escolas particulares se voltam à propaganda dos benefícios cerebrais proporcionados pelo malabarismo, vantagens que Sacco e Braz (2010, p. 145) assim descrevem:

Por utilizar os dois lados do corpo atravessando a linha sagital, o malabarismo estimula os dois hemisférios cerebrais que atuam na aprendizagem motora de forma enriquecedora. Desenvolve também a capacidade de reação e raciocínio promovendo um aumento da concentração e atenção, assim como um aumento da capacidade da visão focal e ambiental, além de serem comprovadas mudanças na estrutura cerebral e o envolvimento de habilidades cognitivas e percepção espacial complexa [...].

Não pertencer a uma classe social que tenha condições de arcar com os custos do aprendizado das artes circenses, felizmente não impediu que pessoas de estratos econômicos desprivilegiados absorvessem, em distintos níveis de domínio (inclusive com movimentos diferentes dos ensinados nas escolas), manobras próprias do malabarismo, seja por meio de amigos ou da internet; quanto à aquisição de instrumentos necessários à prática de malabar, coube o improviso, a bricolagem como subversão de materiais fabricados para outros fins.

De aprendizado formal ou informal, o fato é que o malabarismo no Brasil, nas últimas décadas, vem sendo incrivelmente reapropriado em suas finalidades e, embora não existam registros suficientes sobre o seu desenvolvimento e intenções ao longo dos séculos, é bem provável que em cada época, em diferentes povos e lugares, não apenas o malabarismo, como também as outras artes circenses, tenham recebido diferentes desígnios.

Historicamente, os primeiros registros sobre a arte de manipular objetos datam entre os anos de 1994 e 1781 a.C., na região do Antigo

Egito, mais especificamente na décima quinta tumba do príncipe do Império Médio Beni Hassan, onde se encontram imagens de mulheres egípcias realizando contorcionismo ao dançarem e manipulando bolinhas (DECKER, 1992).

Contudo, o termo *malabarismo* aparece apenas no século XVI d.C., na província de Kerala, na costa de Malabar (palavra da língua malaiala), região sudoeste da Índia, local onde os colonizadores ingleses se surpreenderam com as habilidades dos nativos em equilibrar, nas diferentes partes do corpo, diversos tipos de objetos, e de controlarem com destreza, arremessando para o alto, instrumentos improvisados (DUPRAT, 2007).

Na Europa, o malabarismo começou a ser praticado no século VI d.C., mais precisamente nas feiras livres de algumas regiões da França. A partir do século XI d.C., o malabarismo manifestou-se, espontaneamente e concomitantemente, em diferentes regiões da Europa: Inglaterra, Alemanha e Itália, principalmente (CAMARGO, 2006).

Do encontro entre malabaristas e outros artistas, principalmente músicos, acrobatas, ilusionistas, adestradores de animais, bonequeiros e comediantes oriundos ou não da Europa, surgiu, no século XII d.C., os saltimbancos: grupo de pessoas com diferentes habilidades lúdicas e comportamento nômade que, migrando de feira em feira, de cidade em cidade, de país em país, demonstravam suas *performances* em troca de comida, roupa e dinheiro (ILKIU, 2011).

Segundo Ilkiu (2011, p. 83), os saltimbancos “[...] se apresentavam em feiras, praças e ruas desde o século XII, quando as feiras passaram a ter grande importância na vida social e financeira da sociedade europeia”. Contudo, apenas “[...] por volta do século XVIII, na Europa, mais precisamente na Inglaterra, é que se têm registros mais precisos de uma organização estrutural do circo e de seu espetáculo que começa a tomar forma nos moldes conhecidos atualmente”.

Para Alice Viveiro de Castro (2005, p. 83), os artistas das feiras, antes de suas apresentações, precisavam improvisar o local do espetáculo, por isso, a fim de “[...] chamar a atenção no meio da balbúrdia, armava-se um pequeno tablado – tipo um banco – e, em cima dele, eram realizados espetáculos”, até se esgotar o interesse do público, forçando-os a buscar um novo espaço, com novos públicos.

É a partir desses hábitos migratórios que os membros dos *saltare in banco*, expressão que deu origem ao termo ‘saltimbanco’, constituíram o circo tradicional, primeiramente na Inglaterra (seguido por outros países: França, Itália, Alemanha, Rússia e Estados Unidos) com “[...] exibições equestres que, em princípio, se limitavam ao público aristocrático [...]”, mas posteriormente chegando aos “[...] espaços populares [que] aos poucos foram se atrelando aos números dos [novos] saltimbancos – doma de animais, funambulismo, mágica, acrobacias e comicidade, que ficava por conta dos *clowns*” (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 83).

Por causa do comportamento nômade, até o século XVII d.C., pouco antes da criação dos primeiros circos tradicionais no Ocidente, os artistas das feiras e ruas eram visto por muitos como vagabundos, uma vez que o modo de sobrevivência adotado por eles dependia de uma atividade que, na época, não era considerada trabalho, a exemplo dos ofícios de camponês, lenhador, ferreiro, sapateiro e alfaiate.

Todavia, nos dois séculos seguintes, as artes circenses tornaram-se por toda a Europa, Estados Unidos e alguns países da América do Sul, principalmente Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, uma necessidade de entretenimento lúdico às pessoas residentes nas cidades, em especial a arte de *malabar*, a qual, independentemente de o circo ser de pequeno, médio ou grande porte, apareceu, ao lado dos palhaços, como um dos destaques do picadeiro, visto que, com o advento dos circos itinerantes, os saltimbancos, que anteriormente se apresentavam nas ruas, ganharam um local próprio aos espetáculos.

Nesse período, muitas companhias se formaram, entretanto a de maior destaque, segundo Ermínia Silva e Alice Viveiro de Castro, é a do ex-oficial da cavalaria britânica Philip Astley, por volta de 1770; e o termo ‘circo’ foi utilizado pela primeira vez anos mais tarde, quando Charles Hughes, antigo integrante da companhia de Astley, inaugurou o *Royal Circus* (ILKIU, 2011, p. 83, grifo do autor).

No final do século XIX e início do XX, as artes circenses deixaram de ser percebidas como uma prática de pessoas malandras, ao ponto de vir a se tornar uma arte própria e independente das demais, alcan-

quando aos poucos, depois de milênios, a mesma importância artística que o teatro, a música e a dança (DUPRAT, 2007).

No Brasil, ao contrário do Canadá e da França, ainda não existe graduação e pós-graduação em Artes Circenses, embora já existam, em algumas universidades como a Unicamp, UFAM e UFPA, cursos de extensão e/ou eventos acadêmicos que discutem a importância das artes circenses na formação dos graduandos de outros cursos superiores de artes, em especial Teatro e Cinema, bem como a necessidade de alcançar, junto ao MEC, a criação de uma faculdade restrita à história, formação e domínio das epistemologias e instrumentos circenses.

Diga-se de passagem, é muito recente o interesse de pesquisadores de universidades nacionais de compreender e registrar cientificamente o complexo universo que compõe as mais variadas formas de circo, conquanto suficiente para perceber que uma coisa é estudar a história do circo e outra é estudar cada uma de suas artes: manipulações (ou malabarismos), equilíbrios, acrobacias e encenação.

Sem ignorar a existência de outras artes circenses, centremo-nos nas manipulações/malabarismos – que é o recorte proposto à pesquisa. Começo por advertir que inúmeras são as suas definições. A mais usual, por englobar suas mais variadas modalidades e instrumentos, é a De Blas (2000 *apud* DUPRAT, 2007, p. 71), que afirma ser o malabarismo um ato de:

[...] executar um desafio complexo visual ou fisicamente, usando um ou mais objetos. Desafio que muita gente não saberia realizar que, ademais, não tenha outro propósito que o entretenimento, e em que os métodos de manipulação não sejam misteriosos (como na mágica). Ex.: Lançar e receber coisas.

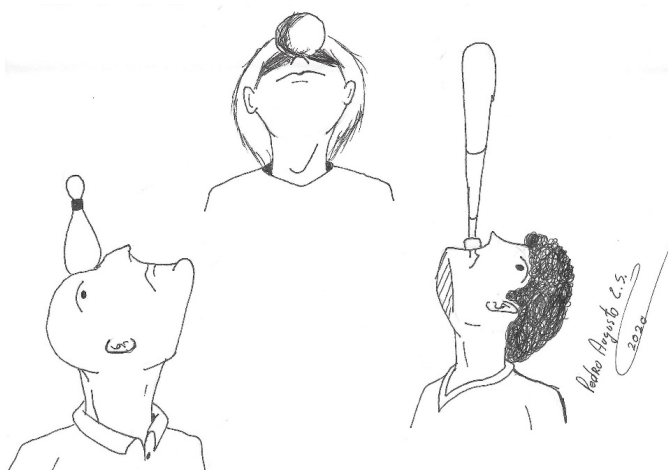
Partindo dessa definição, De Blas organiza o malabarismo em quatro categorias distintas: malabarismo de lançamento, malabarismo de equilíbrio dinâmico, malabarismo de giroscópio e malabarismo de contato, ilustradas abaixo pelas Figuras 4, 5, 6 e 7, respectivamente.

Figura 4 – Lançamento com diferentes objetos.



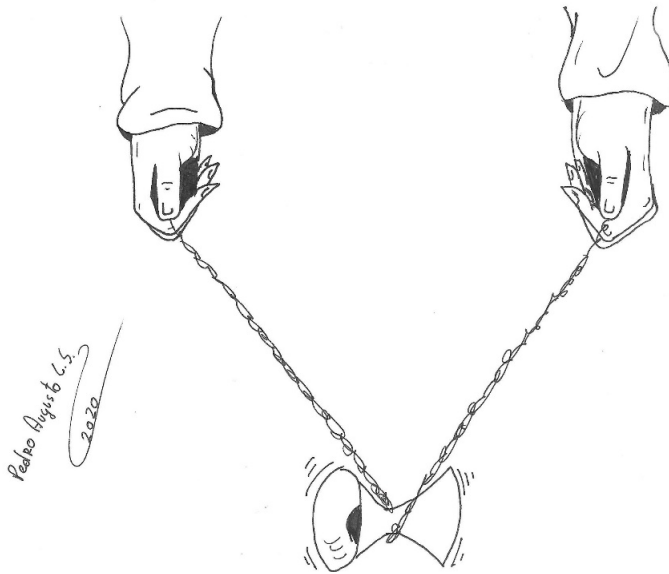
Fonte: des. Pedro Augusto C. S., 2020.

Figura 5 – Equilíbrio dinâmico instável e marginal.



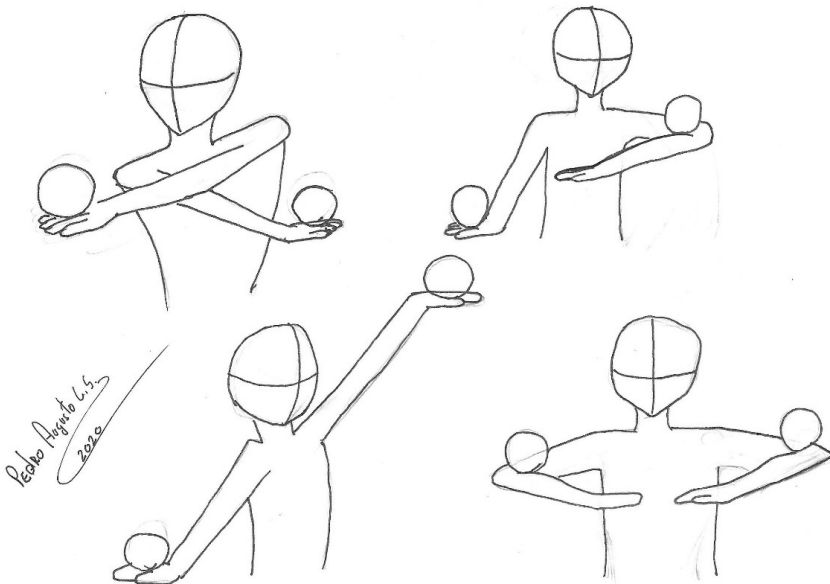
Fonte: des. Pedro Augusto C. S., 2020.

Figura 6 – Giroscópio com Diabolô.



Fonte: des. Pedro Augusto C. S., 2020.

Figura 7 – Contato do tipo Rolling.



Fonte: des. Pedro Augusto C. S., 2020.

O primeiro caracteriza-se pelo ato de lançar e receber objetos; o segundo consiste em manter objeto(s) em equilíbrio instável (em um só ponto de contato) ou marginal (em uma linha reta como contato); o terceiro versa em colocar objeto(s) girando-o(s) em alta velocidade sobre si mesmo(s), mantendo-o(s) em rotação sobre um ponto de contato; o quarto representa a manipulação de objeto(s) em contato direto com algumas partes do corpo de quem pratica.

Cada uma dessas quatro categorias, a seu modo, exige dos praticantes gestos desportivos distintos, logo, para um malabarista, é sempre mais fácil aprender modalidades pertencentes a uma mesma especificidade, cuja compreensão e ordenamento possibilitaram-me, durante a etnografia, classificar e identificar, nos semáforos de Cuiabá (Quadro 2), quais entre as artes circenses são modalidades próprias do malabarismo e quais não são, sem contudo ignorar outras e diferentes formas de manifestações circenses existentes nos semáforos.

3.2 Ressignificando os espaços

Para realizar a pesquisa etnográfica com os malabaristas de rua, assim como no caso dos flanelas do Shopping 3 Américas, surgiu, em um primeiro momento, a necessidade de escolher um espaço urbano em Cuiabá que oferecesse, durante as minhas observações em campo, elementos tipológicos e tópicos suficientes para revelarem, a partir de encenações apresentadas na fachada social escolhida para o espetáculo circense – as faixas de pedestres abaixo dos semáforos –, as *estratégias de sobrevivência* empregadas por esses artistas no cotidiano.

Pais (2001) afirma que o espaço urbano das ruas contrapõe-se ao espaço antropológico vivido, sentido e experienciado. Por outro lado, adverte-nos que as ruas são lugares topológicos e tópicos. O primeiro, se considerarmos como referência o local onde os malabaristas se apresentam, refere-se, principalmente, aos semáforos e faixas de pedestres. O segundo refere-se basicamente às faixas de veículos que, de maneira cartesiana, organizam, a cada novo sinal vermelho, uma nova e itinerante plateia de motoristas e passageiros à frente de um breve *show* circense.

Acontece que a nova e itinerante plateia não é necessariamente um público inédito, o que justifica duas estratégias comuns aos malabaristas-

tas: inovar nas apresentações e migrar de semáforo em semáforo, na mesma cidade ou não. Sobre a primeira estratégia, vale lembrar que é possível ao artista inovar, inventar e reinventar seus espetáculos, porém há um limite à criação e recriação das artes, o que justifica não apenas o comportamento nômade dos malabaristas como igualmente a razão de quase todos os circos tradicionais serem itinerantes.

No dicionário de Ferreira (2004), a palavra *show* tem uma diversidade de sentidos: atração, diversão, peça, número, entretenimento, exibição, representação etc. Sua finalidade, enquanto sinônimo de espetáculo, é atrair a atenção das pessoas proporcionando algum tipo de sentimento: felicidade, calma, medo, prazer, comoção, ansiedade e outros (DUPRAT, 2007).

Durante a encenação, a plateia pode ou não apreciar o espetáculo. Sorrisos, palmas e gratificações aos artistas revelam a reciprocidade positiva, enquanto os ritos de evitamento, como mexer no celular, virar a cabeça para o lado ou apenas olhar com indiferença o que se passa, revelam a reciprocidade negativa, que, entre as reciprocidades, é a que o artista mais presencia nos palcos improvisados dos sinais (GOFFMAN, 1999).

Em seus estudos sobre espaço cênico circense, Andrade (2006) apresenta uma série de variações na relação entre palco e plateia, destacando que suas conjugações não dependem somente do talento dos artistas, mas da associação entre o que é encenado pelo ator, a arquitetura destinada à apresentação do espetáculo e a boa disposição dos espectadores para enxergar com clareza toda a peça teatral.

Poderíamos, então, nos perguntar: qual tipo de palco é encontrado nesses sinais vermelhos que, antes de terem seus espaços ressignificados em áreas teatrais, eram vistos como não-lugares aos espetáculos? Por que os espaços, após se antropomorfizarem, transformam as faixas de pedestres abaixo dos semáforos, antes sem memória, em locais de manifestações simbólicas: relacional, identitária e histórica?

É da junção entre palco e plateia que se tem a criação de um **espaço cenográfico**, composto por natureza e forma. A primeira se divide em permanente (de estrutura sólida, flexível ou livre) e eventual/inusitada (comum ou específica); e a segunda pode ser classificada como aberta, semiaberta, fechada ou conversível. Assim, nas faixas de pedestres ocupadas pelos malabaristas de rua no momento da luz vermelha,

enquanto lugares readaptados em seu uso, o que se percebe é um ambiente de natureza eventual, do tipo específica, com estrutura aberta.

Eventual, porque se refere às “[...] edificações construídas para outras finalidades [que não as do teatro] e podem, ou não, ter estruturas específicas para atender à encenação” (ANDRADE, 2006, p. 68); e do tipo específico, porque o “[...] encenador ajusta a montagem às propriedades características do espaço original, tal como ele se encontra, conservando seu perfil arquitetônico e incorporando-o às necessidades da encenação” (ANDRADE, 2006, p. 68).

Já o conceito de espaço aberto possui dois sentidos, ao qual eu acrescento um terceiro. O primeiro refere-se a “[...] qualquer área a céu aberto, ao ar livre [...]”, sujeito às intempéries naturais; o segundo refere-se ao público que “[...] tem livre acesso [...]” ao(s) espaço(s) destinado(s) à(s) plateia(s) (ANDRADE, 2006, p. 69); o terceiro, muito comum às ruas, avenidas e praças, refere-se à divisão de um único e mesmo ambiente entre transeuntes e artistas, mas cujas motivações às apropriações são diferentes, ou seja: aquele o utiliza para transitar e este para se apresentar, de onde ser as ações à gênese responsável por subverter o consumo racionalizado de produtos ou de estruturas.

Uma vez esclarecida a configuração de palco e plateia, podemos, a partir de agora, nos restringir apenas a compreensão do **tipo de palco** edificado por improviso pelos malabaristas de rua nas faixas de pedestres, no momento da luz vermelha dos semáforos, que entre as partes topológicas do espaço urbano são os principais itens da fachada social: o cenário onde as ações e representações ordinárias da fachada pessoal se desencadeiam.

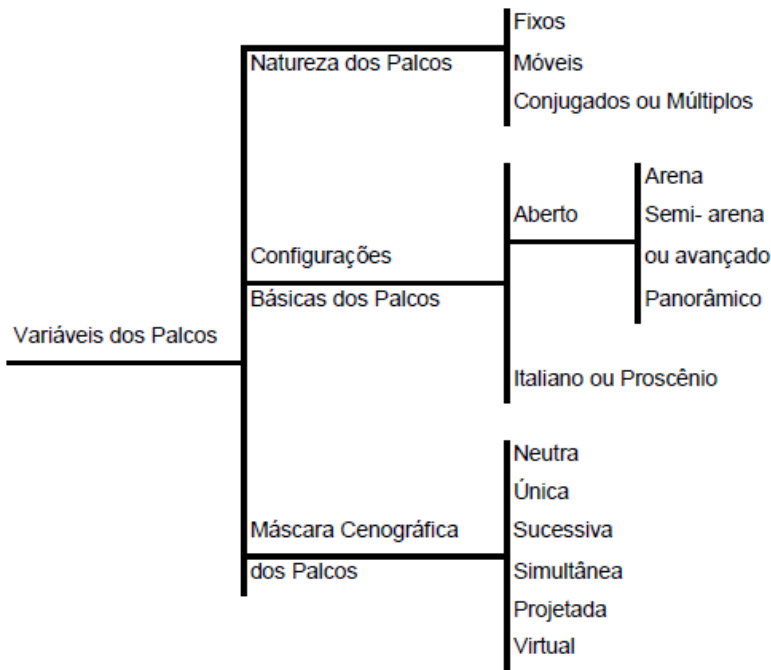
Tanto é assim que Goffman (1999, p. 31, grifo do autor) afirma:

Se tomarmos o termo ‘cenário’ como referente às partes cênicas de equipamento expressivo, podemos tomar o termo ‘fachada pessoal’ como relativo aos outros itens de equipamento expressivo, aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá. Entre as partes da fachada pessoal podemos incluir os distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e caracterís-

ticas raciais, altura e aparência; atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes.

De acordo com as suas variáveis, um palco pode ser classificado quanto à sua natureza (fixo, móvel e múltiplo), configuração (aberto e italiano) e máscara (neutra, única, sucessiva, simultânea, projetada e virtual), como mostra o organograma abaixo (Figura 8).

Figura 8 – Organograma: variáveis dos palcos.



Fonte: ANDRADE, 2006, p. 70, adaptação nossa.

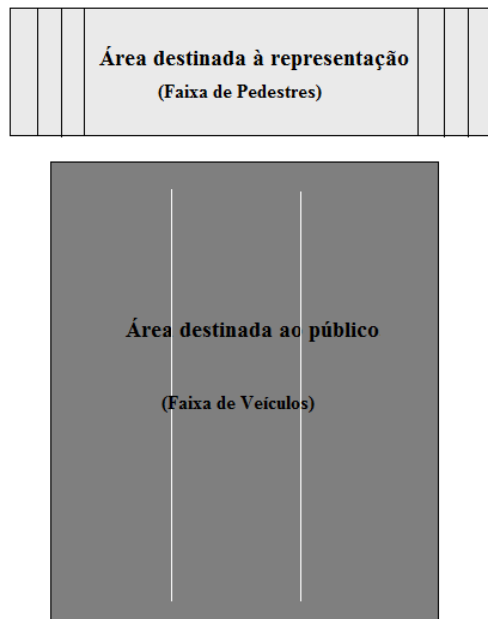
Sobre a máscara cenográfica do palco, Andrade (2006, p. 75, grifo do autor) esclarece que:

[...] o espaço cênico [é] uma área vazia a ser preenchida. Entende-se por *cenografia*, no seu conceito mais elementar, como algo que passa a preenchê-lo, com a intenção de fornecer mais elementos que contribuam para que o público faça uma leitura correta do espetáculo.

Se o espaço cênico é um rosto sem expressão, a *máscara*, ou *cenografia*, é o que lhe confere uma personalidade própria, em harmonia com todos os demais elementos que compõem a linguagem teatral.

No caso dos **palcos improvisados** para apresentação dos malabaristas de rua em Cuiabá, independentemente do cruzamento escolhido para a realização do espetáculo, as variáveis que os constituem são as mesmas: sua natureza é fixa, sua configuração é aberta e sua máscara é neutra. Fixa, porque estão localizados em espaços determinados; aberta, com características panorâmicas, por causa do posicionamento frontal do ator diante da plateia e vice-versa (Figuras 9 e 10); neutra, porque se caracteriza “[...] por abrir mão de elementos cenográficos, limitando-se à utilização do palco em seu estado natural. É o que se pode também chamar de palco vazio” (ANDRADE, 2006, p. 76).

Figura 9 – Layout de palco aberto: panorâmico.



Fonte: ANDRADE, 2006, p. 74, adaptação nossa.

Figura 10 – Cruzamento da Avenida Mato Grosso com a Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

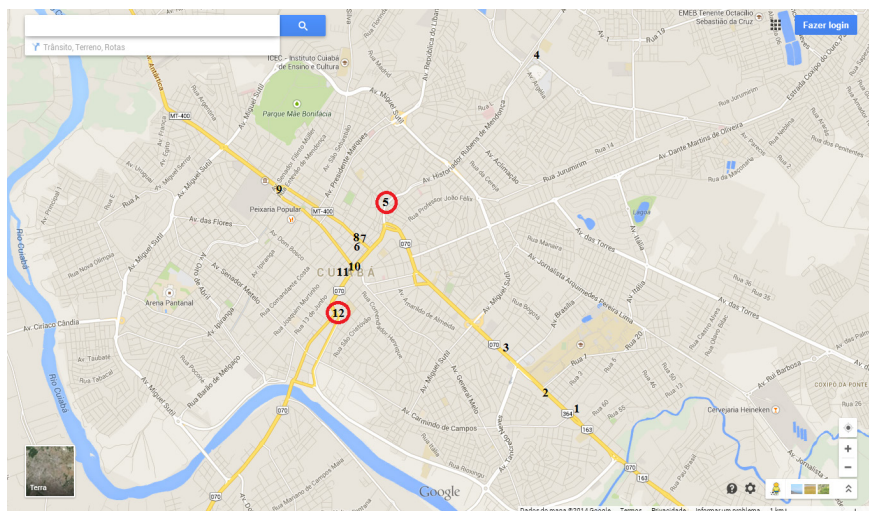


Fonte: Google Earth Pro, 2019.

Para descobrir quais cruzamentos com semáforos transformaram-se em palcos para a apresentação de espetáculos circenses no município de Cuiabá, percorri a pé, de moto e às vezes de carro, dependendo da região aonde pretendia ir, durante meses, em diferentes dias e horários, as ruas e avenidas com maior trânsito de veículos.

Também frequentei as principais praças nas áreas centrais da cidade onde os encontros de diferentes malabaristas (ocasiões muito raras), me permitiram interagir com eles ao mesmo tempo em que os observava; por conseguinte, vivenciei seus anseios: objetivos, dívidas, mágoas, preocupações com o aluguel, arrecadação em dinheiro (no dia, semana ou mês) em Cuiabá, outras cidades ou mesmo países; além de escutar de muitos o desejo de constituir família.

Figura 11 – Locais onde foram verificados os malabaristas.



1. Av. Fernando Correia com Av. Carmindo de Campos;
2. Av. Fernando Correia com Av. Edgar Vieira;
3. Av. Cidade do México com Av. Fernando Correia;
4. Av. Hist. Rubens de Mendonça com Av. Juliano da Costa;
5. Av. Mato Grosso com Av. Rubens de Mendonça;
6. Praça da República;
7. Praça Alencastro;
8. Av. Getúlio Vargas com Rua Joaquim Murtinho;
9. Av. Lava Pés com Av. Filinto Müller;
10. Av. Generoso Ponce com Av. Tenente Coronel Duarte;
11. Praça Ipiranga; e
12. Av. Tenente Coronel Duarte com Av. Dom Aquino.

Fonte: Google Maps, 2014, adaptação nossa.

Após identificar os principais pontos, ora ou outra ocupados pelos malabaristas de rua, fiquei a observá-los de longe com o intuito de conhecer as artes de malabar executadas nos sinaleiros, os instrumentos utilizados nos espetáculos e as aparências adotadas (vestuário, pintura, peruca, chapéu, nariz de palhaço etc.) por eles diante dos motoristas e pedestres.

De início, eu fiquei confuso, pois a forma como enxergava o malabarismo se resumia em lançar e receber objetos, conceito que, na prática, apesar de estar de acordo com as definições de Blas, se apresentou insuficiente em minha etnografia, pois o mesmo, já nas primeiras ob-

servações, não contemplou uma série de *performances*, obrigando-me a melhor conhecer as artes circenses, em especial a história e a origem do malabarismo, motivação que resultou na construção da seção 3.1.1.

Após levantamento bibliográfico e leituras sobre malabarismos, eu descobri que as artes circenses possuem múltiplas classificações, das quais o malabar é uma entre tantas outras. Talvez seja por isso que Duprat (2007, p. 55) afirme que:

[...] classificar as modalidades circenses é de extrema dificuldade devido à sua variedade. [...] existem classificações elaboradas do ponto de vista do tipo dos materiais, outras que utilizam como critério as ações corporais, ou ainda algumas que analisam as características do material e de sua utilização [...].

Partindo deste alerta, a fim de evitar obscuridades sobre a classificação das artes circenses encontradas nos semáforos de Cuiabá, decidi adotar como critério, para a organização das *performances* vivenciadas em campo, a classificação por ‘Modelo de Aprendizado’, que, ao lado das classificações do *Centre National des Arts du Cirque* da França e da ‘Dimensão do Material Utilizado’, é uma das três principais maneiras de classificar as artes circenses (SACCO; BRAZ, 2010), que na pós-modernidade deixaram de ser algo exclusivo aos palcos dos circos.

A minha opção pelo modelo didático-pedagógico justifica-se pelo fato de o mesmo destacar as especificidades e modalidades de cada arte circense, independentemente do local em que é executada. Este fenômeno não ocorre nas duas outras formas de classificação circense, que optam por descrever, respectivamente, as técnicas desenvolvidas nos circos e as dimensões dos instrumentos usados nas apresentações.

Apesar de ricas em seus ordenamentos, tais classificações pouco acrescentariam à minha pesquisa, já que elas levam em conta na sua elaboração somente a edificação racionalizada dos ambientes e de seus aparelhamentos (DUPRET, 2007), condições que não existem nas ruas, avenidas e praças das cidades onde ocorre o improviso, a subversão e/ou mesmo a bricolagem como alternativas dos malabaristas em adaptar os não-lugares em espaços de interação social.

É indubitável que os esclarecimentos sobre artes circenses de Duprat (2007) me permitiram ampliar os conceitos sobre malabarismos e, ao mesmo tempo, elaborar, no sentido weberiano, uma tipologia para as minhas investigações empíricas, as quais submeti ao ordinário e assim pude distinguir, entre as artes circenses praticadas em Cuiabá, quais são manipulações, equilibrismos e encenações, bem como perceber que boa parte dos números circenses dispõem palcos específicos para as suas exibições.

Dito de outro modo: excluindo-se as acrobacias que, para serem exibidas, exigem estruturas físicas apropriadas, as demais artes circenses e suas respectivas especificidades e modalidades podem ser praticadas em solo, ou seja, nas ruas das cidades, não com a mesma configuração dos saltimbancos, mas como uma produção qualificada que, em oposição à produção racionalizada (MAFFESOLI, 2008), rompe com os rígidos arquétipos modernos de urbanismo, dando aos espaços topológico e tópico uma reconfiguração diferente de seu projeto inicial.

Nesse passo, as observações em campo me permitiram concluir que um mesmo malabarista do sinal vermelho em Cuiabá pode dominar uma ou mais especificidades e modalidades circenses, podendo ou não, dependendo de cada representação e de cada fachada social e pessoal, bem como de sua destreza, associar, juntamente com a demonstração de manipulação de objetos, outros recursos circenses como monociclo, pirâmide, pantomima, danças, maquiagens etc.

Os detalhes sobre “quem são?”, “que artes, especificidades e modalidades circenses dominam?”, “onde, como e com quem aprenderam malabarismo?”, “quanto ganham em média?”, “quais estratégias são comuns aos malabaristas para auferirem dinheiro dos transeuntes?”, “quais artimanhas são individuais?”, entre outras questões, serão apresentadas no subcapítulo 3.3, *Na Corda Bamba da Vida*, como o resultado final de quatro meses intensos de trabalho de campo em que pude acompanhar, alternadamente, dez dos vinte e quatro malabaristas que “conheci”.

3.3 Na corda bamba da vida: estratégias de sobrevivência

Nas ruas, impera a lei do mais forte. No entanto, quando interpretamos essa afirmação a partir do universo dos malabaristas de rua, o conceito de ‘dominar’ não está voltado à simples ideia de força física, mas sim à capacidade de manipular, equilibrar e/ou encenar para um público de transeuntes que precisam ser convencidos de que os *shows* circenses na contemporaneidade, antes restritos às lonas, agora se apresenta nas ruas, avenidas, praças, parques, festas etc. (CIRCUS, 2011).

A princípio, o sinal vermelho – espaço urbano essencial de minha pesquisa, enquanto local reconstruído e recodificado pelos sujeitos – apresenta-se como lugar amorfo e inadequado ao espetáculo circense e cênico; após ser apropriado e modelizado pelo sujeito cognoscente revela, mediante representações pessoais na fachada disponível, as estratégias de sobrevivência dos artistas de rua no dia a dia, que ora lá estão e ora desaparecem dos semáforos.

Ao contrário dos itinerantes circos tradicionais, os personagens dos sinais não levam consigo o seu palco. Eles precisam desenvolver, para poder existir e sobreviver como artistas de rua, mecanismos não verbais de diferenciação e identificação de como devem ser vistos pelos transeuntes a cada novo espetáculo, a cada novo semáforo, a cada novo sinal vermelho, que, aos olhos dos malabaristas, ao contrário do significado de “Pare!” interpretado pelos condutores, é tomado como o início de um curtíssimo *show* que precisa ser intuitivamente dividido entre o apresentar-se e o recolhimento das dádivas oferecidas pelo serviço prestado: entretenimento.

O primeiro passo dos malabaristas de rua é desconstruir nos motoristas e pedestres que transitam pela área do espetáculo o estigma equivocado de que “*Malabaristas são vagabundos querendo ganhar dinheiro fácil*”¹⁹, pretensão que se concretiza no momento em que os transeuntes e motoristas retribuem, por meio de sorrisos, palmas, comida, bebida, dinheiro etc., as apresentações artísticas desses malabaristas.

No pensamento de Goffman (1999), a teoria do estigma opera como instrumento ideológico para inferiorizar o outro, colocá-lo à margem,

19 Caderno de campo, junho de 2014. Palavras do malabarista PK, que se apresenta com bolinhas e, juntamente com Uam, faz, sempre que possível, uma pirâmide humana.

excluí-lo. Superar esse estereótipo equivocado não é tarefa fácil, ainda mais quando se divide o palco com indivíduos aparentemente viciados em drogas e, conseqüentemente, desesperados por mais um “tiro”, “pico” ou “trago” (CIRINO; ALBERTO, 2009) que, na gíria dos dependentes químicos, significa desejo desenfreado, que muitas vezes motiva delitos, entre eles o latrocínio que, sem dúvida, é o mais grave na expropriação de bens matérias.

Os semáforos e suas faixas de pedestres são locais públicos de passagem apenas. Contudo, há ocupações dos mesmos com atividades informais e de mendicância que, em regra, não são proibidas por lei, tal como ocorre em Florianópolis-SC que, em 2009, proibiu não a mendicância ou os trabalhos informais de vendedores nos semáforos, mas apenas as apresentações dos artistas de rua nos locais públicos da cidade, como mostra o trecho abaixo transcrito da reportagem intitulada *Para não “perturbar a ordem”, Florianópolis proíbe que artistas de rua trabalhem em semáforos*, escrita por Blaza (2009, grifo do autor) e publicada no site UOL Notícias:

A Prefeitura de Florianópolis proibiu os artistas de rua de trabalharem nos semáforos, sob o argumento de que eles ‘perturbam a ordem pública’ e causam ‘transtorno’ aos motoristas da cidade. A proibição foi estabelecida por meio de uma portaria, assinada em 30 de junho pelo secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, José Carlos Ferreira Rauen, após orientação do prefeito Dário Berger (PMDB).

Por tempo indeterminado, aquele que for pego pelos fiscais da prefeitura nas ‘sinaleiras’ – como os semáforos são chamados na cidade – fazendo malabares ou outras manifestações artísticas, terá o material de trabalho recolhido pela prefeitura e, para recuperá-lo, terá que desembolsar um salário mínimo [...]. Na reincidência, o artista ‘ilegal’ será obrigado a assinar um termo circunstanciado e, se for pego pela terceira vez, será preso.

‘Sinaleira não é lugar de entretenimento, e sim de atenção’, afirma Rauen. ‘Sou contra uma ativida-

de que perturba a cidade. É um serviço amador que não cabe no novo tipo de sociedade que temos hoje’, acrescenta. [...]

Para o diretor de teatro Amir Haddad, idealizador e coordenador do grupo carioca Tá na Rua, a proibição é uma afronta à liberdade do indivíduo. ‘A medida me assusta e me deixa com medo. A rua é um dos únicos caminhos livres em que o ser humano pode se manifestar’, afirma.

Entusiasta da arte da rua e dos espaços não convencionais, Haddad defende que o poder público apoie esse tipo de manifestação cultural. ‘Eles (a prefeitura de Florianópolis) deveriam estimular essa atividade e pensar em formas de ajudar o artista a evoluir, a descobrir sua aptidão. O que se aprende na rua não poderia ter sido aprendido em outro lugar’, diz.

Na prática, a maioria dos semáforos nas cidades não é apropriado por ninguém, dado que os critérios à sua ocupação giram, essencialmente, em torno de quatro fatores: localidade, tráfego, tempo cronológico e perspectiva. Os três primeiros são tautológicos, diferentemente do quarto, que exige maiores esclarecimentos.

O emprego do termo ‘perspectiva’ está ligado ao interesse individual de quem ocupa o sinal, que pode ser dinheiro, *merchandising* e/ou entretenimento. Dinheiro no caso dos malabaristas, vendedores, limpadores de para-brisas e pedintes; *merchandising* no caso dos panfleteiros que prestam serviço de publicidade para empresas ou para si mesmo; e entretenimento no caso de alguns malabaristas.

Como o lucro é algo de importância comum, inevitavelmente caímos no conceito marxista de que o modo de produção determina as superestruturas político-jurídicas (Estado e Direito) e ideológica (Filosofia, Ciências, Artes etc.), cujas imagens refletidas – ou seja, os itens que compõem a supraestrutura ideológica – são apresentadas na pós-modernidade como confusas, borradas e difusas, já que o ordinário, nas sociedades de controle (LAZZARATO, 2006), está, a todo momento, subvertendo a produção racionalizada mediante os seus “re-usos” (CERTEAU, 1998).

Portanto, o pensamento, a consciência e as ações dos homens são, em última instância, decorrência da própria relação do homem com a natureza, que, através do trabalho, busca suprir as necessidades materiais da sua existência (MARX, 1983). Contudo, Certeau (1998, p. 39) nos adverte que, na atualidade, os mais fracos subvertem as normativas prescritas pelo modo de produção do capital, não as rejeitando, mas sim as modificando “[...] a sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não [...] [podem] fugir”.

Nas palavras de Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2003, p. 35),

[...] a concepção materialista da história, na produção da vida dos homens gera também outra espécie de produtos que não têm forma material: as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos, ilusões, modos de pensar e concepções de vida diversos e plasmados de um modo peculiar. A classe inteira os cria e os plasma derivando-os de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. Esta é a superestrutura ou supraestrutura.

Para Lazzarato (2006, p. 75, grifo do autor), ao contrário do que propôs Marx, as relações de poder não se restringem às fábricas, uma vez que “[...] no final do século XIX, já se encontravam em gestação *novas técnicas de poder*, que não tinham mais nenhuma semelhança com as *disciplinas* ou com o *biopoder*,” isto é, as sociedades disciplinares; passa-se então a falar de *noopolíticos* proporcionadas pelas tecnologias midiáticas próprias das sociedades de controle.

Logo, o agenciamento da diferença e da repetição não pode mais ser neutralizado, embora possa ser controlado, pois, de acordo com Tarde (1893 *apud* LAZZARATO, 2006, p. 75, grifo do autor), no

[...] final do século XIX, no momento em que as sociedades de controle começavam a elaborar suas próprias técnicas e seus próprios dispositivos, o grupo social não se constituía mais nem por aglo-

merações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos). Por público ele entende o público dos meios de comunicação, o público de um jornal: *O público é uma massa dispersa em que a influência das mentes, umas sobre as outras, se torna uma ação à distância.* [...]

Agora que as técnicas disciplinares estruturam-se fundamentalmente no espaço, as técnicas de controle e de constituição dos públicos colocam em primeiro plano o tempo e suas virtualidades. O público se constitui através de sua presença no tempo.

Favorável a esta reflexão, Lazzarato (2006, p. 75) conclui que:

Para o poder, o problema não é mais o de aprisionar o fora e disciplinar as subjetividades quaisquer (depois de tê-las apartadas do virtual e da criação). Como tanto o fora e a potência de proliferação da diferença rompem o regime de encerramento, essas forças podem apenas ser moduladas. Não se trata, portanto, de discipliná-las em um espaço fechado, mas de modulá-las em um espaço aberto. O controle se superpõe, dessa maneira, à disciplina.

O que justifica a existência de subjetividades e da formação de tribalismos na contemporaneidade (MAFFESOLI, 1998), entre eles os malabaristas de ruas, cuja prática no município de Cuiabá, como apresentado na Figura 11, destacam-se doze pontos de exibição temporariamente adotados por esses artistas circenses, sendo nove deles em semáforos e três em praças públicas.

Nas praças, ao contrário dos espaços dos sinaleiros, os artistas de rua não estão preocupados em “[...] fazer dinheiro [...]” (PAIS, 2001, p. 385). É um momento de lazer, distração e troca de experiências, salvo os malabaristas que se dedicam a outras atividades informais como venda de artesanatos (colares, anéis, brincos etc.), tatuagens (de hena ou definitivas) e pinturas (de paisagens ou retratos) feitas com lápis grafite.

Nos nove semáforos, existem variações da frequência dos malabaristas. Nos pontos identificados no mapa com as numerações 1, 2,

4 e 9, a assiduidade de malabaristas é rara, inclusive foi na localidade 2 que presenciei, uma única vez, uma malabarista realizando ora *swing*, ora *flag*, vindo a descobrir posteriormente que ela é argentina e companheira do chileno Cris, também malabarista.

No dia, não estava com a câmera fotográfica para registrar o referido acontecimento, que depois se revelou ímpar. Infelizmente, tal episódio – uma garota se apresentando em um espaço predominantemente masculino – ocorreu ainda no início de minha etnografia, fato que me fez pensar ser possível, em outra(s) ocasião(ões), fotografar sua exibição. Porém, o reencontro, não com a mesma artista, mas com qualquer outra do sexo feminino, não se repetiu.

Por muitas vezes eu escutei que, em nossas vidas, não podemos “bobear”. A partir daí, acendi o alerta para sempre ter em mãos, independentemente de estar indo ao trabalho ou qualquer outro lugar, aparelhos eletrônicos (máquina fotográfica, celular ou *tablet*) para capturar, por imagens, ações relacionadas à minha pesquisa, evitando assim ficar me remoendo por ter perdido um fenômeno raro em Cuiabá.

Nos pontos 3, 8 e 10, a presença dos malabaristas é eventual; já nos pontos 5 e 12, a presença não só de um, mas de vários malabaristas é frequente. Por conseguinte, esses locais, principalmente a localidade 5, tornaram-se os espaços mais ricos à observação das estratégias de sobrevivência dos malabaristas de rua no cotidiano.

Por sua vez, as praças, principalmente a Alencastro, permitiram-me, através de conversas e entrevistas não estruturadas, mas com perguntas previamente elaboradas, melhor conhecer a vida pessoal desses malabaristas sem circos em (ou de) Cuiabá: suas nacionalidades, residência, idade, renda, outras habilidades artísticas e experiências anteriores.

Certeau (1998, p. 31) esclarece que

[...] o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

Para desvelar, portanto, as estratégias no ordinário dos malabaristas de rua nos sinais vermelhos e praças do centro-norte de Cuiabá, consumi meses de constante contato e convivência com esses artistas de rua. Na prática, tarefa nada fácil, pois como afirma Certeau (1998 *apud* DURAN, 2007, p. 118): “O que interessa ao historiador [pesquisador] do cotidiano é o Invisível [...]”, possível de ser percebido apenas por convívio.

Contudo, estar junto não significa conhecer o outro, por isso a importância de transformar o familiar em exótico (DAMATTA, 1978), a fim de alcançar o objetivo proposto à etnografia: conhecer as artes de fazer de quem está a malabarizar fora dos circos e abaixo dos semáforos com luz vermelha, cuja ressignificação dos não-lugares operam como ponto de apoio às representações adaptadas à fachada social disponível (GOFFMAN, 1999).

Da perspectiva da edificação do conhecimento – relativo às táticas empregadas no cotidiano, fruto da relação entre observador e observado, bem como de seu oposto, visto que o observado também observa o estranho que se aproxima –, não há, em um primeiro momento, como saber se a representação dos malabaristas é cínica ou sincera, pois, como alerta Goffman (1999, p. 11):

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informações a seu respeito ou trazem à baila o que já possuem. Estarão interessados [...] no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece etc. [...] A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obterem uma resposta desejada.

Assim como no caso dos flanelas, três foram as etapas de investigação com os malabaristas: observação à distância, aproximação/contato e convívio, respectivamente. Na primeira etapa, o objetivo era fazer com que os artistas do malabar se acostumassem com a minha presença; na segunda etapa, eu utilizei como mediadora à aproximação

(primeiros contatos), a câmera fotográfica e um discurso um tanto retórico, mas verdadeiro em sua intenção. Eu me aproximava e dizia:

Juliano: Olá, como vai?! Meu nome é Juliano Batista, sou estudante de mestrado sobre Estudos de Cultura Contemporânea na UFMT e professor de Filosofia do IFMT. Eu gostaria muito de fotografar suas performances e colocá-las nas redes sociais para que as pessoas conheçam melhor o seu trabalho e, igualmente, percebam que o que vocês fazem, ao contrário do que muitos pensam, é algo honesto.

Aos que permitiam fotografá-los, eu mostrava as fotos e perguntava se haviam ou não gostado; assim, as imagens que consideravam ruins eu apagava e as boas eu guardava. Dessa curta indagação nasceram as relações de reciprocidade, tanto positivas quanto negativas e, juntamente com elas, a prática da terceira e mais importante fase da pesquisa: o convívio.

Passada a apreensão de como seriam os primeiros contatos com os protagonistas da pesquisa, pude então pensar sobre como construir uma relação de confiança cujas representações expressassem verdadeiramente suas artimanhas de sobrevivência nos semáforos da cidade, fossem elas dadas por voz ou expressas em ações.

Talvez seja por isso que, para Castro (2002, p. 113),

[...] o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos.

Tal característica obrigou-me a passar horas, dias, semanas, meses nos sinais vermelhos de Cuiabá. Experiência que me trouxe não apenas saberes sobre os diversos aspectos do cotidiano dos malabaristas, como também conflitos e amizades que, para Weber (1993), são exemplos de relações sociais que expressam ações com sentido compartilhado, em mesmas ou diferentes intensidades.

Sobre a origem do conflito, o mesmo ocorreu somente com dois artistas: Andy e Mano. O primeiro, sujeito de pouca conversa e vestuário adequado ao espetáculo, nasceu na Venezuela e sua habilidade é o *free style*. O segundo, sujeito de pouca habilidade e sempre vestido com roupas velhas e sujas, aparentemente um morador de rua, apresentava-se com limões. Por mais que eu tenha tentado me aproximar de ambos, não consegui.

Com o passar das semanas, pude perceber que Andy não se socializa nem mesmo com os demais malabaristas presentes nos outros semáforos do cruzamento da região 5 (Figura 11), único local em que presenciei suas apresentações. Já o Mano, restringindo-se ao ponto 3, onde em nenhum momento encontrei outros artistas, sequer permitiu que eu o fotografasse. Num e noutro caso restou-me apenas observar suas apresentações artísticas.

Todavia, as relações de amizades prevaleceram. Não com malabaristas que chegavam à cidade e ficavam apenas alguns dias ou tempo suficiente para arrecadarem dinheiro e continuar suas viagens. Os laços de confiança ocorreram com os artistas de rua que residem em Cuiabá, ou que aqui resolveram se fixar, por alguns meses ou anos, como é o caso do Carlos e Greg, respectivamente.

A partir do momento em que alguns deles – Guilin, Uam, PK e outros – começaram a me convidar para bares, tentar me ensinar alguma modalidade circense, apresentar esposa e filho, pedir para vigiar o local onde colocavam o dinheiro arrecadado, trocar telefones, pedir para filmar e fotografar suas *performances*, trocar opinião sobre maquiagens etc., compreendi que a confiança necessária à minha etnografia havia se consolidado, podendo, assim, dar crédito às informações emitidas por voz.

Em etnografia, entrevistas estruturadas ou não são importantes para se descobrir aquilo que as ações dos indivíduos não revelam. Não obstante, Goffman (1999) recomenda priorizar nas pesquisas o que ele denomina de *expressões emitidas* que, por serem de tipo mais teatral, contextual e de natureza não verbal, dificilmente conseguem esconder todos os traços de cinismo, casos existam. Em suas palavras:

Sabendo que o indivíduo irá, certamente, apresentar-se sob uma luz favorável, os outros podem dividir o que assistem em duas partes: uma, que o indivíduo

facilmente manipulará quando quiser, constituída principalmente por suas afirmações verbais, e outra, em relação à qual parece ter pouco interesse ou domínio, oriunda principalmente das expressões que emite. [...] Demonstra-se nisso uma assimetria fundamental no processo de comunicação, pois o indivíduo presumivelmente só tem consciência de um fluxo de sua comunicação, e os observadores têm consciência deste fluxo e de um outro (GOFFMAN, 1999, p. 16).

Partindo dessa ideia, preferi considerar na etnografia as ações dos sujeitos, sem ignorar as falas dos malabaristas com quem estabeleci vínculos afetivos. Essa postura se justifica, porque a maioria dos artistas de rua é nômade. Durante as minhas buscas, muitas sem sucesso, lembravam-me o Mestre dos Magos, personagem de desenho animado produzido pela *Marvel Productions*, que ora surgia e, pouco tempo depois, simplesmente desaparecia sem deixar rastros, despertando a dúvida nos demais protagonistas da história: cadê ele? No meu caso, cadê os malabaristas?

Depois de identificado os cruzamentos onde poderia haver malabaristas, encontrá-los havia ficado mais fácil, porém não menos trabalhoso, já que eu era obrigado a percorrer, sempre que saía de casa para realizar os meus estudos de campo, os doze pontos apresentados no mapa acima, cuja ordem do percurso, quase sempre feito de motocicleta, seguia a mesma ordem numérica do mapa acima apresentado.

Mas alguém poderia perguntar: em qual ponto eu parava para vivenciar os malabaristas de rua a malabarizar nos semáforos? Em qualquer local onde houvesse ao menos um artista de rua, critério que, ao final da investigação, revelou que os pontos que mais e menos frequentei foram, respectivamente, o 5 e o 4.

Durante a etnografia, depois de conhecer a origem e a história do malabarismo, identificar os pontos do município de Cuiabá onde se encontra(m) malabarista(s) de rua, me aproximar e conhecer alguns malabaristas e criar laços de confiança com alguns deles, vieram-me as seguintes dúvidas: como apresentar ao leitor o número de especificidades e/ou modalidades que um mesmo artista de rua domina? Qual é o seu desempenho/*performance* durante os espetáculos?

Para achar uma solução à primeira indagação, recorri à categorização didático-pedagógica das artes circenses descritas no Quadro 2, optando por definir os malabaristas quanto ao domínio de diferentes especificidades e/ou modalidades em **mono**, **poli** e **completo** (Quadro 3). O primeiro refere-se ao(s) artista(s) que domina(m) apenas modalidade(s) de uma única especificidade circense; o segundo representa aquele(s) que executa(m) ao menos duas modalidades de diferentes especificidades circenses; e o último remete aos artistas cuja destreza lhes permite transitar por qualquer uma das especificidades do malabarismo.

Para encontrar uma solução à segunda indagação, eu decidi me tomar como o espectador ideal ao julgamento das *performances* apresentadas; não que eu seja especialista no assunto, mas, depois de alguns meses observando diferentes *shows*, acabei por criar, mesmo que subjetivamente, um critério de análise sobre o domínio das ferramentas empregadas nos espetáculos em **baixo**, **médio** e **alto**, além de apontar, mais por evidência do que por intenção, quais deles são usuários de drogas e “onde?”, “com quem?” e/ou “com quê?” aprenderam a dominar as artes de malabar (Quadro 3).

Quadro 3 - Malabaristas: categorização, habilidade e outros.

Artistas	Categorização	Habilidade	Usuário ²⁰	Aprendizado
Cris	Mono	Alta	Não	Ruas/Amigos/Net
Hugo	Mono	Baixa	Não <small>Álcool</small>	Ruas/Amigos/Net
Mano	Mono	Baixa	Sim <small>Álcool, Cigarro e Crack</small>	----
Carlos	Poli	Média	Não <small>Álcool</small>	Ruas/Amigos/Net
Mauro	Poli	Alta	Não <small>Álcool</small>	Ruas/Amigos/Net
Guilin	Poli	Alta	Não <small>Álcool</small>	Ruas/Amigos/Net
Uam	Poli	Média	Não <small>Álcool, Cigarro e Maconha</small>	Ruas/Amigos/Net
PK	Poli	Baixa	Não <small>Álcool, Cigarro e Maconha</small>	Ruas/Amigos
Andy	Poli	Alta	Não	----
Greg	Completo	Alta	Não	Circo/Amigos/Net

Fonte: Elaboração própria, 2014.

20 Na concepção dos artistas de rua bebida alcóolica, cigarro e maconha não são drogas; não ao menos drogas tão devastadoras como as demais.

De abril a julho de 2014, principalmente nas segundas, terças, quintas-feiras e sábados, em diferentes turnos, mas principalmente após as 16 horas, identifiquei e observei dezenas de malabaristas, muitos deles estrangeiros vindos do Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela, principalmente.

No total, foram 24 artistas de rua, sendo 11 residentes em Cuiabá e 13 que estavam de passagem pelo município, dos quais 12,5% (o equivalente a 3 malabaristas) eram do sexo feminino e 87,5% (ou 21 malabaristas) do masculino. Desses 24 malabaristas, presenciei nos semáforos com luz vermelha a apresentação de 19 deles, dos quais 10, por repetidas vezes, assisti os seus espetáculos, talvez porque todos eles, mesmo que por tempo definido (ou não), estavam a morar em Cuiabá, fato que permitiu a elaboração do quadro abaixo.

Quadro 4 – Artistas dos sinais vermelhos residentes em Cuiabá.

Artistas	Nacionalidade	Residência	Pontos	Profissão	Renda ²¹
Cris	Chilena	Alugada	5, 7 e 10	Malabarista	De R\$ 30 a R\$ 100.
Hugo	Brasileira	Dos pais	5 e 10	Estudante	
Mano	Brasileira	----	3	----	
Carlos	Chilena	Alugada	12	Malabarista	
Mauro	Brasileira	Dos pais	5, 6, 7, 8, 10 e 11	Estudante	
Guilin	Brasileira	Própria	5	Marceneiro	
Uam	Brasileira	Dos avós	5, 6, 7, 8, 10 e 11	Malabarista	
PK	Brasileira	Nas ruas	5, 6, 7, 8, 10 e 11	Malabarista	
Andy	Venezuelana	----	5	----	
Greg	Colombiana	Alugada	5, 7, 8, 10,11 e 12	Malabarista	

Fonte: Elaboração própria, 2014.

No geral, esses foram os dez principais artistas a revelarem, por voz e/ou ações, suas estratégias de sobrevivência no cotidiano que, independentemente de tomarem o malabarismo como profissão, diversão ou “bico”, não enxergam o que fazem – trocar entretenimento artístico por dinheiro – um ato de mendicância. Nas palavras do

21 Apresentando-se, em média, de 4 a 8 horas por dia.

próprio malabarista Carlos: “*Isso aqui é o meu ganha pão, irmão!*”²² (tradução nossa).

Esta interpretação vai ao encontro das ideias de Mauss (1974 *apud* COELHO, 2006), que entende ser a dádiva uma tríplice obrigação entre dar, receber e retribuir, cuja troca de presentes não se restringe a objetos materiais, podendo ser expressa de outros modos, como prazer, entretenimento e dinheiro, recursos que, para Goffman (1999), auxiliam os indivíduos a criarem uma determinada *representação de si* diante de pessoas, conhecidas ou não.

Nas palavras do próprio Goffman (1999, p. 40, grifo do autor),

[...] a execução de uma prática apresenta, através de sua fachada, algumas exigências um tanto abstratas em relação à audiência, que provavelmente lhe são apresentadas durante a execução de outras práticas. Isto constitui um dos modos pelos quais uma representação é ‘socializada’, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada. Desejo considerar aqui outro importante aspecto deste processo de socialização, a saber, a tendência que os atores têm de oferecer a seus observadores uma impressão que é idealizada de várias maneiras diferentes.

Cada artista de rua possui sua própria maneira de manipular as impressões; astúcia que visa como fim último fazer mais dinheiro, uma vez que as ruas trazem aos malabaristas dos sinais vermelhos uma série de ameaças à sua integridade física: assaltos, furtos, atropelamentos, violências, intempéries, demasiado esforço físico e/ou sobrecarga de trabalho²³, donde a necessidade de criar artifícios que compensem financeiramente os riscos.

Entre as artimanhas para auferir maiores ganhos econômicos, está a escolha do local onde ocorrerá o *show* circense, que deve permitir

22 Caderno de campo, abril de 2014. Palavras do malabarista Carlos, que se apresenta com facão. Tradução nossa.

23 Alguns chegam a trabalhar, dependendo da necessidade, até 12 horas por dia. Todavia isso não é regra.

aos malabaristas três momentos distintos: descanso (sinal verde), apresentação e recolhimento do dinheiro (sinal vermelho). Por exemplo, no ponto 5, cruzamento da Avenida Mato Grosso com a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, há três semáforos, cada um com o seu tempo taylorista para a produção.

Em um deles, mais precisamente o que está do lado esquerdo da propaganda da TV Centro América (Figura 10), o sinal fica aberto à passagem de veículos por 35 segundos e é interrompido por 1 minuto e 25 segundos, tempo que deve ser dividido entre o ato de se apresentar e recolher o que é oferecido pelos motoristas, passageiros e, às vezes, pedestres, o que nem sempre dá certo.

Ao questionar alguns malabaristas sobre como eles dividiam o tempo das apresentações e o recolhimento dos ganhos, estas foram algumas das respostas:

Greg: Na maioria das vezes, a divisão do tempo é intuitiva [tradução nossa].

Guilin: Sei lá!

Cris: Aqui que tem três sinais é mais fácil. Eu fico olhando aquele [apontando para outro semáforo]. Quando ele abre, eu paro e vou pegar o dinheiro [tradução nossa].

PK: Experiência!

Carlos: Depende, irmão, depende de cada lugar. Só sei que tá difícil! (Caderno de campo, 2014, tradução nossa).

Na prática, o que observei, por várias vezes, foi o descompasso nesta divisão temporal, já que, por diversas vezes, os artistas extrapolavam o período das apresentações, não tendo tempo disponível para angariar as recompensas; pelo menos, não com os veículos parados, aumentando vertiginosamente os riscos de serem atropelados, não apenas por carros como também por motos e bicicletas que trafegam pelos corredores das ruas e avenidas.

Inclusive é na falta de tempo hábil para os malabaristas recolherem o dinheiro que alguns motoristas o arremessam em direção ao artista ou simplesmente o jogam nas calçadas. Quando vi pela primeira vez

esta atitude, fiquei possesso, pois achei um tanto humilhante, mas depois comecei a perceber que os malabaristas não se importavam e até agradeciam, pois antes pegar no chão o dinheiro do trabalho do que não ganhar nada.

Na maior parte do tempo, a divisão entre o *show* e o apanhar financeiro, mesmo acontecendo de maneira assimétrica, apresenta-se eficiente, destacando a capacidade criadora desses sujeitos na organização de seus trabalhos, cujas roupas, gestos, assovios, mímicas, gritos e danças são usados para despertar na plateia uma reciprocidade positiva.

Antes de iniciar o espetáculo, cada malabarista utiliza seus próprios artifícios para chamar a atenção dos transeuntes. Muitas dessas táticas são comuns entre eles, tais como: não se posicionar diante de caminhões, ônibus ou qualquer outro veículo que impeçam a maioria dos condutores de apreciarem o *show*; esperar a primeira fileira de veículos parar, pois há carros e motos que ignoram o sinal vermelho; adotar uma postura mais polida, como não xingar ou ameaçar quem ignora a atração; e, quando noite, levantar a camiseta e rotacionar o corpo para que os condutores vejam que eles não estão armados ou com más intenções.

Há também a constante preocupação em inovar o espetáculo através de diferentes exhibições, uma vez que, quanto maior a variedade de manobras e quanto mais difíceis de serem executadas, maior é a probabilidade de sensibilizar os espectadores. Alguns buscam acrescentar a uma mesma atração diferentes especificidades: lançamentos, equilíbrios, expressões corporais e palhaçadas, condição que exige do artista maior treinamento, disposição e experiência.

Cris: Comecei com três bolas. Agora, já lanço sete e estou treinando para lançar nove [tradução nossa].

Greg: A cada dia, busco usar instrumentos diferentes. Hoje, estou com as claves. Às vezes, trago o monociclo também [tradução nossa].

Guilin: O fogo prende a atenção da galera!

Uam: Com a pirâmide, até quem tá lá atrás vê a gente (Caderno de campo, 2014, tradução nossa).

Errar durante as apresentações é comum, embora não desejado, porque as falhas nas *performances* podem provocar, naqueles que estão a apreciar o espetáculo, expressões de desdém, interpretadas por Goffman (1959 *apud* PAIS, 2001, p. 378) como “[...] ritos de evitamento [...]”, evidenciados por gestos como balançar negativamente a cabeça, zombar com sorrisos cínicos, virar-se para o lado procurando alguém (ou não!) para dizer algo que penso ser nocivo às motivações ou voltar-se para o celular, que, nos dizeres do PK, é o maior concorrente na disputa pela atenção dos condutores: “*Esse WhatsApp é foda!*” (Caderno de campo, junho de 2014).

Cada malabarista lida com os seus erros de modo próprio; as reações, inclusive de um mesmo artista, são diferentes a cada momento. Dependendo do dia, alguns sorriem fazendo mímicas de lamento, outros torcem a boca demonstrando irritação, ou simplesmente são indiferentes às falhas, dando continuidade à exibição.

Ora ou outra, as apresentações são tão ruins que os malabaristas a encerram, desistindo, naquele instante, de transitar entre os carros para pegar algum dinheiro – situação que não os impede de recomeçar imediatamente, no próximo sinal vermelho, uma nova sessão que, ao contrário da anterior, faça valer financeiramente o trabalho.

Individualmente, antes das manipulações dos instrumentos, presenciavam-se as estratégias particulares que, embora tenham um objetivo comum, produzir reciprocidade positiva, são ímpares. Por exemplo, Cris, antes de se apresentar, abre os braços e espera alguns condutores olharem, depois se curva e começa o seu *show* manipulando de três a sete bolinhas.

Hugo, por sua vez, acena o braço esquerdo para atrair os olhares e, em seguida, se apresenta com diabolô sem demonstrar muita habilidade no que faz. Carlos primeiro assovia, depois segura em cada uma das mãos um facão, equilibrando outro entre o nariz e a testa por alguns segundos e, sem demora, inclina a cabeça para a frente para derrubar o facão que está em equilíbrio, porém, durante a sua queda, com muita destreza, ele o agarra iniciando o espetáculo.

Igualmente interessantes são as estratégias individuais empregadas por Greg, Guilin, Andy, Mauro, Uam e PK. O primeiro, dentre todos que observei, é o mais habilidoso: veste-se apropriadamente ao espetáculo e tem a preocupação de, a cada dia, utilizar instrumentos diferentes

nas apresentações, principalmente quando o semáforo em que vai trabalhar é o mesmo do dia anterior.

Figura 12 – Propaganda do Circo Mundo Mágico em Cuiabá.



Fonte: Panfleto de divulgação, 2014.

Antes de demonstrar seus talentos, Greg chega bem próximo aos carros, não dando aos motoristas da primeira fileira outra opção a não ser olhar; em seguida, com um sorriso convidativo, acompanhado de manipulações de diferentes objetos, equilíbrio em monociclo e pantomimas, ele confirma o que havia me dito: “*Sou profissional. Trabalhei em dois circos. Agora, vou tentar entrar neste circo [Circo Mundo Mágico] que está na cidade*” (Caderno de campo, maio de 2014) [tradução nossa] (Figura 12).

Guilin, que faz do malabarismo um “bico”, mostrou ser mais habilidoso do que outros artistas de rua que têm nas artes circenses sua única fonte de sobrevivência. Por ser empregado, durante o horário comercial trabalha como marceneiro, chegando à localidade 5 ao anoitecer. Astuto, por se apresentar à noite, faz da pirofagia, da pantomima e da maquiagem as suas principais táticas para atrair e sensibilizar economicamente os transeuntes. Para cada um dos referidos artifícios, ele explica:

À noite é difícil de ver, por isso uso o fogo.

Quando eu enceno, dá pra maioria ver. Gritar não adianta!

Pinto a cara porque dá mais dinheiro, mas essa tinta que comprei é uma porcaria. Não dá para tampar bem o rosto (Caderno de campo, 2014).

Andy, ao contrário de Mano, não demonstrou incômodo com a minha presença. Nas vezes em que o vi se apresentar, a roupa que usava era a mesma: uma blusa de moletom e um bermudão na altura do joelho, ambos de cor preta. O que mudava em seu visual era a meia, cada dia de uma cor diferente: preta, vermelha, amarela, verde ou azul.

Seu rosto, de cor pálida por excesso de protetor solar, mostrava a visível preocupação de se proteger contra os males causados pelos raios solares. De hora em hora, ele reaplicava, em seu rosto e mãos, o creme protetor deixado dentro de uma mochila pendurada em um pequeno gancho no alto do poste do próprio semáforo, o que me fez perceber que seu vestuário não é somente uma imitação dos uniformes dos jogos de futebol criados para o espetáculo; é uma forma de se proteger do sol e também do frio.

Ao fechar o sinal, a luz vermelha enuncia: é hora do *show*! Andy logo ocupa o palco improvisado e, com as duas mãos, estende, por alguns segundos, a bola de futebol à frente do corpo. Na sequência, joga-a de uma mão à outra antes de começar sua atração, quase sempre impecável.

Mauro, que utiliza em suas exibições uma blusa com capuz ou uma peruca colorida e nariz de palhaço, adora conversar, contar piada, brincar com os colegas de profissão e ficar mexendo com as garotas que transitam pelo local. Quase sempre mais conversa do que trabalha, talvez porque não dependa da renda adquirida para sobreviver. Ele fica dizendo:

Quanto você ganhou hoje? Putz, bem mais do que eu! E sua apresentação nem é boa... [risos].

Faz dias que não tomo uma cerveja. Vamos lá pra praça beber! Deixa isso daí cara, amanhã a gente volta e ganha mais; as meninas vão tá lá, bora?

Cara, o meu joelho tá fodido. Olha! Olha! [pegando na rótula do joelho] Tô fazendo fisioterapia.

Que que é isso, princesa?! Olha o que sei fazer... (Caldern de campo, 2014).

Na maior parte do tempo, os demais malabaristas levam tudo na brincadeira. O único que vi se alterar foi Uam, que disse: “*Se liga! Eu*

tenho esposa e filho para sustentar!” (Caderno de campo, julho de 2014). Não obstante, Mauro não se incomodou e continua a galhofear os outros malabaristas e pedestres femininos.

Antes de suas apresentações, que ele mesmo julga “fuleiras”, Mauro coloca o capuz ou a peruca com o tradicional nariz de palhaço (ou não coloca nada), faz uma breve dança e só depois começa a exibição, que, ao contrário do que afirma, demonstra exigir grande habilidade e perícia.

As manobras que realiza com *devil stick* despertam a atenção pela velocidade com que são executadas. São múltiplas manobras em pouquíssimo tempo: *catraca*²⁴, *helicóptero*²⁵ e *avião*²⁶ que, associados a outras habilidades, tais como rotacionar o corpo ou passar o bastão debaixo da(s) perna(s), fazem de sua atuação algo a ser apreciado e recompensado por quem assiste.

Uam e PK costumam se apresentar juntos, mas não é regra. A opção pelo espetáculo em dupla é proporcionar modalidades que individualmente não seriam possíveis, como por exemplo, se equilibrar um sobre o outro em diferentes posições até finalizar a exibição com a formação de uma pirâmide humana acompanhada de uma breve manipulação de lançamento de bolinhas.

O objetivo da dupla é despertar/sensibilizar o público que nada pretendia doar para oferecer alguma quantia em dinheiro e/ou provocar nos transeuntes que costumam retribuir aos *shows* a sensação de que o apreciado merece uma quantia maior por causa das dificuldades superadas durante o espetáculo e pelos riscos aos quais se submetem: quedas, torções, câimbras e escoriações nos ombros, joelhos, cotovelos e mãos.

Dupret (2007, p. 66) afirma que os equilíbrios em solo são movimentos

[...] extremamente elegantes e demonstram força, agilidade, flexibilidade, coordenação, equilíbrio e controle do corpo. Desenvolvem coragem, força, coordenação, flexibilidade, habilidades de saltos, destreza e agilidade. São apresentações de valorização pessoal. Existem inúmeras manifestações

24 *Catraca* é o movimento de girar o bastão na vertical com duas varetas.

25 *Helicóptero* é a manobra de girar o bastão na horizontal com as duas varetas.

26 *Avião* é o ato de girar o bastão na vertical e na horizontal com uma vareta.

acrobáticas, desde as individuais, passando pelas duplas, trios, até grandes grupos.

Ao assistir suas apresentações individuais, pude perceber que Uam demonstra média habilidade no que faz, enquanto PK parece ser um aluno em início de curso, orgulhoso por exteriorizar o pouco que sabe. Suas *performances* inevitavelmente revelam o motivo de preferirem as exibições conjuntas ao invés das singulares, fato que nos remete ao ditado popular: “A união faz a força!”.

Por fim há o Mano, que naturalmente, como se estivesse a passar pela faixa de pedestres, se coloca à frente dos motoristas, quase que se “arrastando” devido ao uso de *crack* (identificado pelas queimaduras nas pontas dos dedos) e cachaça (pelo forte cheiro de álcool). Somente quando ele começa a manipular os seus limões, como se fossem bolinhas de malabar, é que os condutores descobrem – para quem não o conhece – que ele é um malabarista e não um indigente.

Diga-se de passagem, entre todos os malabaristas que por algum tempo observei, Mano é o único usuário de drogas ilícitas pesadas. Esta situação o coloca, ao contrário dos outros malabaristas, em absoluta insalubridade, pois, às vezes, se apresenta descalço em pleno sol escaldante, sem camiseta, protetor solar, óculos escuros ou qualquer outro meio de proteção contra patologias causadas por intempéries; além de ser visível a sua completa falta de higiene.

As descrições das táticas de sobrevivência de alguns malabaristas com quem convivi mostram que cada um deles, a seu jeito, desenvolveu mecanismos de superação de dificuldades que, segundo Maffesoli (2008), ultrapassam os arquétipos normativos pré-definidos pela razão instrumental que, ao projetar os semáforos, visou unicamente à organização do trânsito por meio das prescrições: pare, atenção e siga.

Essas *estratégias de sobrevivência* no cotidiano, coletivas ou individuais, revelam não somente o retorno das artes circenses às ruas, avenidas e praças das áreas urbanas do município de Cuiabá, cujo objetivo principal é “[...] fazer dinheiro [...]” (PAIS, 2001, p. 385) mediante entretenimento. Tais manifestações “neotribalistas” (MAFFESOLI, 1998) operam, segundo Pais (2002, p. 13), como uma alavanca metodológica do conhecimento sobre o ordinário, que é o local de junção entre o viver e o pensar, em oposição ao racionalismo moderno (SANTOS, 2012).

Nessa perspectiva, cada espetáculo, cada apresentação, cada *show* circense adaptado às ruas traz consigo a transmissão simbólica de elementos culturais que, outrora restritos às lonas, agora desconstroem aos poucos – por meio da antropomorfização e ressignificação dos não-lugares – o estigma de marginal, como confirmado por vários transeuntes que interoguei *in loco* com a pergunta: “A arte de malabarizar nos semáforos com luz vermelha é trabalho ou vadiagem?”. Todos os transeuntes, sem exceção (pedestres, condutores e passageiros), responderam: “É trabalho!”²⁷ – percepção bem diferente em relação aos flanelas.

Considerações finais

Para Bauman (1998, p. 106, grifo do autor), “[...] é difícil ver os conteúdos da experiência através das paredes da teoria. Muitas vezes, tem de furar as paredes – ‘desconstruí-las’, ‘descompô-las’ – para ver o que elas escondem”. É por isso que, na elaboração desse livro, eu não me restringi apenas aos textos teóricos. Eu fui às ruas, avenidas e praças da cidade de Cuiabá, para trazer experiências e histórias subjetivas de dois grupos neotribais: flanelas e malabaristas.

A escolha por pesquisar flanelas e malabaristas assentou-se no fato de ambos se enquadrarem na informalidade, característica que se estende a outros grupos: prostitutas, travestis e michês que, assim como aqueles, comercializam serviços e não objetos, como no caso dos vendedores ambulantes.

Porém, existe entre prostitutas, travestis e michês, de um lado, e flanelas e malabaristas, de outro, uma e fundamental diferença: os primeiros oferecem um produto que os clientes estão dispostos a pagar, já que eles se deslocam até os indivíduos que se prostituem; os segundos oferecem serviços desnecessários aos olhos dos clientes, obrigando-os a desenvolver artimanhas que convençam os motoristas a aceitarem o serviço proposto.

Conhecer essas estratégias de persuasão empregadas por flanelas e malabaristas frente aos potenciais clientes, bem como os riscos aos

27 Penso que, por serem dádivas, os valores financeiros oferecidos pelos transeuntes aos malabaristas desconstroem o estigma de marginal somente porque o espetáculo se sobrepõe ao ator, cujas apresentações são recompensadas e não o personagem da peça encenada.

quais estão submetidos pelo fato de trabalharem nas ruas, tornou-se o objetivo central deste trabalho. A descrição de suas táticas para convencer indivíduos e subverter os espaços públicos foi exposta nos capítulos dois e três.

Antes de apresentar tais resultados, busquei inserir no primeiro capítulo do livro textos que apresentam questões relacionadas a conceitos atualmente muito debatidos nos centros acadêmicos: pós-modernidade, sociedades de controle e informalidade no trabalho. O intuito foi oferecer ao leitor concepções indispensáveis para a compreensão de meus estudos, que, apesar de serem uma investigação empírica, consideraram, em seu contexto, as referidas reflexões.

No segundo capítulo, após as observações participativas, apresentei as artimanhas empregadas no dia a dia pelos chamados arrumadores de veículos automotores. Associando-as às outras questões – como a legalidade do ofício, a aquisição e preservação dos pontos definidos como minas, bem como as tipologias dos flanelas e motoristas, entre outros assuntos abordados – pude demonstrar, mesmo que apenas por singularidades, as tensões existentes entre protagonistas e coadjuvantes da fachada social escolhida para a pesquisa: as ruas e a avenida do Shopping 3 Américas em Cuiabá.

O contato diário com os guardadores de automotores me fez perceber que eles são membros ativos e produtivos de uma estrutura social específica: a informalidade. Mesmo sendo honestos, pois existem aqueles que de fato o são, todos eles, no dia a dia são, sem distinção, tipificados pelo senso comum como humanos marginais e excluídos, no sentido moral, legal e capital – estigma que só faz aumentar o desejo de afastamento daqueles que cruzam com eles.

Superar o estigma pejorativo atribuído aos cuidadores de veículos é, sem dúvida, uma das formas de superar os ritos de evitamento que, enquanto reciprocidade negativa, só fazem alimentar a ideia de exclusão social, uma vez que, entre os transeuntes, o que predomina é a ideia de serem os flanelas pessoas drogadas e perigosas, dispostas, sempre que possível, a realizar roubos e furtos para alimentar seus vícios.

O estigma social que coloca os flanelas como marginais é tão forte e tão intenso que muitos deles passam a ter uma visão negativa de si próprios. Infelizmente, isso é continuamente realimentado pela sociedade e pelos próprios arrumadores, que se colocam como vicia-

dos, excluídos, indignos e nocivos, retirando de si mesmos qualquer esperança de mudança, melhora ou recuperação.

Quebrar esse ciclo para alcançar a moralidade no ato de “flanelar” é primordial. Porém, essa mudança implica na alteração de um complexo campo simbólico, o que exigiria políticas públicas de inclusão social e muito tempo não só para a recuperação dos flanelinhas viciados, como também para a profissionalização do ofício e a formalização da ocupação junto às autoridades competentes.

Longe de serem receitas infalíveis, as medidas supracitadas surgem como primeiros passos para a transformação dos ritos de evitamento em reciprocidade positiva, cuja tentativa, por experiências de acertos e erros, ditaria outros e novos modos de acabar com o estereótipo que enquadra os flanelas como indivíduos socialmente nocivos não apenas aos condutores, mas igualmente a qualquer cidadão e a si próprios.

No terceiro e último capítulo, apresentei, após intensa etnografia, os riscos de sobrevivência e as táticas desenvolvidas pelos malabaristas de rua durante seus espetáculos em diferentes localidades públicas de Cuiabá, mais precisamente abaixo dos semáforos com grande fluxo de veículos e em praças públicas no centro da cidade.

Conviver com esses artistas sem circo me fez perceber que a prática de malabarizar nas ruas não nasce como compensação ou desvio para superar a falta de empregos gerada por um modo de produção econômico que exclui muitos e favorece poucos. Para a maioria dos malabaristas com quem convivi, a arte de malabar, independentemente do local onde ocorre o espetáculo, surge como uma opção de vida que consegue associar talento, prazer e renda, uma conquista muito difícil de ser alcançada, ainda mais quando o ofício em questão se traduz em produções artísticas independentes.

Outras características dos artistas de rua que me chamaram a atenção, revelando o preconceito que possuía antes de conhecê-los, foram a ausência no consumo de drogas, a seriedade com que tratam seu ofício, a admiração pelas artes circenses e o respeito com os demais colegas de profissão que, ao se encontrarem, em muitos casos sem nunca antes terem se visto, estabelecem relações cooperativas como a troca de experiências, discussões sobre cidades e semáforos propícios ao malabarismo e convites para hospedagem.

Para a CBO, o domínio das artes circenses é reconhecido como profissão. No Brasil, essa ocupação é regulamentada pela Lei Federal nº 6.533/78 que, apesar de conceder direitos, exige dos artistas atestado de capacitação profissional ao exercício econômico, prescrição que não corresponde aos interesses dos artistas de rua que, propositalmente, optaram pela informalidade, fazendo-a uma opção e estilo de vida.

Apresentar-se, recolher o que motoristas e transeuntes oferecem após os espetáculos, migrar de sinal em sinal, de município em município (em alguns casos de país em país), ganhar dinheiro suficiente para sobreviver com o mínimo de decência é, em regra, o que almejam os malabaristas de rua, desejo nada ambicioso, conquanto edificado com sacrifício e escolhas nada convencionais: viajar sem destino certo, deslocar-se de um lugar ao outro sem saber o que encontrarão ou como será o desconhecido que está por vir.

Ao comparar os estudos sobre os flanelas e malabaristas, percebe-se que a informalidade é uma opção para este e não para aquele. Contudo, o desejo de um e a recusa de outro à adequação aos arquétipos racionalizados têm motivações distintas. Para os flanelas, a formalização de seu ofício implica em reconhecimento do que fazem como algo justo, preocupação que não existe entre os malabaristas, que já têm para si o que fazem como trabalho honesto, que mesmo estando na informalidade lhes proporciona uma renda superior a muitas outras profissões formais.

Independentemente das intenções e adaptações diante das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos no ordinário, o fato é que eles, contrariando as ordenações impostas ao coletivo mediante coerções, inventaram, mesmo que às margens da sociedade, um modo de transformar o espaço urbano público em local de trabalho em que podem exercer os seus ofícios e assim encontrar um meio de vida que traga rendimentos financeiros satisfatórios, que é uma exigência comum a todos os indivíduos no capitalismo, mesmo para aqueles que o recusam ou tentam, como agora (nômades e andarilhos) e em décadas passadas (sociedades alternativas), viver tangencialmente a ele.

Referências

- AGUIAR, Andréa L. Vasconcellos. Lazer, orgasmo e tragicidade. In: Semana de Humanidades, 17., 2009, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT10/10.2.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- ANDRADE, José C. dos Santos. **O espaço cênico circense**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ANÚNCIO do circo escola Leite de Pedras. Disponível em: <<http://circoescolaleitedepedras.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: _____. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Coleção Travessia do Século. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- BALZA, Guilherme. Para não “perturbar a ordem”, Florianópolis proíbe que artistas de rua trabalhem em semáforos. **UOL Notícias**, São Paulo, 21 jul. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/21/ult5772u4704.jhtm>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- BEZERRA, Ada K. Guedes. A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante. **Revista Vinheta**, Patos, v. 1, p. 1-18, 2010.
- BOSCO, João; BOSCO, Francisco. Malabaristas do sinal vermelho. Intérprete: João Bosco. In: _____. **Malabaristas do sinal vermelho**. Rio de Janeiro: Sony Music, 2002. 1 CD. Faixa 1.
- BOTTINI FILHO, Luciano; CARDOSO, Diego. Para o Supremo, trabalho de flanelinha não é contravenção. **Jornal Estadão**, São Paulo, 6 maios 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,para-o-supremo-trabalho-de-flanelinha-nao-e-contravencao,1029052,0.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- BRANDÃO, Ludmila. Circuitos subalternos de consumo: sobre cópias baratas, falsificações e quinquilharias. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 89-109, jul. 2007.
- BRASIL. Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975. **Dispõe sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores e dá outras providências**. Brasília, DF, 24 set. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6242.htm>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 18 out. 2013.

CABRAL, João de Pina. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. **Análise Social**, Lisboa, v. 34, n. 153, p. 865-892, 2000.

CAMARGO, Robson Corrêa. A pantomima e o teatro de feira na formação do espetáculo teatral: o texto espetacular e o palimpsesto. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, ano 3, n. 4, p. 1-32, 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/7.Dossie.Robson_Correa_%20de_Camargo.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CASTRO, Alice Viveiros de. **O elogio da bobagem**: palhaços no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

CERCA de 40% recebem até um salário mínimo. **DOL DiárioOnLine**. Pará, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-243212-cerca-de-40-porcento-receb-em-ate-um-salario-minimo.html>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIRCUS – Grupo de Estudo e Pesquisa das Artes Circenses. **Panorama do malabarismo no Brasil 2007-2008**. Relatório de Pesquisa. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação Física, 2011.

CIRINO, Daniele Cristine da Silva; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 547-555, jul./set. 2009.

COELHO, Maria C. **O valor das intenções**: dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSTA, Rogério. Sociedade de controle. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-167, 2004.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DANIEL, Débora M. Bregue. **Fronteiras adentro, estradas afora**. 2009. 71 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DECKER, Wolfgang. **Sports and games of ancient Egypt**. London: Yale University Press, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Conversações 1972-1990**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção TRANS).

DIEESE. **Cesta básica nacional: salário mínimo nominal e necessário**. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

DUPRAT, Rodrigo M. **Atividades circenses: possibilidades e perspectivas para a educação física escolar**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DURAN, Marília C. Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo EDUC**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

ESTACIONAMENTO no centro de Cuiabá deve voltar ao sistema Faixa Verde. G1, 14 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/11/estacionamento-no-centro-de-cuiaba-deve-voltar-ao-sistema-faixa-verde.html>> Acesso em: 31 dez. 2014.

FAÇANHA, José M. Sousa. Semáforos: parada obrigatória! Um “lugar praticado” por personagens e histórias. In: Jornada internacional de políticas públicas, 3, 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/411517fcc8e2fcfce5faJOS%C3%89%20MARCILIO%20DE%20SOUSA%20FA%C3%87ANHA.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREHSE, Fraya. As realidades que as “tribos urbanas” criam. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 171-174, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100012>. Acesso em: 21 nov. 2013.

FINO, Carlos M. Nogueira. FAQs, etnografia e observação participante. **Revista Europeia de Etnografia da Educação**, Madeira-Portugal, n. 3, p. 107-118, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura.)

FUNARTE. **Escola Nacional de Circo**. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/escola-nacional-de-circo-2/>>. Acesso em: 28 set. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRACIANI, Maria S. Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência social vivida**. São Paulo: Cortez, 1999.

IDALINO, Rosa Emília Araújo. **A reinvenção do trabalho no limiar da informalidade: um estudo sobre a condição social dos “flanelinhas” na cidade de Campina Grande-Paraíba**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

ILKIU, Elisângela Carvalho. Respeitável público, o circo chegou: trajetória e malabarismos de um espetáculo. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 3 n. 1, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/05p81.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

JAKOBSEN, Kjeld. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: _____; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 13-18, 2000.

LAZZARATO, Maurício. Os conceitos de vida e do vivo nas sociedades de controle. In: _____. **As revoluções do capitalismo** (A Política no Império). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 59-94. 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 8ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LOTMAN, Yuri. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Frónesis, 1996.

MACHADO, Irene (Org.). **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **Elogio da razão sensível**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARX, K. **O capital**, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MURTA, G. Ferreira. **Dicionário brasileiro de saúde**. 1. ed. São Paulo: Difusão, 2006.

NOIADO: significado de noiado. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/noiado/1318/>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

OLIVEIRA, Nielmar de. Salário médio mensal cresceu 10,1% entre 2008 e 2012. **EBC Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 28 maio 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-05/crescimento-real-no-total-de-salarios-pagos-entre-2008-e-2012-foi-de-mais>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

PADILHA, Maria Itayra Coelho et al. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 96-105, 2005.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 1. ed. Lisboa: INCM, 1993.

_____. Jovens “arrumadores de carros”: a sobrevivência nas teias da toxicod dependência. **Revista Análise Social**, Lisboa-Portugal, v. 36, p. 373-398, 2001.

_____. **Sociologia da vida quotidiana**: teorias, método e estudos de caso. Lisboa-Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PASSETTI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 56-66, 1999.

PREFEITURA de Cuiabá deixa de cobrar ‘zona verde’. **Caldeirão Político**, Cuiabá, 15 out. 2012. Disponível em: <<http://www.caldeiraopolitico.com.br/materias/5761/7/Prefeitura-de-Cuiaba-deixa-de-cobrar-8216-zona-verde-8216>>. Acesso em: 18 out. 2013.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia G. M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SACCO, Raquel B.; BRAZ, Tiago V. Atividades circenses: caracterização das modalidades, capacidades biomotoras, metabolismo energético e implicações práticas. **Conexões – Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 130-164, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra-Portugal, n. 32, p. 135-191, jun. 1991.

SANTOS, Juliano Batista. Resenha de elogio da razão sensível. **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, ano 6, n. 6, 2012.

SEIXAS, Raul; AZEREDO, C. Roberto. Sim. Intérprete: Raul Seixas. In: _____. **O dia em que a Terra parou**. Nova Iorque-EUA: Warner Music Group, 1977. 1 CD. Faixa 8.

SIGNIFICADO de X9: **o que é X9**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/x9/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. **Sociologia**. São Paulo: *Ática*, p. 182-188, 1983.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 11-13, 2000.

SPITZ, Clarice. Desemprego entre graduados equivale a um terço da taxa de quem tem ensino médio incompleto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/desemprego-entre-graduados-equivale-um-terco-da-taxa-de-quem-tem-ensino-medio-incompleto-12700458>>. Acesso em: 1 set. 2014.

TAMBÉM, Danislau; BANZO, Enzo; MATTOS, Moita. Pessoa linda. In: Porcas Borboletas. **Um carrinho com os dentes**. São Paulo: Produção Independente, 1 CD. Faixa 12, 2004.

VITAL, João da Costa. Parquímetro, zona verde ou “mina de ouro”. **Gazeta Digital**, Cuiabá, 19 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/56714>>. Acesso em: 18 out. 2013.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1993.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Mato Grosso



Edições IFMT



EdUFMT
DIGITAL

